

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

LIANA O. D. DRIGA

Traumatismo e transmissão

Mestrado em Psicologia Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social sob orientação do(a) Prof. (a) Dr. (a) Bader Burihan Sawaia.

São Paulo

2018

Banca Examinadora

Dissertação elaborada com bolsa concedida pelo Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)

Agradecimentos

A Miriam Debieux Rosa pela orientação sensível e generosa.

A Bader Burihan Sawaia por ter me acolhido na reta final.

A Isabel Kahn e a Vera Iaconelli pelas contribuições essenciais e certeiras na qualificação.

Aos colegas do grupo Veredas e do núcleo/laboratório, em especial a Ana Gebrim, pelas trocas.

Aos colegas do Instituto Gerar, sob coordenação da Vera Iaconelli que me acompanharam e me apoiaram no início dessa empreitada.

A minha mãe pelo carinho, conversas instigantes e revisão do texto.

A meu pai pelo apoio.

A Shola, irmã querida, pelo companheirismo.

A Sofiazinha pelas risadas e brincadeiras.

Aos amigos pelas conversas de bar que foram essenciais a essa pesquisa. Em especial a Priscilla Glaser, que acompanhou os tropeços do percurso e com sua presença sensível estava sempre por perto, ao Paulo Garcez, meu amigo-irmão de tantos anos, e a Carolina Torres e Carolina Balbi que tornam a empreitada sempre mais alegre.

Driga, Liana O. D.
Traumatismo e Transmissão

RESUMO

Investigamos nessa dissertação como os descendentes de sobreviventes de catástrofes sociais elaboram a experiência traumática dos pais e avós. Como se dão os impasses na transmissão, os efeitos do não-dito e quais os caminhos para lidar com o silenciamento e o processo de elaboração de uma herança traumática. Dada a intimidade entre o plano político e psíquico, abordaremos a importância da dimensão coletiva, a inscrição no laço social e a construção da narrativa pela segunda e terceira geração de descendentes. Abordamos as possibilidades de transmissão, as formas de inscrição das origens numa narrativa, que possibilita se reinventar através das gerações. Tratamos dos efeitos do não-dito e seus impasses no ato de transmitir uma herança. Focamos nos efeitos da repetição e suas produções sintomáticas, assim como no fenômeno do declínio da experiência e como isso se articula com as possibilidades e limites da transmissão. Em seguida, abordamos como opera o não-dito, e seus diversos impasses no processo de transmissão transgeracional. Debruçamo-nos sobre diferentes modalidades do não-dito, em diferentes contextos históricos a fim de apreender resquícios do fenômeno social e psíquico tal como se manifestaram nas gerações sucessivas. Primeiramente, o não-dito na clínica envolvendo descendentes de sobreviventes do Holocausto. Na segunda parte, Altounian nos mergulha na elaboração de uma herança traumática do ponto de vista de uma descendente do genocídio armênio. Na terceira parte, investigaremos o não-dito da história colonial francesa na Argélia e como se desvelaram os seus efeitos hoje sobre a população francesa de descendentes argelinos. Na quarta parte, a partir de um romance nos aproximaremos de um relato biográfico escrito por uma filha sobre a mãe que morreu no genocídio ruandês, e, finalmente o relato de uma filha que escreve sobre o diário da mãe acerca da sua experiência em Auschwitz. Finalmente, nos propomos a redefinir o que seria a herança traumática. Destrinchar as experiências das gerações que se seguem aos sobreviventes e o trabalho psíquico elaborado por elas. Para tanto nos orientamos por três eixos: os laços com o outro: transferência e endereçamento; a história e historização dos eventos: a importância do coletivo; e, entre vivência e experiência: a elaboração não-toda do luto.

Palavras-chave: psicanálise, transmissão, traumatismo, não-dito, transgeracionalidade, narrativa, experiência e luto.

ABSTRACT

This dissertation aims at understanding the processes by which the descendants of survivors from social catastrophes work through their parent's and grandparent's traumatic experience. We search to enlighten how they dealt with the ruptures within transgenerational transmission, the effect of what was left untold and the resources they found to confront the silence of their elders and how they elaborated their traumatic inheritance. Due to the intimacy between the political and the psychic, we approach the importance of the collective dimension, the necessity of inscription of the experience in the social bond and the unfolding of narratives by the second and third generations. The object of our research was the possibilities of transmission, the ways by which the descendants recollect the experience of their elders into their own forms of narrative, which enables them to reinvent themselves through successive generations. We then investigate the ways the untold or the unsaid operate and its varied impacts on the process of transgenerational transmission. We pursued clinical researches of different modalities of the unsaid/untold, first among the survivors of the Holocaust, then the struggles of a descendant of survivors from the Armenian genocide, as well as the problems of young men of Argelian descent in France facing the official silencing of French colonial power and its traumatic effects among the succeeding generations of Argelian immigrants. We also exploited a novel written by the daughter of a victim of the Ruandese genocide about her mother's struggles to survive in exile prior to her murder and the massacre of her family. We also studied a daughter's narrative of her mother's diary as a survivor of Auschwitz. In this research we pursued three main guidelines: the rebonding of social relations, psychoanalytic transference and the addressment of ties with the other, and the importance of collective historical experiences and the underlying process of historicizing traumatic events, and finally the difficult process of distinguishing the meaning of *erlebnis* and experience in their long and necessarily incomplete elaboration of mourning.

Key words: psychoanalysis, transmission, traumatism, the unsaid/untold, the transgenerational, narrative, *erlebnis*, experience and mourning

Introdução	8
Capítulo 1 Transmissão e herança traumática	13
1.1 Transmissão e seus impasses	13
1.2 Transmissão, o não-dito e a repetição	20
1.3 Transmissão, experiência e narrativa.....	32
Capítulo 2 Modalidades de impasses na transmissão	48
2.1 Não-dito e transmissão na clínica com descendentes de sobreviventes do Holocausto	48
2.2 A elaboração de uma herança traumática do ponto de vista de uma descendente do genocídio armênio	59
2.3 O não-dito da história colonial francesa na Argélia e os seus efeitos hoje sobre a população francesa de descendentes argelinos	74
2.4 Resistências da memória e o genocídio ruandês: o relato de uma filha.	87
2.5 Os efeitos do Shoah: o diário de uma mãe e os testemunhos de sua filha e neta.	92
Conversa entre os autores	99
Capítulo 3 Transmissão da história social e familiar: o processo de construção da narrativa.	103
3.1 Laços com o outro: transferência e endereçamento	103
3.2 A história e historicização dos eventos: a importância do coletivo	114
3.3 Entre vivência e experiência: a elaboração não-toda do luto.....	126
Conclusão	Erro! Indicador não definido.

Introdução

Pretendemos nessa dissertação tratar de como os descendentes de sobreviventes de catástrofes sociais elaboram a experiência traumática dos pais e avós. Como se dão os impasses na transmissão, os efeitos do não-dito e quais os caminhos para lidar com o silenciamento e o processo de elaboração de uma herança traumática. Dada a intimidade entre o plano político e psíquico, abordaremos a importância da dimensão coletiva, a inscrição no laço social e a construção da narrativa pela segunda e terceira geração de descendentes.

A nossa hipótese é de que através da recuperação da história familiar e social seria possível inscrever a experiência da herança traumática psicologicamente e no laço social, o que facilitaria o processo de elaboração do luto, promovendo a possibilidade de transmissão da história

Chegamos a esse tema de pesquisa em função do trabalho com gestantes e mães refugiadas na cidade de São Paulo. Uma questão que nos interpelava era como os efeitos da experiência traumática em função de crises sócio-políticas atravessava as gerações e afetava os descendentes dos pacientes que estavam sob nossos cuidados e como era possível fazer frente ao silenciamento e à propagação dos efeitos do não-dito. Cada vez mais acolhemos no Brasil um fluxo de pessoas que fogem de contextos sociopolíticos e econômicos insustentáveis. Seja em função de guerras, conjunturas consequentes de grave desigualdade econômica ou desastres naturais, atualmente o fluxo de pessoas obrigadas a se deslocar territorialmente cresce. O trabalho com gestantes e mães traz à tona a questão de como se faz o trabalho de humanização de um bebê em circunstâncias nas quais os pais estão sob o impacto do trauma. Como se constrói a parentalidade e quais os seus impasses. Quais os seus efeitos para as gerações seguintes. Para refletir acerca da nossa experiência fomos buscar a produção bibliográfica acerca dos descendentes de sobreviventes do Holocausto, genocídio armênio, ruandês e do projeto colonial na Argélia que versavam sobre o não-dito e a elaboração da herança traumática por parte da segunda e terceira geração.

Segue o relato de dois casos clínicos atendidos na Caritas – centro de referência para refugiados de São Paulo. Trata-se do percurso de duas mulheres, mães, cujos caminhos se entrecruzaram.

Começaremos falando de Zamamba proveniente do Congo. Uma mulher de cinquenta e cinco anos, com aparência de vinte anos a mais do que a sua idade. Com rosto marcado e expressões cansadas, tinha dificuldade para andar e não podia subir escadas. Ela morava com o seu marido, um policial, e seus quatro filhos no leste do Congo. Um dia bateram à sua porta

militares em busca de seu marido que não estava em casa. Era acusado de colaborar com os Ruandeses. Como resultado dessa visita teve dois filhos mortos e um ferido. Enquanto foram para o hospital, ela fugiu com o filho mais novo de dezesseis anos. Conseguiu passagens para um navio. Não sabia qual era o destino. Num cais repleto de pessoas se perdeu do filho mais novo e acabou embarcando sozinha.

Chegou a São Paulo e foi encaminhada para a equipe de saúde mental do centro de referência para refugiados. Zamamba chorava copiosamente nos atendimentos e se perguntava sobre o paradeiro dos filhos e principalmente do filho mais novo. Pela descrição das cenas de violência que os filhos viveram é difícil de acreditar que sobreviveram. Em São Paulo ela vivia uma situação de extrema precariedade material. Vivia na edícula da casa de um pastor e tinha acesso a pouca comida. A instituição ofereceu a ela a possibilidade de ir a um abrigo para mulheres, onde teria comida e onde dormir. Ela se recusou. Não queria ir para um lugar onde conviveria com outras mulheres acompanhadas de seus filhos, nesse momento em que estava separada dos seus próprios filhos. Muitas tentativas foram feitas para que aceitasse ir ao abrigo, mas sempre se recusava. Teve notícias do Congo de que todos os filhos morreram exceto o caçula. Foi feita uma tentativa de entrar em contato com o serviço de uma entidade internacional encarregada de localizar familiares que se perderam ao fugir de seu país. Teve notícias por uma vizinha de que ele teria ido para a Europa, mas essa informação não foi confirmada.

O segundo caso clínico é o de Paula, uma mulher de 36 anos, acompanhada de dois filhos pequenos e um bebê, proveniente de Angola. O marido sofreu perseguição política e desapareceu, muito provavelmente foi morto. Ela teve que se esconder em Angola e fugiu para o primeiro país para o qual conseguiu visto. A fim de conseguir ajuda para sair do país com os filhos teve que dormir com um homem e acabou engravidando. Chegou ao Brasil grávida. Quando começamos a atendê-la ela tinha acabado de ter o seu bebê. Apesar de uma situação material muito precária ela também, como Zamamba, se recusava a ir para um abrigo com os filhos. Ela tinha medo de ser reconhecida no abrigo por outra africana e ser perseguida novamente. Paula frequentava a mesma igreja que Zamamba. O pastor ofereceu a Paula dividir o espaço na edícula da sua casa. Paula, os seus filhos e Zamamba passaram a morar juntas.

Zamamba que tinha horror de conviver com outras mulheres acompanhadas de seus filhos reagiu de forma muito diferente com Paula. Acolheu-a e a seus filhos e passou a cuidar das crianças e da própria Paula, que estava emocionalmente muito fragilizada. Ela tinha pensamentos suicidas. Zamamba a convenceu a ir a um ambulatório de psiquiatria, coisa que a equipe de saúde mental do centro de referência não tinha conseguido. Acreditamos que os

cuidados dispensados à Paula foram essenciais para que pudesse exercer a maternagem com o seu bebê. Vivia muito desorganizada, e o modo como segurava o bebê chamava muito a atenção da equipe de saúde mental. Ela deixava o bebê praticamente solto no colo, precisávamos lembra-la da sua presença. Parecia que o bebê estava prestes a cair do seu colo. Notava-se que diferentemente das outras mães angolanas que amarram o seu bebê nas costas, ela preferia usar um carrinho emprestado.

Essas trajetórias marcadas por violência e também resistência para reconstruir suas vidas, nos chamam a atenção para os possíveis efeitos transgeracionais dos percursos subjetivos vividos pelas mães. Como serão os efeitos sobre as gerações que se seguem? Perguntamo-nos acerca da importância da dimensão coletiva, das condições sócio-políticas oferecidas no país de acolhida para os sobreviventes de traumas sociais, sendo estas decisivas para a possibilidade do processo de inscrição da experiência traumática no discurso, assim como das respostas singulares que visam localizar as dores e transformar as vivências em experiências passíveis de serem compartilhadas com o entorno e passadas para as próximas gerações.

Ao nos debruçar sobre a experiência dos sobreviventes de traumas sociais e os seus descendentes, lembramo-nos de uma passagem do documentário: **um encontro com Lacan**, baseado nos relatos de seus pacientes. Uma paciente judia que viveu a segunda guerra falava de um pesadelo que teve. Dizia que acordava todos os dias às cinco horas da manhã, horário em que a Gestapo vinha prender os judeus em suas casas. Ele se levantou em direção a ela e lhe acariciou o rosto. Nesse momento ela pensou no que ele fez: *geste a peau*, um gesto na pele, que em francês apresenta uma homofonia com gestapo. Ela disse que aquela intervenção não diminuiu a sua dor, mas representou um gesto de muito carinho, que representava um apelo à humanidade. A partir de um significante que condensava o horror da guerra e as marcas da desumanização, Lacan fez um gesto em análise que deu novos sentidos e promoveu uma torção de significâncias, cujos efeitos a analisante se lembrava quarenta anos depois. Abriu espaço para o resgate de um laço de ternura que fez frente aos horrores de um regime totalitário e aos seus efeitos a posteriori, permitindo que a palavra se inscrevesse na subjetividade do sobrevivente.

No primeiro capítulo, **transmissão e herança traumática**, vamos abordar as possibilidades de transmissão que deve dar conta tanto da experiência passada como da vida presente. Faremos referência à Hassoun, que aponta para a diferença entre tradição e transmissão. Na primeira há o perigo de se enclausurar na repetição de crenças e costumes da geração anterior de forma independente do presente, ou seja, sem o trabalho criativo de se

apropriar do passado, o reinventando a partir da própria liberdade de traçar novas formas de lidar com a história. A transmissão implica em se inserir numa genealogia, na história familiar e de um povo, inscrevendo a sua singularidade nessa trajetória. Abordaremos os possíveis impasses no ato de transmitir, apontando para os efeitos do não-dito, no qual a uma supressão ou interdição de significantes fundamentais, impedindo o exercício da função paterna, que resulta num mandato de não dizer, como nos mostra Rosa. Acompanharemos as elaborações de Freud acerca da noção de repetição na qual nos mostra como a produção sintomática aparece enquanto ato. Ao invés de rememorar um evento do passado, o sujeito o reproduz como um fato presente. Efeito que se faz premente quando existe impasses na transmissão e o descendente não é capaz de inserir-se na história familiar e de seu povo.

No segundo capítulo, **modalidades de impasses na transmissão**, abordaremos como se opera o não-dito e seus impasses no processo de transmissão transgeracional. Vamos nos debruçar sobre diferentes modalidades de não-dito, em diferentes contextos históricos, a fim de compreender os seus efeitos nas próximas gerações. Primeiramente, o não-dito e a transmissão na clínica com descendentes de sobreviventes do Holocausto. Acompanharemos a autora Terèz Virág, que trabalhou com a segunda e terceira geração de descendentes de sobreviventes. Atendeu muitas crianças que eram netas de sobreviventes e apresentavam sintomas ligados à experiência traumática vivida pelos avós durante a guerra e em campos de concentração. História que era suprimida do discurso manifesto dos pais e avós e apareciam sob forma de sintomas nas crianças. No segundo item, Altounian nos mostra o percurso de elaboração de uma herança traumática sob o ponto de vista de uma descendente do genocídio armênio. Ela versa sobre o seu percurso de análise e de escrita no processo de destrinchar os efeitos do silenciamento familiar e do desmentido pela negação política do extermínio dos armênios. No terceiro item, investigaremos o não-dito da história colonial francesa na Argélia e como se desvelaram os seus efeitos hoje sobre a população francesa de descendentes argelinos. A autora entrevistou adolescentes e focalizou o seu trabalho na análise das revoltas de 2005 da população de jovens da periferia de Paris, traçando paralelos entre a história colonial na Argélia e as discriminações vividas pelos jovens hoje em dia. No quarto item, vamos nos aproximar do relato de uma filha acerca de sua mãe morta no genocídio ruandês. Ela escreveu uma biografia da mãe que tinha um papel central na sua comunidade, enquanto passadora das crenças e costumes ruandeses no exílio. Finalmente, no quarto e último item, abordaremos o relato de uma filha que escreve sobre o diário da mãe acerca da sua experiência em Auschwitz.

No terceiro e último capítulo, **transmissão da história social e familiar: o processo de construção da narrativa**, vamos redefinir o que seria uma herança traumática ao analisar o material desenvolvido no segundo capítulo. Teremos como foco destrinchar as experiências das gerações que se seguem aos sobreviventes e o trabalho psíquico de elaboração dos traumas da geração anterior. Essa tarefa de análise será empreendida sob o enfoque de três eixos: os laços como o outro: transferência e endereçamento; a história e historização dos eventos: a importância do coletivo; e, entre vivência e experiência: a elaboração não-toda do luto.

Capítulo 1 Transmissão e herança traumática

Nesse capítulo abordaremos as possibilidades de transmissão, as formas de inscrição das origens numa narrativa, que possibilite ao sujeito se reinventar através das gerações. Trataremos dos efeitos do não-dito e seus impasses no ato de transmitir uma herança. Focaremos nos efeitos da repetição e suas produções sintomáticas, assim como no fenômeno do declínio da experiência e como isso se articula com as possibilidades e limites da transmissão.

1.1 Transmissão e seus impasses

Hassoun no seu livro **Os contrabandistas da memória** trata da transmissão de histórias, costumes e convicções através das gerações. Aponta para as suas possibilidades e impasses tendo como foco grupos minoritários como, por exemplo, populações em exílio ou subjugadas por regimes totalitários. A transmissão deve dar conta da experiência passada e da vida presente. Alguns se fecham no silêncio, interditando aos seus descendentes a possibilidade de se inserir numa genealogia, o que implicaria na privação de referências da sua história familiar e da história do seu povo. Em outras circunstâncias é o próprio Estado, no caso de regimes totalitários, que interdita a transmissão, promovendo a negação da história por diversas gerações. Aponta para outro impasse que consiste em se fechar no passado e tentar reproduzi-lo tal e qual. Nesse caso, enfatiza como a tradição é diferente da transmissão. Não é possível a empreitada de buscar se colocar como um contemporâneo de seus ancestrais. Enclausurar-se na tradição implica num perigo à possibilidade de transmissão. É fundamental reelaborar a herança e se apropriar dela. O espaço da transmissão leva à criatividade de reinventar singularmente o que se herda e fornece as ferramentas para se projetar no futuro com o amparo de um passado recriado.

Segundo o autor, por muito tempo parecia que transmitir uma cultura, uma crença e um pertencimento era algo muito natural, que transcorria sem grandes problemas. Não era um tema que despertava grandes reflexões ou angústias. A vida semi-rural e sedentária permitia que a transmissão não fosse fonte de inquietações como o é atualmente. A próxima geração reproduzia as crenças, o modo de vida e a língua da geração anterior. Essa visão idílica entra francamente em contradição com os fatos. Hassoun retoma Freud no texto **Resistências à psicanálise** para mostrar como a transmissão do novo se choca com aquilo que já incorporamos

e prezamos acima de tudo. Segundo Freud o novo se confronta com o que é arcaico e põe em cheque uma estabilidade considerada preciosa. A origem do mal-estar estaria no investimento psíquico necessário que o novo exige para ser apropriado pelo sujeito. A incerteza e a ansiedade acompanham esse processo tão fundamental.

Hassoun (2011) cita Deuterônimo:

“Pergunte ao seu pai e ele revelará a sua história. Pergunte aos seus ancestrais e eles dirão o que foi o seu passado” (Hassoun: 2011, p.14, tradução nossa)¹

Esse preceito mostra como a necessidade de transmitir esteve inscrita na história durante milhares de anos. Aponta para a ordem do essencial no que tange aos homens enquanto passadores de histórias e responsáveis pela comunicação entre as gerações. Hassoun afirma que no mundo árabe-islâmico é um imperativo proclamar uma história, uma genealogia e um pertencimento. Quando duas pessoas desconhecidas se encontram, a pergunta inicial é em relação ao seu *asl*, termo que significa: Qual é o seu pertencimento tribal ou religioso. Qual a sua ligação a tal modo de pensar ou a certa etnia. O autor ilustra o que está em jogo nesse encontro ao falar das perguntas que se colocam quando duas tribos de beduínos se encontram no deserto: De onde você vem? Aonde você vai? Quem é você? Hassoun aponta que certamente essa pergunta não diz respeito ao percurso espacial transitado, mas sim a um itinerário pessoal e interior que permite a cada um situar o seu percurso individual em função do que lhe foi transmitido. Alude ao espaço de liberdade dado ao herdeiro de se localizar enquanto sujeito frente ao que foi herdado e reconstruído. Aponta para o seu pertencimento individual numa linhagem e numa genealogia que o constitui. Mostra como carrega a história de seu povo que o singulariza a cada gesto na construção de seu percurso pessoal.

“ao se tornar uma questão, a transmissão demonstra o quanto um grupo ou uma civilização foi submetido a impactos mais ou menos profundos”(Idem)²

¹ “Demande à ton père et il te révélera (ton histoire) et à tes Anciens et ils te diront (ce que fut ton passé) »

² “la question de la transmission se presente quand un groupe ou une civilisation a été soumis à des bouleversements plus ou moins profonds” (Idem)

O autor faz referência ao texto bíblico para discutir como os questionamentos em relação à transmissão se fazem urgentes quando um povo se defronta com catástrofes e o exílio. Na bíblia o capítulo que trata do mandamento de transmitir e receber uma transmissão data do quarto século antes da era cristã, mais ou menos por volta o primeiro exílio da Babilônia, no momento em que essa população pretendia se unificar e refazer os laços, marcada pela deportação depois que se desfez o reino de Judá. Tratava-se da quarta geração de judeus nascidos no exílio. Eles precisavam de razões para reatar os laços com o passado. O presente precisava ser esclarecido por uma volta ao passado, ao resgate dos pertencimentos, costumes e crenças. Reafirmar uma identidade, um pertencimento ao grupo, uma continuidade entre as gerações, aos modos de fazer e pensar que se perpetuam num contínuo. Era necessário inscrever um novo enraizamento para projetar-se num futuro. A referência ao *asl* por populações árabe-islâmicas se deu num momento em que a sociedade tradicional se desfazia. Sociedades que por muito tempo estiveram fechadas ao mundo exterior, se abriam no contexto da modernidade. Saber a quem se endereçar se fazia premente, nessas circunstâncias histórico-culturais. Assim, é possível encontrar referência para se situar perante o outro, nos intercâmbios com outros povos, de pertencimentos diferentes. A transmissão e o que fazer de sua herança é a questão crucial para sociedades em crise, que fazem frente a mudanças significativas. O pertencimento cultural é fundamental em tempos de grandes impactos e transições e se faz muito atual na contemporaneidade marcada por conflitos e grandes fluxos migratórios. Por isso, o texto de Hassoun e a questão da transmissão é cada vez mais central e atual.

“Nós somos todos portadores de um nome, de uma história singular, tomada na história de um país, de uma região, de uma civilização. Nós somos os depositários e os transmissores. Nós somos os passadores”. (Ibidem, p. 16, tradução nossa)³

³ “Nous sommes tous les porteurs d’un nom, d’une histoire sigulière (biographique) prise dans l’Histoire d’un pays, d’une région, d’une civilisation. Nous en sommes les dépositaires et le transmetteurs. Nous en sommes les passeurs ».

A vida de cada um é necessariamente tributária da nossa história individual, familiar e social. Somos seres históricos, e, portanto, capazes de transmitir e de reescrever a nossa herança. Somos um elo entre gerações que se comunicam e tecem histórias e narrativas, elaborando experiências. O sujeito se fundamenta na sua possibilidade de inscrever o seu desejo, as vicissitudes de sua história e de se construir enquanto passador de narrativas. Na medida em que repetimos uma iniciativa dos que nos antecederam, podemos subvertê-la e encontrar o novo, constituindo-nos enquanto criadores de uma história. É possível construir junto aos descendentes o que lhes foi transmitido, tecendo narrativas criadas a partir de sucessivas gerações. Trata-se de uma experiência criativa tecida a muitas mãos, elaborando e reelaborando a história. Na transmissão um país, uma região e uma civilização vão tomando forma e se renovando a cada geração. Os percalços e conflitos, assim como os desejos vão moldando uma forma de se constituir enquanto passador e retrata o tecido do laço social. Segundo Hassoun, não somos condenados a reproduzir o que foi herdado. A transmissão e a herança são radicalmente opostas à ideia de um eterno retorno. O fascínio exercido pela transmissão diz respeito ao fato de sermos fundamentalmente diferentes dos nossos ancestrais, e, na mesma medida, nossos descendentes tomarão rumos muito diferentes dos nossos. Nessa série de diferenças são inscritas o que temos a transmitir.

“Uma transmissão de sucesso oferece àquele que a recebe um espaço de liberdade e um esteio que o permite abandonar o passado para melhor reencontrá-lo”. (Ibidem, p.17, tradução nossa)⁴

A transmissão implica em se livrar do peso do passado, não em reproduzi-lo. Ficar aprisionado aos modos de fazer e pensar dos antepassados e presos à uma tradição infértil não é uma perspectiva boa. É na medida em que se reencontra os gestos dos antepassados pelos quais fomos amados e desejados, assim como pelos seus sofrimentos que também nos constitui, que podemos traçar novos caminhos. Abraçando a nossa história, conseguimos nos projetar no futuro. Uma transmissão de sucesso prepara os descendentes para enfrentar as vicissitudes da existência. Fornece um esteio, forja-se de uma verdade subjetiva que permite lidar com os percalços de uma vida na qual cada um se defronta com a sua finitude. Permite a troca com o novo, de forma que reconhecemos nele certa familiaridade. Não se recai numa nostalgia, mas

⁴ “Une transmission réussie offre `a celui qui la reçoit un espace de liberté et une assise qui lui permet de *quitter (le passé) pour (mieux le) retrouver* ».

sim na possibilidade de enraizar a sua potência de significados nas gerações de hoje, reelaborando os restos do que nos foi relegado.

Hassoun aborda uma forma de impasse na transmissão através do caso de uma menina, filha de operários mineradores poloneses. Uma criança de família de imigrantes que durante a infância viveu o cotidiano do seu meio familiar, o seu modo de vida, língua, cultura e história polonesa. Viveu nesse ambiente e só descobriu que vivia na França quando foi para escola. Descobriu-se nascida no exílio. Não sabia a língua do país aonde nasceu e nem a sua cultura. Foi tomada por questões: Quem era? De onde vinha? Os pais nada falaram para ela no começo de sua vida sobre a história de sua emigração. Nada havia sido dito para que ela soubesse que tinha nascido no exílio. Não encontrava palavras para que pudesse dialetizar o seu sentimento de estranheza, de não pertencimento, que lhe despertava uma profunda inquietação. Sentiu-se assim durante anos a fio. Esse sentimento de estrangeiridade permeou a sua vida profissional, pessoal e familiar. Durante a sua análise é que se deu conta de que nasceu estrangeira no seu próprio país natal. Esse impasse foi resultado de um silenciamento dos seus pais, que não tinham palavras para simbolizar a sua experiência de emigração e isso resultou numa impossibilidade de transmitir a sua história à filha.

A transmissão se constrói a partir do passado e do presente, num esforço de dar conta dessa passagem. É fundamental para a criança escutar os pais falarem da sua história e do seu cotidiano. Essas palavras servirão de esteio para que a criança possa fazer frente ao que existe de doloroso na sua vida. O caso acima citado mostra o impasse que resulta da tentativa de replicar um modelo de vida passado que não serve mais ao contexto atual. Uma geração fica sem ter o que transmitir e o que receber de herança. Hassoun aponta para o caso de pessoas que se lançam na extrema direita, a fim de reconstruir uma suposta cultura nacional. Acredita que isso está ligado a uma falha na transmissão que resulta na tentativa de se colar ao passado e reproduzi-lo tal e qual. Sem fazer a diferença entre transmissão e tradição, lançam-se numa empreitada de recuperação literal do passado. Hassoun acredita que o resultado mais trágico desse tipo de impasse é o fundamentalismo.

O autor aponta para as dificuldades que enfrentam os exilados ou populações autóctones que têm crenças e culturas diferentes do país em que vivem. Se é negado a esses grupos o direito de integração segundo os seus próprios emblemas culturais e referências, a tendência é a transmissão desaparecer e se extinguir ou se fixar de forma rígida a uma identidade cultural e permanecer em guetos.

Quando o passado, assim como o futuro que se desdobra, é tomado pelo silêncio numa família, a criança que pertence a esse grupo familiar terá dificuldade para elaborar as próprias vivências e se embrenhar no laço social. Transmitir significaria romper esse estado de silenciamento. Segundo Hassoun, a criança quando pergunta sobre as suas origens tenta descobrir segundo qual ordem desejante ela se inscreve. Através dos porquês que faz, das perguntas que coloca, tenta desvendar o segredo do seu nascimento e da sua origem. Não existem respostas completas a essas perguntas. Elas não se esgotam. O que importa é o esforço dos pais em responde-las, de forma sempre não toda.

Os descendentes não escapam do marco dos sofrimentos dos pais e nem devem se esquivar deles. Enfrentam os obstáculos do seu povo de origem e buscam uma forma de transmitir que prepare os descendentes para as vicissitudes de sua existência. Hassoun cita o exemplo de um pai judeu que foi obrigado a deixar os filhos na França ocupada pelos nazistas. Quando pergunta ao filho se ele é judeu, e ele dá uma resposta afirmativa, lhe dá um tapa muito forte. Através desse gesto transmite aos filhos um saber sobre a perseguição que experimentou as gerações precedentes. Oferece através do tapa uma herança que poderá garantir a sua sobrevivência, uma forma de transmissão que tem a intenção de fazer com que o filho escape da morte. Transmite a vida carregada da sua violência para que consiga sobreviver.

O autor escreve o caso de Charlotte, de vinte e três anos, uma jovem judia berlinense refugiada em Nice, em 1940. Ela afirmava que a sua vida começou quando a sua avó tentou se suicidar, momento em que soube que a morte da sua mãe também foi um suicídio. Tinham dito para ela que a mãe havia morrido de uma gripe. Quase toda a sua família havia se suicidado. Quando ela soube que era a única sobrevivente, sentiu um profundo desespero. Foi então que decidiu: ou também se suicidava ou precisava fazer algo de extraordinário. O seu avô a contou sobre a história da família, depois de testemunhar a tentativa de suicídio da esposa. Contou-lhe sobre a sua mãe e sobre a sua tia Charlotte, em homenagem a quem tinha recebido o seu nome, que também havia cometido suicídio. O avô lhe pergunta: O que você está esperando para tomar a sua própria vida?! O que em alemão tem um duplo sentido: o de se matar ou de se apropriar da própria vida. A partir desse momento, Charlotte começa a viver intensamente. Ela começa a pintar e realiza uma obra composta com setecentos e quarenta e oito guaches. Através das quais buscou reconstituir a sua história de vida individual e familiar.

Segundo Hassoun, Charlotte viveu entre a morte e a vida, tomada por momentos de desespero que lhe pareciam enigmáticos. Tinha sentimentos de ilegitimidade. Ela era testemunho de um silêncio que presidiu o começo de sua vida e a escolha do seu nome. Durante

a sua infância nenhum trabalho de luto pode ser realizado acerca da sua história familiar, transmitida através de mentiras ou meias verdades. Imperava no seu meio familiar o não-dito e um ambiente nocivo de segredos. Por isso, permaneceu na sua juventude em um estado melancólico prolongado. Através da sua obra ela reconstituiu o que foi vedado à transmissão. Ela reconstruiu a história de uma família judaica assimilada. A única festa comemorada em família era o natal, no qual cantavam cantigas luteranas. As guaches permitiram que reconstituísse a transmissão de uma história que havia sido silenciada. Ela pintou, se casou e teve um filho, mas em 1943 foram denunciados e deportados para Auschwitz, onde foi morta com toda a sua família.

Hassoun nos aponta que na clínica vemos exemplos de como se opera o silenciamento, desempenhando um papel fundamental nos entraves da transmissão. O não dito é muito frequente nas famílias de sobreviventes do genocídio armênio, da shoah, das guerras de independência coloniais, etc. O silenciamento costuma marcar aqueles que tiveram de se haver com catástrofes históricas. Sejam eles descendentes dos que efetuaram a violência ou de vítimas dela. Estão aprisionados por um passado repleto de conflitos e pela interrupção de uma trama familiar marcada por eventos históricos.

“Orfãos de palavras, sofrem na carne um luto impossível de ser vivido e de uma dificuldade de construir um romance familiar que os permita se projetar no futuro. Essa trágica fenda na transmissão, impõe aos pais__por mais doloroso que possa ser para eles__ de pôr em palavras o que lhes aconteceu (suicídios, mortes violentas ou irrupções históricas brutais), afim de fazerem as pazes com sua própria trajetória biográfica e reconstituir para seus descendentes uma trama que a história familiar ou social destruiu profunda e permanentemente”. (Ibidem, p. 25, tradução nossa)⁵

⁵ “Orphelins d’une parole, ils souffrent dans leur chair d’un deuil impossible à effectuer et d’une difficulté à bâtir un roman familial qui leur permette de se projeter dans l’avenir. Cette tragique béance dans la transmission commande aux parents – aussi douloureux que cela puisse être pour eux – de mettre des mots sur ce qui leur est arrivé (suicides, morts violentes ou irruption brutale de l’Histoire), afin de faire la paix avec leur propre trajectoire biographique et de reconstituer pour leur descendance une trame que l’histoire

A falta de palavras marca o sofrimento de membros de famílias cujas histórias são atravessadas pelo não-dito. Vivem lutos que atravessam gerações, sem que sejam passíveis de elaboração. Os entraves na transmissão marcam uma dificuldade de encontrar palavras para simbolizar as suas dores. São atravessados por um romance familiar que carrega consigo o silenciamento e a impossibilidade de dialetizar as faltas e um sofrimento legado pela herança. Esse hiato no processo de transmitir a sua história exige dos pais que tentem pôr em palavras as dores do passado que podem se concretizar como suicídios na família, mortes violentas ou catástrofes históricas. O esforço de simbolização, o tratamento das feridas com tramas de palavras faz com que elaborem as suas trajetórias de vida enquanto sujeitos, membros de uma família e de um grupo social. Assim,

podem reconstruir para os seus descendentes um legado que dê conta de um passado conflituoso.

1.2 Transmissão, o não-dito e a repetição

Segundo Rosa (2009), em seu livro *Histórias que não se contam*, a constituição subjetiva sofre o impacto da distorção, supressão ou interdição de significantes fundamentais. Quando a função paterna encontra entraves no seu exercício, a articulação dos significantes de filiação e sexualidade fica impedida; resultando num mandato de não dizer ao filho e numa dificuldade para articular o saber da criança. Como consequência, temos uma possível alteração das suas formas de conhecer e aprender. Aspectos suprimidos de sua história familiar são postos em atos através de sintomas. Estes causam à criança estranhamento e não reconhecimento, já que consistem em produções do inconsciente, que estão fora da apreciação do Eu. A relação do sujeito com o seu desejo é o que está em jogo e se expressa através da cena fantasmática. O mandato está ligado a essa relação ao desejo, que a criança obedece sem saber. A causa não está no fato, mas no discurso, que se coloca como essencial para quebrar a dimensão de destino, pautada no mandato, e abrir para a transmissão da história.

As construções ficcionais acerca de si, o tecer das narrativas, a historicização do desejo implica o sujeito na filiação. No movimento da genealogia, a geração dos avós se inscreve na

familiale ou sociale avait profondément e durablement saccagée”. (Ibidem, p. 25)

história e vida psíquica da criança através dos conflitos infantis dos pais. O não-dito e os silêncios promovem obstáculos à transmissão e consequências na constituição subjetiva da criança. A solução não seria o dizer tudo à criança, já que não existe um saber integral sobre o desejo e nem a possibilidade de uma enunciação completa.

“(...) Saber e conhecimento não coincidem. O conteúdo só é apreendido se fizer ponte com a verdade do inconsciente. A mera informação apela para a dimensão intelectual que, aliada ao ideal, oprime, caso não haja articulação com a demanda do sujeito.” (Rosa: 2009, p.15)

O saber sobre o desejo é distinto do conhecimento. O conhecimento diz respeito ao Eu e aos fundamentos que o sustentam, que estão imbricados nas relações identificatórias com os pais e nas relações imaginárias que solicitam uma versão da história idealizada e com sentidos unívocos. Os pais muitas vezes não conseguem arcar com as suas falhas ou os erros de seus próprios pais. Pretendem tomar o lugar de exemplos a serem seguidos, a partir das informações manifestas que mostram para os filhos e desejam que estes se espelhem nesses modelos. Porém, o que se transmite não é essa versão idealizada através do controle das informações. A verdade do sujeito se expressa através do contato com a possibilidade de transcender o enunciado e desdobrar as possibilidades de enunciação. Estão em jogo na transmissão efetiva os aspectos não elaborados dos pais: tais como culpa, frustração, dívida e dor vinculados a seus conflitos infantis, ou a conflitos atuais como traumas, que afetam a sua relação com os filhos e que permeiam o seu discurso sobre eles. O não dizer paralisa os pais, acreditam que os conteúdos suprimidos têm o poder de destruir os filhos ou a sua relação com eles. Fogem da ferida narcísica e da angústia que esses temas desencadeiam neles e que pensam poder afetar os filhos da mesma maneira. Evitam assim falar de suas histórias.

“Pergunta-se pelo acontecido não como um fim em si mesmo, mas pelos sinais e impactos que o acontecimento promove e que devem ser compreendidos e representados. O que falta, para a criança não são os fatos. O que faz falta é querer saber, formular perguntas. A disposição de transmissão supõe, da parte dos pais, sair do lugar de saber tudo, da certeza, para formular os conflitos e dúvidas e investigar sobre a vida, a história. Supõe substituir a certeza de saber sobre a criança pela disposição para enfrentar um mundo em aberto, aberto à investigação ativa, com pensamentos e atos”. (Idem)

Não são os fatos em si que interessam, mas o movimento da historicização do desejo que coloca em pauta o enigma do sujeito. Suscitando questões, os processos de se reinventar e questionar são postos em andamento. O acesso aos significantes fundamentais que possibilitam a transmissão incita a criança a se defrontar com as marcas do próprio desejo. Para tanto, supõe-se que os pais abram mão de deter um significado totalizante sobre os filhos e suas histórias. Ao desvencilhar-se de uma versão do passado despida do enigma. Os significantes suprimidos pelo silenciamento são os que dão margem a deslocamentos e à produção de novos sentidos. Em vez das crianças serem porta-vozes de um regime desejante familiar rígido, é fundamental que possam tomar posições de voz ativa, como agentes dessa construção. Enquanto sujeitos incluídos numa genealogia, mas também pautados na diferença que os tornam singulares. Para que os pais possam abrir mão da certeza de saber sobre a criança e de impor uma versão unívoca da história familiar é importante dar voz as dores do passado e investir na elaboração dos lutos. Sem isso o não-dito impera na transmissão de um passado doloroso e negado.

“O não-dito pode transformar-se em mal-dito, cuja maldição paira sobre o destino da família com repetições inquietantes e inexoráveis. Do mal-dito ao bem dizer há um trabalho a ser desenvolvido”. (Ibidem, p.32)

O silenciamento familiar, a supressão de partes da história e os segredos implicam num pacto; do qual os membros participam como cúmplices e constitui-se numa exigência para o pertencimento ao grupo. A exclusão de certos significantes leva ao seu retorno sob forma de sintomas. Esses significantes excluídos são encenados em atos, dando vazão a uma repetição sem fim. Assim, o não-dito torna-se mandato e é posto em ação, na forma de fazeres que causam estranhamento. O silenciamento dos pais aparece nas repetições das fantasias da criança. A supressão e distorção de significantes essenciais, o não-dito, opera à revelia do intuito dos pais e levam à produção de sintomas nos filhos. O silenciamento se transforma em mal-dito na medida em que o que não se diz é transmitido de qualquer forma, e apropriado pelos filhos através dos sintomas. Estes insistem em se propagar enquanto mensagens indesejáveis do que se tentava omitir e negar. Segundo Rosa (2009) a repetição é pôr em ato o mal-dito familiar. Ela afirma que a inovação em relação ao *Recordar, repetir e elaborar* de Freud (1914) é que a repetição não se opera no próprio sujeito, mas no filho, pondo em ação a história intergeracional. A maldição seria essa insistência demoníaca da repetição através dos sintomas que remetem ao passado doloroso não elaborado dos pais, a que se tentou esquivar pelo silêncio

e pela negação. O processo para o bem-dizer implica num caminho tortuoso de fazer frente aos próprios fantasmas.

Nos limites da linguagem, do que pode ou não ser dito ou pensando é posto em ação os fazeres da criança, os seus atos que se expressam em sintomas. Pelo atravessamento encarnado do Outro, a relação com o desejo se expressa de forma peculiar. As produções sintomáticas das crianças tornam visíveis os conflitos ocultados pelos pais. O *acting-out* aponta para o que escapa à memória, mais especificamente ao que está interdito de se lembrar, e perpetua-se enquanto repetição, na volta do reprimido.

Vamos nos debruçar agora sobre o texto **Repetir, recordar e elaborar** de Freud, 1914, para melhor compreender o fenômeno da repetição. Com a renúncia à hipnose, Freud propõe a empreitada de desvelar a partir dos pensamentos espontâneos do paciente, ou seja, através da livre associação, o que ele não conseguia lembrar. Enfrentaria a resistência através do trabalho de interpretação e ao comunica-lo ao paciente. Com atenção para o momento em que se haviam formado os sintomas, reconhece as resistências e esforça-se para torna-las conscientes. O objetivo seria preencher as lacunas da memória e superar as resistências da repressão.

“(…) o analisando não recorda absolutamente o que foi esquecido e reprimido, mas sim o atua. Ele não o reproduz como lembrança, mas como ato, ele o repete, naturalmente sem saber que o faz”. (Freud: 2010, p.200)

A produção sintomática aparece enquanto ato. Atua reproduzindo na atualidade um conflito da sua história infantil. Não rememora esse evento do passado, mas sim o reproduz como um fato do presente. A atuação se repete e toma ares de destino. O sujeito se vê preso numa situação que não cessa de se reproduzir, sem entender o que lhe cabe nesse ato. A repetição toma conta a despeito da volição do Eu e não há qualquer recordação da sua história passada. A compulsão à repetição é a forma sintomática do analisando recordar.

“Devemos estar preparados, portanto, para o fato de que o analisando se entrega à compulsão de repetir, que então substitui o impulso à recordação, não apenas na relação com o médico, mas também em todos os demais relacionamentos e atividades contemporâneas de sua vida”. (Ibidem, p. 201)

É na transferência que se dá primordialmente o fenômeno da repetição, seja na transferência com o analista ou em outros relacionamentos da vida do analisando. Fica bloqueada às vias para a rememoração e ela se reproduz de forma distorcida nos atos do paciente. Quanto mais intensa for a resistência, mais o processo de rememoração será substituído pela atuação. Quando há uma transferência positiva com o analista, isso permite que

as lembranças comecem a vir à tona, mas quando a transferência se torna hostil ou mais intensa, as repetições tomam o lugar das lembranças. A resistência se intensifica e o analisando repete e reproduz na relação com o analista, porções da sua história infantil. Será através do manejo da transferência e das interpretações, que o analista buscará fazer com que o analisando retome o caminho das lembranças.

“Para nós se torna claro que a condição doente do analisando não pode cessar com o início da análise, que devemos tratar a sua doença não como assunto histórico, mas como um poder atual. Essa condição doente é movida pouco a pouco para o horizonte e o raio de ação da terapia, e, enquanto o doente a vivencia como algo real e atual, devemos exercer sobre ela o nosso trabalho terapêutico, que em boa parte consiste na recondução ao passado”. (Ibidem, p.202)

Para o analisando não se trata, em um início de análise, de fragmentos do passado que são reencenados em atos, mas sim de uma força do presente. Trata-se aparentemente de conflitos e eventos muito atuais. Através da transferência com o analista, as repetições adentram o âmbito da análise, de uma situação que pode ser trabalhada e moldada nesse contexto. A partir dessa estratégia o objetivo é reconduzir a atenção para a história passada do analisando e resgatar o processo de memorização. O reprimido se faz presente nas repetições e os sintomas são reencenados ao longo do tratamento. Muitas vezes os sintomas se tornam mais agudos nesse processo até que o caminho da memorização seja desbravado. Aos poucos as lembranças substituem os atos e a repetição cessa. Novos significados são dados aos sintomas.

“Das reações de repetição que surgem na transferência, os caminhos já conhecidos levam ao despertar das recordações, que após a superação das resistências se apresentam sem dificuldade”. (Ibidem, p.207)

É possível através do manejo da transferência, trabalhar em análise com as repetições do analisando que sempre são de ordem inconsciente num primeiro momento. A reprodução de sequências como atos, ideias, pensamentos ou sonhos no âmbito transferencial permite a elaboração das resistências, ao se dar novos significados aos sintomas e aos poucos reconduzir o que parece ser de ordem atual à sua origem enquanto lembrança de uma porção da história do analisando, que na sua origem gerou sofrimento.

Em **Além do princípio do prazer**, de 1920, Freud, retoma o fenômeno da compulsão à repetição reformulando a sua teoria. Aprofunda-se sobre o tema dos sonhos traumáticos ligados a uma neurose traumática. O paciente nos sonhos revive a situação do evento que despertou a

sua neurose, por exemplo, um acidente. Revive e repete nos sonhos a situação dolorosa. Freud escreve também sobre a brincadeira do seu neto, o fort-da, no qual reencena a situação dolorosa de separar-se da mãe. A repetição de situações que trouxeram dor, chama a atenção e está numa dimensão pulsional que transcende o princípio do prazer. São marcados por uma insistência conservadora. Remete a um movimento regressivo, de retorno à origem, ao estado anterior à vida. Formula a pulsão de morte para dar conta da ideia de compulsão à repetição.

Ao retomar o conceito de compulsão à repetição, Freud afirma que:

“O inconsciente, ou seja, o “reprimido”, não promove qualquer resistência aos esforços da terapia, ele mesmo não procura senão, apesar da pressão que sobre ele pesa, abrir caminho rumo à consciência ou à descarga através do real”. (Freud: 2010, p. 178)

Freud propõe não opor mais o consciente ao inconsciente, mas sim o Eu àquilo que foi reprimido. Uma porção significativa do Eu é inconsciente e apenas uma pequena parcela pertence ao pré-consciente. Ou seja, a resistência do analisando provém do seu Eu e a compulsão à repetição deve ser atribuída ao reprimido inconsciente. A repetição de sequências dolorosas, que têm um aspecto demoníaco de insistência diz respeito à ação da pulsão de morte e não obedece ao princípio do prazer. Dá a impressão de um destino que as persegue, quando na verdade reitera uma porção da sua história sexual infantil. O reprimido, articulado à pulsão, apresenta-se sob forma de repetição.

Voltaremos agora ao texto de Rosa na qual trata da repetição no contexto do não-dito e seus impasses na transmissão:

“A transmissão intergeracional do desejo e do gozo produz impasses na constituição do filho, especialmente na operação de separação da alienação ao desejo dos pais, que satura de identificações e repetições que podem lançar o filho na direção do gozo em vez do desejo” (Rosa, 2009, p.37)

O mal-dito dos pais pode promover uma alienação da qual é difícil de escapar; o que levaria a uma repetição sem fim. O filho não consegue se diferenciar e leva o silenciamento dos pais em diante, sem conseguir atentar para a sua possibilidade de singularização. O movimento de dar vazão às suas próprias criações fantasmáticas fica impedido. O filho fica refém de uma versão da sua história familiar dominada pela rigidez, e, os pais, por sua vez, querem preservar o ideal narcísico da família ou até mesmo da comunidade. O segredo é a forma com que fazem frente à angústia que despertam esses temas de sua história. Inevitavelmente, em função da alienação ao desejo dos pais e através dos processos de identificação o não-dito aparece na

subjetividade dos filhos e o que era para ser excluído de sua história é transmitido e aparece através da repetição. A criança fica dominada pelo gozo, ao invés de poder saber do seu desejo e articular as suas apostas e escolhas a partir da sua diferença.

“O fazer, premência humana de marcar presença, de provar a particularidade da própria existência, fica perturbado pelo estranhamento. Este e a sensação de impotência frente ao próprio ato confirmam a hipótese de que, quando o fluxo do dizer é interrompido, é a dimensão do fazer que desperta as questões. A relação é quase direta: interrompido o fluxo do dizer, bloqueado o pensamento, é na dimensão do fazer que aparecem as questões.” (Ibidem, p.123)

Quando os significantes são suprimidos ou interditados e um mandato de não dizer dirigido aos filhos, o percurso do falar e pensar e o acesso ao simbólico ficam bloqueados. Não há espaço para pensar e o *acting-out* toma conta. Um fazer que causa estranhamento ao Eu. Através da repetição, a noção da temporalidade é alterada. O passado se faz presente e instaura a noção de engano sobre si mesmo. Trata-se de uma resposta à ascendência e está ligada à moral e à culpa, seguindo à ordem do imaginário. O *acting-out* estrutura-se como um enigma a ser decifrado, ao mesmo tempo desvela e recobre sentidos. O reprimido ao retornar na repetição extravasa através da ansiedade. No agir do filho, no seu sintoma, se impõe algo de não elaborado na história dos pais. Trata-se de uma forma de fazer voltar o passado ao presente, porém esse fragmento do passado vem dos desejos e fantasias inconscientes dos pais que se inscreveram nos filhos. O sintoma do filho presentifica algo da história do conflito infantil dos pais ou de seus conflitos atuais como traumas. De qualquer forma, o seu fazer dá margem a encenação de um conflito da geração anterior e lhe causa estranhamento.

Os pais acreditam que as crianças não sabem de algo, quando elas não falam do assunto. Uma visão idealizada do passado, de si mesmos e do próprio filho é imposta enquanto versão definitiva e estagnada da história. Acreditam que o que é dito no discurso manifesto corresponde ao que a criança sabe. Fica a questão da diferença entre saber e conhecimento. O que está em jogo no saber sobre o desejo?

“(…) o saber e o conhecimento não coincidem. O Eu só toma conhecimento da parte do saber do sujeito que não o ameaça em suas premissas básicas. Quando o Eu é ameaçado, o saber do sujeito é tratado como mera fantasia, que não precisa ser levada em consideração e que não tem nenhuma conexão com a realidade. Dessa forma, o Eu convive na fantasia com um desejo

que lhe é estranho, mas cuja existência não pode ignorar, que insiste em se manifestar, mas não é considerado realidade.” (Ibidem, p. 87)

A noção de realidade externa está ligada às porções do espaço exterior que são investidos libidinalmente. O saber do sujeito sobre o seu desejo e o conhecimento acerca do que se constitui como realidade externa se opõe muitas vezes. O Eu, ligado à imagem de si, seleciona o que pode aceitar acerca do saber do sujeito ou não. Preserva-se do que o ameaça. Causa-lhe estranhamento a dimensão do desejo, da qual não escapa, mas também não a agrega. O não-dito está no campo do saber e não do conhecimento ou da realidade externa. Ameaça a rede de identificações que permeiam as fundações do Eu. O que coloca, de um lado, o não querer saber, e, de outro, a repetição, que se instaura no *acting-out*. O saber sobre o desejo não pode se integrar ao campo do conhecimento. Ocorre uma divisão e uma oposição entre o que o Eu diz e o que o sujeito expressa no corpo, nas fantasias e no brincar.

“(…) Não dizer é um processo ligado à dívida em relação ao Outro, seja simbólica, ou imaginária, que dificulta a articulação do significante e, nessa medida, impossibilita novos saberes e mostra o assujeitamento necessário ao sujeito para se manter no grupo. O não-dito tem relação com o saber que não pode ser aceito abertamente. O calar tem força de mandato e é condição de solidariedade para pertencer. Pertencer ao contexto, que afirma a existência segundo algumas definições. O não-dito possibilita um saber independente do Eu, ao qual o Eu não tem de responder”. (Ibidem, p.91)

A fim de garantir a sua pertinência ao grupo e com consequências para a sua constituição subjetiva, o sujeito fica apartado de certos significantes fundamentais e sem acesso a novos saberes. O saber sobre o seu desejo faz frente a obstáculos, já que o Eu não tem condições de aceitar esse saber sem ameaças aos seus fundamentos. O mandato de silenciar é condição para pertencer ao grupo familiar. O não-dito implica em calar sobre o saber. O silenciamento pode ter diferentes formas e se expressa através de duas funções: por um lado, pertencer ao grupo, e, por outro, criar um espaço fantasmático de distância do Outro; o que lhe permite escapar à submissão completa. Esse espaço dá margem à existência do próprio sujeito, à uma interioridade que se opõe ao tudo dizer e permite que haja um tempo de elaboração.

Quando os pais creem que o filho não sabe, está em jogo uma ideia de controle da informação. Priva-se o filho de significantes fundamentais para a sua constituição subjetiva. Por outro lado, para o filho o ter que dizer tudo implica em maior submissão. O tudo dizer substitui a atividade de pensar e criar. Para o Eu é importante calar sobre o pensamento, para

dar vazão a uma interioridade que permite um espaço para a elaboração e a atividade fantasmática. A autonomia da criança depende de poder manter pensamentos secretos.

Segundo Rosa (2009), o não-dito implica na análise das relações familiares. Existe um pacto que mantém a força do grupo familiar. Os membros partilham uma mesma crença, o que garante os seus lugares na família. Implica num pacto de silêncio e convivência mútuos. Existe uma rede interpessoal que une a família e cada um paga um preço para fazer parte.

“O mito familiar manifesta-se através dos rituais, instrumentos de transmissão de valores, atitudes e crenças contidos nos mitos. Eles aparecem nas tradições e interações. As críticas a elementos do mito são tomadas como ataque à identidade do grupo e ameaçam a pertinência no grupo”. (Ibidem, p.94)

Os mitos são crenças partilhadas pelo grupo. Servem como referências para interpretar e outorgar valor à realidade compartilhada pelos membros e também consolidam o reconhecimento do pertencimento da pessoa ao grupo. Os rituais e tradições familiares implicam na propagação e reiteração de certos valores do grupo e formas de compreender o entorno, assim como na forma de criar os filhos. Nas mais sutis interações se inscrevem formas de pensar e fazer que asseguram o mito familiar. Quando esses mitos se tornam rígidos e pouco permeáveis, resultam num mandato que as novas gerações devem seguir sem espaço para a singularidade e o modo com que cada um modela a sua história e a do grupo. Não há mais espaço para a história de cada um. O temor do exílio faz com que todos se submetam a esse pacto. A questão central seria a manutenção dos grupos e evitar a sua separação. A transmissão bem lograda pressupõe versões que permitam que cada geração modele o mito familiar segundo a sua diferença e que crie novas versões do mito. Mas, com um mandato de não dizer e uma versão estática do mito familiar ocorre impedimentos na transmissão.

Segundo Rosa (2009) as dívidas tomam um papel central nos grupos familiares. Dizem respeito à preservação da existência biológica e da linhagem. O seu contraponto é a lealdade que traça conexões entre as gerações passadas e futuras. O filho fica comprometido com uma dívida existencial em relação aos cuidados recebidos e deve honrar essas cadeias multigeracionais de obrigação, compromissos e expectativas. A importância de se pagar a dívida é mantida independente da qualidade dos vínculos afetivos. Age mesmo quando é negada ou ignorada.

“A tese é que os sintomas de uma criança são também representativos dos conflitos ocultos e não resolvidos entre várias gerações da mesma família ou entre ambas as famílias de origem. Os conflitos não resolvidos em uma geração são perfeitamente conhecidos pelos filhos, ainda que os pais acreditem que tenham os mantidos em segredo”. (Ibidem, p.95)

Faz-se importante compreender o lugar que a criança ocupa no mito familiar e nessa trama de endividamento existencial. O mito se presentifica nas práticas do dia-a-dia, no que se faz e se fala, nas regras de educação e nas práticas de regulação do corpo. O segredo se imbrica nesses meandros, suprimindo significantes fundamentais para a transmissão. A elaboração que se faz a partir do que falta, do que se apresenta enquanto incógnita é que permite construir uma história, narrativas de si que clamam sentido e que abrem a uma criação e recriação fantasmática. Inaugura uma bricolagem sobre a sua própria verdade, inventando os elementos da própria vida, a partir dos indícios, criando um contorno a partir do que é transitório e preche de ilusões, mas é próprio. Ao invés do destino de se insistir na insaciável repetição.

“o significante não é próprio de ninguém, este atravessa gerações. Tem efeitos imponderáveis, pois gera várias significações, sem poder automático. Algo se torna significante, pela condensação e pelo investimento do desejo implicado. É identificado pela repetição, que pode ser um dito ou um procedimento familiar repetido. Conduz para alguma direção, conduz a algum caminho, para o significante que representa o sujeito para outro significante. Prender-se a ele é a única oportunidade que o sujeito tem de ser incluído na ordem humana”. (Ibidem, p101)

A criança não é passiva na recepção dos significantes, ela os destrincha e produz significações. Explora as suas fontes e inventa destinos possíveis. Ativamente busca e encontra significantes que a representa no discurso familiar e no campo do desejo. Ela expressa significantes que marcam a sua formação nos dizeres e atos dos que a cercam. A sua história se faz a partir do que fantasia, mas fundamentalmente a partir do lugar que ocupa no mito familiar, num regime desejante do grupo de pertencimento. Precisa de um lugar no desejo do Outro, um lugar a partir do qual encontre uma vida a reinventar. Ao mesmo tempo, é fundamental que não se cole numa alienação ao desejo parental e possa se desprender de um excesso de identificações para que possa apostar no próprio desejo ao invés de ser lançada e fixada no gozo. Para que assim possa encontrar um espaço de potência e construir as suas diferenças. Não existe como

domar o significante e fixa-lo a uma única ordem de significação ou retê-lo a uma geração, ele clama por uma trama de significâncias e atravessa diferentes gerações. Ele não se reduz ao plano das palavras e, portanto, não se transmite somente pelo dito. Nos processos inconscientes e na sua relação com o desejo, o significante toma força e percorre os discursos familiares e imprime a sua força na possibilidade de emergência do sujeito.

O não-dito implica a crença num destino já traçado, no qual a criança pode ficar paralisada por um saber que não compreende. Toma-se essa crença como uma realidade. Despe-se a história do enigma do sujeito e propõe-se um sentido único ao invés de uma trama de significações. Porém, o que se transmite vai além dessa versão unívoca da história familiar e dá margem fatalmente à repetição. O sintoma da criança tem um valor de mensagem, comunica sobre o discurso dos pais. Vai falar das lacunas e dos vazios da história familiar, toca numa verdade que não é dita. Fala de um saber sobre o desejo, que não é admitido enquanto conhecimento do Eu. A saída do aparente destino de repetição se faz na desconstrução dessa crença que é tida na família como realidade, o que implica numa mudança de lugar e dá margem ao sujeito advir como protagonista da sua existência. Questiona-se não propriamente os fatos, mas os indícios e sinais que apontam para o enigma e para o saber sobre o próprio desejo.

“Ao dizer sobre a dor das perdas, pode-se descolar delas a condição de sofrimento. O luto do passado não se opera com esquecimento e segredo. Sem os significantes, pode-se ficar apegado a um único significado, o que acontece quando o não-dito passa a ter relação com o sintoma, na medida em que se torna uma repetição desatualizada e fora do contexto. O que foi descartado retorna deslocado no sintoma, por várias gerações, para que a verdade fale. Só então pode ser possível desidentificar o acontecimento, para que trace um futuro para todos e se torno um emblema cultural”. (Ibidem, p.120)

Quando opera o não-dito com frequência há uma tentativa de construir um futuro, independente e a despeito do passado. Ocorre uma tentativa de esquecer o que é doloroso ou vergonhoso, e fingir que a dor nunca existiu. Tenta-se apagá-la sem se fazer o luto das perdas. Os pais tentam criar uma versão do passado harmoniosa e idealizada. Nessa empreitada acabam obturando as possibilidades de significação do que não foi representado. Fica encoberto por uma visão imaginária e estática que impede o sujeito de se questionar. O passado doloroso desperta o emudecimento. Como estão sob efeito de processos inconscientes, os pais não sabem o que nos acontecimentos os fazem calar. Significantes essenciais são suprimidos e a

transmissão impedida, o que dificulta criar significações e fazer escolhas a partir do desejo. As marcas do enigma voltam a repetir-se na forma de sintomas e atravessam gerações. Na procura da verdade do sujeito, há uma insistência na possibilidade de se historicizar, resgatar os significantes fundamentais e tecer uma trama de sentidos. Movimentar a cadeia de significantes para produzir novos sentidos. Cala-se sobre a história familiar, assim como sobre a história de um povo ou de um país. Podemos tomar como exemplo os efeitos do não-dito sobre o Holocausto, no qual tanto os filhos de nazistas e de judeus sobreviventes são apartados da história dos pais. Esta solução impede a transmissão e dificulta a tarefa de elaborar o passado a fim que se torne um emblema cultural. A partir do qual seja possível traçar um futuro, prehe de significâncias que permita aos sujeitos envolvidos esboçar caminhos apostando no desejo.

“(…) A historização do desejo é fundadora em seus efeitos sobre o sujeito, independente da grandiosidade ou do fracasso dos acontecimentos. A transmissão é útil por permitir servir-se do passado como instrumento para ver mais claro e agir sem demora. Tem função de ensino e exemplo daquilo que exige um corte para que não se repita. Desta forma, recuperar a história, tomada aqui como as marcas do que deve ser representado, é um processo que inaugura para cada homem, a possibilidade de ser novo e não mera repetição do luto não elaborado”. (Idem)

Não são os fatos em si que são fundamentais, o seu sucesso ou fracasso, mas sim a sua possibilidade de suscitar uma trama de sentidos que permita ao sujeito historicizar o seu desejo. O movimento que interessa é a criação de cenas, que imbricam na análise da relação dialética do desejo com o outro. Resgatam-se no passado os instrumentos para a criação de um futuro, não dominado pelo sintoma e pela repetição. A transmissão da história é a chave para que não se fique como refém do passado. A elaboração das dores e das perdas abre o caminho para a verdade do sujeito e para o saber sobre o seu desejo. Abre-se para a empreitada de construir um discurso próprio. Inaugura a possibilidade do sujeito se engajar na sua genealogia a partir da sua própria diferença e do que o singulariza, a fim de criar novos rumos na sua história familiar e no imbricamento com o contexto sócio-político.

Depois dessa incursão pelo texto de Rosa sobre os efeitos do não-dito, voltaremos a tratar do caso de Charlotte citado por Hassoun, que presentifica os desdobramentos do mal-dito familiar e dos impasses na arte de transmitir. Hassoun fala da transmissão como uma necessidade atual ditada pelas mudanças que se fazem nos valores tradicionais. As dificuldades

de se transmitir o entusiasmo de eventos históricos, sociais ou da história familiar se inscreve como um sintoma da atualidade. No caso de Charlotte ela herda dos pais uma grande perplexidade. O fato de ela se lembrar do natal como a única festa celebrada em família denota um impasse de transmissão das famílias judaicas assimiladas, o que lhe causava grande sofrimento. Esse caso é emblemático de famílias que são muito endogâmicas, mas que acabam perdendo os seus traços culturais para a cultura dominante. Ela herda o nome da tia sem que nenhuma palavra seja dita sobre essa filiação simbólica. O fato dela fazer parte de uma linhagem de indivíduos que se suicidaram é silenciado. Foi a revelação brutal do avô que a permitiu se distanciar de uma fragilidade que a dominava. Excluída de uma história familiar e de um grupo, ela vai se apropriar e decifrar a transmissão através da arte. Ela reconstitui por conta própria o que lhe faltou. Foram as suas pinturas que lhe permitiram criar uma história pessoal. Segundo o autor ela conseguiu transmitir para a próxima geração o seu percurso, apesar do silêncio dos pais.

1.3 Transmissão, experiência e narrativa

Hassoun vai abordar as vicissitudes da transmissão por populações que fizeram deslocamentos territoriais. Aponta que depois da destruição de um grupo humano, do exílio forçado, da emigração econômica ou política, existem homens e mulheres que se consideram nascidos no exílio. Mesmo depois de duas ou três gerações nascidos no país de acolhida. Nascer no exílio parecem ser termos que se contradizem. Como é possível nascer no exílio? Isso se dá em função da história do exílio parental. Os filhos sentem que nasceram arrancados do seu ambiente próprio, de um lugar que consideram deles. Sentem-se marcados por um deslocamento que os paralisa. Os seus nomes estrangeiros atualizam o laço com a terra dos pais. São vistos como estrangeiros tanto pelos habitantes do país de acolhida como os do país de origem.

“Crianças de um divórcio ou de uma separação de corpos, têm como única referência o silêncio dos pais sobre o local de onde vieram... O silêncio ou eventualmente uma palavra nostálgica ou agressiva no lugar da terra dos ancestrais que se tornou terra do inconcebível. Do total in-concebível. Eles

nasceram dessa dificuldade de conceber, da impossibilidade de pôr em palavra o seu passado (...)" (Hassoun: 2011, p.35, tradução nossa)⁶

O silêncio parental sobre a história da emigração, da ruptura, torna a herança para os filhos muito difícil de elaborar. Põe o sentimento de pertencimento em cheque. Ficam entre dois lugares sem ter espaço para criar raízes e repensar os meios de ligação seja com a terra natal dos pais ou do país de acolhida. A ruptura que promoveu o abandono do país de origem, os abalos políticos ou socioeconômicos, deixa de ser falada. Não existem condições ou palavras para os pais simbolizarem essa separação e as relações com o país de origem se torna conflituosa. Os filhos não conseguem conceber a história de emigração dos pais, e nem têm meios para pensar sobre o que a terra de origem dos pais significa para eles. O passado fica sempre presente e ao mesmo tempo impossível de conceber.

Para ilustrar essa condição de nascido no exílio, Hassoun dará como exemplo o caso de Rebeca. Ela nasceu na periferia de Paris, de pais egípcios. A família até hoje permaneceu muito ligada à aldeia do Nilo de onde vieram. Viviam juntos com outras famílias egípcias, convivendo de acordo com as suas tradições e rituais. Rebeca nasceu na França e sempre se sentiu menos legítima no seu meio familiar em função de não ter nascido no Egito. Nascida no exílio ela não sabe como e nem em que língua falar do país de origem. A família sempre viveu voltada para o passado. Ela sentia vergonha de ter nascido estrangeira na França. Ela sentiu na pele essa ruptura e havia um mal-estar em relação à língua. Quando ela pensava no seu passado, na sua infância, não sabia em que língua se expressar. Quando falava sobre a sua genealogia não sabia em que língua fazia sentido falar. Na língua do país dos pais? Ou na língua do país de acolhida? Procura uma língua através da qual a palavra possa fazer uma inscrição, ao invés de se fechar no silêncio.

⁶“Enfants d’un divorce ou d’une separation de corps, ils n’ont pour toute référence que le silence parental sur ce lieu dont ils sont issus... le silence ou alors une parole nostalgique ou agressive à l’endroit de cette terre ancestrale devenue terre de l’inconcevable. De l’in-conçu radical. Ils sont né de cette difficulté à *concevoir* , de l’impossibilité à mettre de mots sur ce passé (...)” (Hassoun:2011, p. 35)

Não seria preciso nesse contexto encontrar uma outra forma de lidar com a língua, que expressasse esse novo lugar entre dois mundos? Palavras que deem conta de um novo lugar, de uma nova posição frente à língua, seja ela dos pais ou do país de acolhida. Uma fala que se inscreva de modo a dar conta de uma nova posição frente ao passado. Hassoun vai falar das línguas de contrabando.

“As línguas de contrabando são um pouco de tudo isso; elas são queridas, elogiadas, são a propriedade de quem crê ser seu depositário. São como uma música, uma melodia, um acalanto; são invocadas ou convocadas para consolar ou para padecer enormes, santas e ridículas indignações”. (Ibidem, p.37, tradução nossa)⁷

O autor fala de línguas que misturam sons do passado com os do presente. Como por exemplo, o crioulo. Línguas que denotam uma mistura de diferentes culturas de pertencimento. As línguas de contrabando evocam sons de músicas de ninar, por exemplo, de sons da língua dos pais que remetem às trocas permeadas por histórias de carinho. Por referências culturais que não se conhecem mais o seu pertencimento cultural exato, mas que permanecem em função da evocação de uma história de cuidados que passam de geração em geração. São línguas misturadas, que evocam diferentes culturas e pertencimentos. Falam da história dos pais, do passado, mas também da história dos filhos e do presente. Recobrem dores, descobertas e alegrias. Nascem de um espírito criativo que precisa dar conta de vários rumos de pertencimentos. São feitos de melodias e sons que convocam a novos encontros sem deixar de lembrar dos restos arcaicos, do que foi perdido e ao mesmo tempo reconquistado. Diz respeito aos sons recriados para dar conta de uma nova realidade e de um novo campo de possibilidades.

Hassoun acredita que para transmitir é fundamental se assumir contrabandista. O purismo da língua e o seu caráter de permanência seria um engodo. Não é possível fazer uma volta ao passado e encontra-lo intacto. É importante pensar que cada um porta consigo aspectos do presente e do passado, de um país e de outro. O contrabando significaria para o herdeiro ter

⁷ “Les langues de contrabande c’est un peu tout cela; elles sont chéries, adulées, elles sont la propriété de qui croit en être le dépositaire. Elles sont une musique, une mélodie, un bercement; elles sont invoquées ou convoquées pour consoler ou pour soutenir d’énormes, saintes et ridicules indignations”. (Ibidem, p.37)

esse espaço de liberdade para compor o passado e o presente, as várias influências culturais que permeiam a sua vida. Criar a partir do passado, da história dos pais, em comunicação com as vicissitudes do presente e da cultura do país de acolhida que também lhe pertence.

O autor ao falar dos exilados que têm muito medo de perder a língua da terra de origem e se pergunta se as línguas são mortais. Em um mundo no qual o nomadismo é frequente, no qual se deslocam pessoas e comunidades inteiras, no qual as tradições e particularismos tendem a se perder, as línguas acabam morrendo. Hassoun chama as línguas mortas de línguas prolongadas. Algumas dessas línguas são apenas lembranças. Outras são objeto de monografias ou tratados científicos, e, enfim, algumas pertencem à memória oral. No entanto, essas línguas continuam surtindo efeitos e são objeto de nostalgia. Línguas como o latim e o hebreu são consideradas línguas sagradas. Elas são ritualizadas e sacralizadas, são objeto de purismo. Tenta-se reproduzi-las com o mesmo sotaque. Elas não são mais faladas, mas sim recitadas. Por isso, são línguas prolongadas. Não desapareceram, pois são objetos de nostalgia.

O crioulo, por contraste, engloba línguas do passado, àquelas faladas pelos ancestrais. Mas, não são coladas ao passado. Não há uma tentativa de voltar para a época dos ancestrais. As línguas como o crioulo misturam passado e presente, por exemplo, o cajun de Louisiana ou línguas judaicas como o alemão judaico, o espanhol judaico, etc. Segundo o autor, essas línguas se assemelham à ruínas, pois são testemunhos do passado. Um testemunho reinventado. Ao invés de serem cemitérios da linguagem, podem se transformar em jogos de palavras. Permitindo com que se brinque com a língua, com as palavras e os sons. Essas línguas podem se transmitir como um nome de família, acompanhadas das marcas do nomadismo e dos deslocamentos.

“As línguas do esquecimento são linguagens, palavras que a criança ouve sem compreender e que dão ritmo aos pequenos e grandes acontecimentos de sua infância. É a língua do balbucio, a língua do aleitamento, a língua apenas articulada de exclamações, de palavras que ainda não representam nada, que são como sussurros, suspiros, fragmentos de palavras, de flechas enterradas na carne, de carícias esboçadas, de bofetadas jamais impostas, e que encontramos como adultos um dia para grande surpresa nossa no correr de uma frase, ou de uma emoção”. (Ibidem, p.41, tradução nossa)⁸

⁸ “Les langues de l’oubli sont des langues, des mots, que l’enfant entend sans comprendre et qui rythment les petits et grands événements de sa vie de

A língua do esquecimento diz respeito ao esteio das nossas emoções mais arcaicas e mais violentas. A sua transmissão está ligada aos primeiros cuidados, aos gestos e toques da primeira infância. É passada através de meias-palavras, dos sons que escutamos ainda sem entender. Permeiam processos inconscientes e mostram aquilo que sabemos, mas do que não mais nos lembramos. Esses esquecimentos são essenciais na nossa vida, marcam os nossos passos e modos de ser. São o compasso de nossos gestos e atitudes, que compõe a nossa existência sem que nos demos conta disso. As línguas do esquecimento nos constituem de forma fundamental. A língua do esquecimento estaria ligada à língua materna? Hassoun se pergunta o que seria a língua materna. Seria a língua que ouvimos na infância? Ou a língua que uma mãe fala para um bebê? Cita **O esquizo e as línguas**: livro de Wolfson que nasceu em Nova York de pais nova yorquinos. A partir dos vinte anos parou de falar inglês e não podia nem mesmo escutar a língua materna. Andava com um walkman escutando rádios europeias, escrevia em francês e falava línguas estrangeiras. Falar a língua da mãe significaria se confundir totalmente com ela. Ele tinha horror da língua materna na mesma medida em que amava e odiava violentamente a sua mãe. Não existia entre ele e a mãe um terceiro, não havia limites para a invasão materna. Um caso de psicose que apontava para os impasses que representavam a língua e seu papel na constituição psíquica.

“A língua chamada materna, paradoxalmente, seria a língua que embora veiculada pela mãe, permite a criança dela se separar. É a língua que permite dirigir-se ao primeiro Outro__a mãe__, entretanto, para que esta abordagem seja possível, é preciso que se instaure uma distância que possibilite à criança perguntar sem ter medo de ser engolido por um sim que antecipe seus desejos ou um não que ele ouviria como uma rejeição radical que o impeliria para as trevas de fora”. (Ibidem, p. 43, tradução nossa)⁹

nourisson. C’est la langue du halètement, la langue de l’allaitement, la langue à peine articuler des exclamations, des mots qui ne représentent encore rien, qui sont comme autant de chuchotements, des soupirs, de fragments de mots, de fleches plantées dans sa chair, de caresses esquissées, de gifles jamais assénées, et qu’adultes nous retrouvons tous un jour à notre grand étonnement au décours d’une frase, au décours d’une emotion”. (Ibidem, p.41)

⁹ “ La langue dite “maternelle”, paradoxalement, serait cette langue qui, quoique véhiculée para la mère, permet à l’enfant de se separer d’elle. La langue

A língua materna seria fundamentalmente aquela que aponta para a diferenciação do corpo da mãe. Através da língua se constrói um primeiro endereçamento, uma iniciação no campo da linguagem e seus significantes. Porém, esse endereçamento vem necessariamente acompanhado de um imperativo de separação. A distância entre mãe e filho é fundamental para que se instaure a possibilidade de uma demanda por parte da criança. De forma que não haja formulações por parte da mãe que representem imperativos dominantes na sua subjetividade. O poder do primeiro grande Outro se faz segundo certos limites, de maneira que não ameace o sujeito nascente. Segundo Hassoun, a língua representaria a parte da mãe que se distrai da criança e se interessa pelo que se passa ao redor dela, ao invés de se constituir enquanto continuação da mãe e do seu corpo. O vir a ser da criança se faz na medida em que a língua materna exerce o seu papel fundamental enquanto possibilidade de se endereçar ao Outro, e, ao mesmo tempo marca esse compasso de distinção do campo materno. Constrói-se um hiato, uma possibilidade de separação para construir uma demanda.

De acordo com o autor, o exílio concreto aponta para a metáfora do sujeito enquanto exilado de um amor impossível, daquele no qual se submergiria no desejo materno, e, nesta medida, somos todos exilados. A língua materna nos acompanha nas mais variadas dimensões e manifestações de nossa vida, seja no contexto do convívio social, da vida amorosa ou intelectual. A inquietação que nos provoca está ligada, portanto, não ao estrangeiro e completamente distinto de nós mesmos, mas sim às interações com o que nos é mais familiar. A intimidade de nossos encontros com nós mesmos e nosso passado infantil é que nos mostra as faces daquilo que nos inquieta.

O perigo, segundo Hassoun, se faz quando a terra de origem que foi abandonada pelo exilado se torna fonte de fascínio, como o corpo materno. Existe algo de perturbador e ao mesmo tempo fascinante nessa terra que se deixou para trás. Não se consegue mais viver sem ter como referência constante o passado. Ao invés de ficar na memória o que se foi, passa a pautar os ritmos da vida presente. Torna-se uma presença constante que deve reger todos os atos e definir todos os gestos. Deixa-se de viver e criar novos sentidos e rumos. Fixa-se ao que

permet de s'adresser au "premier Autre" – la mère-, mais pour que cette adresse soit rendu possible, il faut que s'instaure une distance qui va permettre à l'enfant de *demander*, sans craindre d'être englouti dans un 'oui' qui devance ses désirs, ou un 'non' qu'il entendrait comme le repoussant dans les ténèbres extérieures d'un rejet radical". (Ibidem, p.43)

já foi e deixou de existir. Em busca do mito de uma genealogia pura, o homem procura ser contemporâneo de seus ancestrais. Esse é um perigo que os filhos de exilados enfrentam, o de se afogar no silenciamento do exílio dos pais. Ao invés de procurar formas de inscrição de um passado, de elaborar novas formas de pertencimento, cola-se às tradições. Enfrentam uma dificuldade de evocar o país de origem, os seus modos de fazer e pensar, os seus contornos e paisagens. Mistura-se nostalgia e saudades do que não se viveu. Para os pais e avós é muito difícil encontrar palavras que deem conta de transmitir as maneiras de viver de outrora.

« Dessa maneira os ancestrais se tornam personagens de sonho__ou de pesadelo__, inconsistentes, impedindo o acesso ao paraíso perdido, proibindo também a possibilidade da continuidade entre as gerações ». (Ibidem, p. 47, tradução nossa)¹⁰

A falta de palavras para simbolizar o exílio dos pais, as dificuldades de falar sobre o processo de emigração, as suas rupturas e dores, dão margem a impasses que podem bloquear a transmissão. O passado pode se tornar demasiadamente presente, na medida em que se busca uma continuidade transgeracional colando-se aos modos de fazer e pensar de outrora. Num movimento de confundir-se com os ancestrais e apagar a história de exílios. Nunca teria se abandonado a terra natal e os conflitos que os fizeram partir deixariam de existir. Ou, a outra solução seria romper completamente com o passado e tentar se integrar ao país de acolhida, de forma a não deixar traços da história dos pais e avós. Viver a ilusão de não se ter que prestar contas de um passado, construir um futuro que não carregue consigo as pegadas de outrora. Ser o primeiro, o desbravador de uma nova linhagem. Essa é outra forma de se apegar a um mito, a uma forma ilusória de se colocar no mundo. Uma tentativa de negar o caráter histórico do ser humano e apagar as dores do passado sem deixar qualquer rastro. Essas são formas diferentes de fugir do inevitável trabalho de luto, quando se lida com os impasses da transmissão.

« A transmissão seria este tesouro constituído por cada um a partir dos elementos deixados pelos pais, pelo seu meio, os quais, remodelados por encontros casuais e acontecimentos passados despercebidos vão se articulando no passar dos anos com a existência cotidiana para desempenhar sua principal

¹⁰ « C'est alors que les ancêtres deviennent ces personnages de rêve – ou de cauchemar – inconsistants, interdisant l'accès au paradis perdu, interdisant aussi la possibilité d'une continuité transgénérationnelle ». (Ibidem, p.47)

função: a de ser fundadora do sujeito e para o sujeito“ (Ibidem, p. 69, tradução nossa)¹¹

A transmissão implica numa retessitura de marcas deixadas pelos pais, contribuições do entorno, do meio social e da cultura, elementos herdados das gerações anteriores como avós e bisavós que são reelaborados e moldados por quem os recebe a partir acaso, de eventos tomados como tão banais que nem são percebidos. As vivências que se estruturam de forma praticamente aleatórias são reorganizadas ao longo dos anos e se misturam com eventos do passado e do presente, de maneira a constituir o sujeito e fundar a partir de sua herança as suas bases, a partir de fragmentos da língua e de gestos dos ancestrais. É na criação conjunta elaborada a muitas mãos e gerações que se faz a história de um povo e de uma região, assim como se consolida o sujeito no laço social. Os contrabandistas da memória são aqueles que podem a partir do que foi herdado, revisitando o passado, recriá-lo enquanto alicerces de um novo mundo que se constrói no presente, com liberdade para escolher os sentidos que quer dar aos valores que orientam a sua existência. Abrem mão de um percurso já trilhado para se haverem com as vicissitudes do acaso e reelaborarem os rastros deixados por seus ancestrais e criarem novas formas de existir.

« Em suma, transmitir uma tradição, uma história se apresenta como uma construção, é precisamente porque o desejo de assegurar uma continuidade na sucessão das gerações provém de uma necessidade interior. Portanto, o acolhimento destas palavras e dos atos que veiculam esta herança, não se apresenta na criança como uma manifestação de passividade, e sim como um ato de reconhecimento perante aquele que transmite ». (Ibidem, p.77, tradução nossa) ¹²

¹¹ « (...) la transmission serait ce trésor que chacun se constitue à partir des éléments livrés par les parents, par l’entourage, et qui, remodelés par des rencontres hasardeuses et des événements passés inaperçus, s’articulent au fil des ans avec l’existence quotidienne pour jouer leur fonction principale celle d’être fondatrice du sujet et pour le sujet ». (Ibidem, p. 69)

¹² « Somme toute, si transmette une tradition, une histoire, se présente comme une construction, c’est bien parce que le désir d’assurer une continuité dans la succession des générations relève d’une nécessité interne. Pourtant

Receber uma transmissão não é de forma alguma um ato passivo, mas sim implica num empreendimento de construção conjunta com a geração precedente e se inaugura com o reconhecimento da criança perante aquele que lega a herança. O acolhimento da língua, dos atos, dos costumes e crenças de uma geração anterior significa inscrever no laço social uma história que se traçou e que agora precisa ser levada a diante de uma forma inusitada, abrindo espaço para uma ressignificação desse legado. O desejo de manter uma continuidade através das gerações implica numa retomada da história segundo os ditames do acaso e do presente, abrindo a herança para além dos limites de uma tradição. Uma parte da história se mantém, mas sempre reformulada a partir das necessidades dos novos porta-vozes dessas narrativas de vida. É o caráter de construção que se enfatiza na passagem da história através de diferentes gerações. A trama de significados é fonte de uma inesgotável capacidade de tecer e retecer uma história, um legado. Transmitir é um ato simbólico no qual uma geração anterior se inscreve novamente no presente. Garante um mínimo de permanência de forma que a nova geração se sinta pertencendo a um grupo, a uma sucessão genealógica, da qual se faz não só herdeira, mas também passadora. Cria um sentido de pertencimento que é fundamental ao sujeito, sem isso implicar em amarras que privariam as novas gerações de liberdade para dar sentido às suas vidas. Quando a transmissão se dá com sucesso, as novas gerações não precisam imitar as precedentes. Não se cria clones, mas sim novas formas de existir dentro de uma cultura e uma linhagem. Um trajeto que tem em seu esteio a apropriação de um saber que se transmite e se concretiza numa práxis de reelaboração da herança legada.

«(...) somente posso entrar em convívio com o novo que se apresenta a mim, na medida em que possa reconhecer nele certa familiaridade. É a partir da herança que me foi transmitida que posso ao transcende-la participar de situações novas que me seriam a priori desconhecidas ». (Ibidem, p.80, tradução nossa) ¹³

l'accueil de cette parole e des ces actes qui véhiculent cet héritage ne représente guère chez l'enfant une manifestation de passivité, mais un acte de reconnaissance à l'endroit de celui qui transmet ». (Ibidem, p.77)

¹³ « (...) je ne peux entrer en commerce avec le nouveau qui se présente à moi, que dans la mesure où il m'est possible de reconnaître une part de familiarité. C'est à partir de l'héritage qui m'a été transmis que je peux, dans le dépassement, participer à de situations nouvelles qui me seraient a priori étrangères ». (Ibidem, p.80)

A continuidade da história que se transmite permite com que não sejamos confrontados a cada geração com algo de absolutamente inédito, que romperia e arrancaria a nova geração de uma possibilidade de conceber o presente. Entramos em contato com o novo, com o desconhecido na medida em que podemos nos reconhecer nele em alguma proporção. Existiria de certa forma uma familiaridade frente a essa novidade. Na medida em que não se prescinde de um conhecimento, de um saber fazer que é legado através das gerações. A transmissão de uma herança permite com que a nova geração saiba lidar com situações novas que de outra forma seriam completamente estrangeiras e fariam despertar uma angústia sem nome. A nossa participação na cultura, a partir de eventos inseridos no laço social, faz com que a história da nossa civilização assegure uma certa continuidade. À luz dos conhecimentos herdados e recriados a cada geração é que conseguimos fazer frente à descontinuidade, com a qual nos deparamos inevitavelmente.

« (...) quanto mais a transmissão tomar em conta a situação nova, menos será uma pura e simples transposição do passado e mais propícia será a inscrever o sujeito em uma genealogia de viventes prontos a percorrer um caminho que não seja circular em torno de um terreno petrificado, e sim um trajeto suscetível de criar um campo fluido, um delta onde se articulam culturas heterogêneas que mutuamente se vivificam ». (Ibidem, p. 81, tradução nossa)¹⁴

Faz-se fundamental que a transmissão acolha o novo, o que surpreende e é constantemente reelaborado. A novidade que implica na contribuição de cada geração, retoma os contornos do que foi passado e os fatos de cultura transmitidos pelas gerações anteriores e garante o sentimento de continuidade. Afasta assim a tendência a se colocar enquanto mera transposição do passado no presente. Instaura um espaço de criatividade que permite às novas gerações desbravar caminhos que marcam a sua diferença e singularidade. Ao invés de um eterno retorno do mesmo, é possível criar campos heterogêneos de linguagem e cultura, que se

¹⁴ “(...) plus la transmission prendra en compte la situation nouvelle, moins elle sera un pure et simple transposition du passé et plus elle pourra inscrire le sujet dans une généalogie de vivants à même d’accomplir un parcours non pas circulaire autour d’une enclave pétrifiée, mais un trajet susceptible de créer un champ diffluent, un delta où s’articulent des cultures hétérogènes qui se vivifient mutuellement ». (Ibidem, p.81)

entrecruzam e promovem novas significâncias. Ao invés de insistir num suposto purismo da genealogia e herança, abraça-se as múltiplas contribuições que apontam para paisagens diferentes e novas formas de lidar com os fatos de cultura, com os novos encontros e criar uma maneira de lidar com o seu meio que até agora estava dormente. A transmissão implica em oferecer para as próximas gerações uma forma de saber fazer que possibilitará uma sabedoria sobre como lidar com as dificuldades da existência.

« Do mesmo modo não existe uma herança sem que parte dela seja extraída, não existe uma cultura transmitida (a não ser nas comunidades fechadas sobre elas mesmas, quer sejam rurais, montanhasas ou de guetos), que não passe por este processo de extração, esta parte de esquecimento que comanda a memória, que a forja e que permite a acolhida da modernidade__da diferença___ justamente a partir dessa repetição, ou no ato de seu desaparecimento ». (Ibidem, p.82, tradução nossa)¹⁵

Hassoun fala da extração como fundamental na transmissão, assim como fala que a língua materna seria passada no momento em que a mãe está distraída do seu filho com o que se passa em seu entorno. Esse hiato, essa extração, permite com que se configure um espaço de vazio e de liberdade, para que o herdeiro possa realmente se apropriar da sua herança. Dá como exemplo, culturas em que predominam a tradição ao invés da transmissão, aquelas que são fechadas em si mesmas. Em guetos, por exemplo, no qual uma geração seria a réplica da outra. Não haveria esse espaço de extração que permite que o novo emergja, assim como a possibilidade de linguagem que se desperta na criança ao invés de ser engolida pelo desejo materno. Nas duas instâncias, uma distração serviria como o esquecimento em relação à memória. O esquecimento é fundamental para que a memória opere. Sem ele não há possibilidade de lembrar com certa integridade, de forma a abrir espaço para o que importa de verdade. O esquecimento molda a memória a fim de que o novo, o diferente, que acompanha cada nova geração possa aflorar e

¹⁵ « Mais de la même manière qu’il n’est pas d’héritage sans qu’une part ne soit distraite, il n’est pas de culture transmise (sauf dans des communautés fermées sur elles-mêmes, qu’elles soient rurales, montagnardes ou ghettoïques) qui ne connaisse cette distraction, cette part de d’oubli que commande la mémoire, qui la façonne et qui permet aussi qu’à partir de cette répétition, dans son évanescence même la modernité – la différence – soit accueillie ». (Ibidem, p. 82)

encontrar o seu espaço. Dá margem a uma forma de repetição que não significa necessariamente um encerramento em si, porque é evanescente, ou seja, por trás de um desejo de ver as mesmas experiências se reiterarem, se esconde uma aspiração ao novo. Essa aspiração pode ser um caminho para que o que há de contemporâneo e de inovador se faça novamente presente. A distração e o esquecimento marcam um compasso da memória e possibilitam que o singular, o inaugural se faça presente nesse movimento constante entre as gerações. A transmissão, em contraposição à tradição, se relaciona mais intimamente com a diferenciação. Ela permite com que se perceba mais claramente a diferença entre a nova geração e aquela que a precede. Quando há transmissão pode-se perceber com maior acuidade o modo como as gerações vão se singularizando e se transformando em relação às anteriores. A transmissão diz respeito fundamentalmente ao que é mutável e não ao que é essência.

« Nunca poderei viver o que meus ancestrais conheceram, nunca poderei reproduzir exatamente o que foi o mundo de outrora. Este somente poderá ser descrito, do mesmo modo que uma tradução, algo modificada, isto é, interpretada. E confrontada a outras culturas que existem hoje na minha área cultural/geográfica, por mais estranhas que possam parecer à cultura de meus ancestrais, estarei sempre me surpreendendo com quantos elementos de minha cultura supostamente incomparável se juntam à cultura dos outros a ponto de constituir uma banalidade ou de se tornar universal ». (Ibidem, p.92, tradução nossa) ¹⁶

Segundo Hassoun toda transmissão é necessariamente uma retransmissão, ou seja, existem modificações inerentes a esse processo de passagem entre as gerações. Nessa transição há um processo de modelagem e remodelagem das formas de pensar. Haverá sempre transformações que decorrem da mudança cultural e social de uma época e das especificidades

¹⁶ « Je ne pourrai jamais vivre ce que mes ancêtres ont connu, je ne pourrai jamais très exactement reproduire le « monde d’hier ». Cela ne pourra qu’être décrit, dit, c’est-à-dire au même titre qu’une traduction, quelque peu trahi, c’est-à-dire interprété. Et confronté à d’autres cultures qui ont cours dans l’aire culturelle/géographique qui est la mienne aujourd’hui, aussi étrangères qu’elles puissent être à la culture de mes ancêtres, je serai toujours surpris d’entendre combien certains éléments de mon incomparable culture rejoignent celle des autres au point de créer de la banalité... ou de l’universalité ». (Ibidem, p. 92)

da subjetividade de cada um. Não é possível reproduzir uma época e transportá-la para novos tempos. O autor faz um paralelo ao processo de transmissão entre gerações com a tradução. O texto original e o da tradução nunca são idênticos, existe sempre um processo de interpretação, mudanças que se fazem para acomodar as especificidades de uma outra língua e do estilo do autor. O mesmo acontecerá no que toca a transmissão de uma geração para outra. Por mais que existam culturas diferentes daquelas dos ancestrais, sempre será possível uma comunicação entre elementos de culturas divergentes para criar novos encontros. Na transmissão como em diferentes culturas existem elementos heterogêneos que podem se comunicar, uma cultura vai se enriquecer com a influência de outra, enquanto outros elementos serão perdidos. Esse é um processo de renovação necessário e implica em que os modos de fazer e pensar de uma geração sejam repensados na passagem para a outra.

« Se a repetição, a parte inerte da transmissão, revela comumente uma *narração sem ficção*, a transmissão reintroduz a ficção e permite que cada um, a cada geração, partindo de um primeiro texto se permita introduzir toda sorte de variações que o permitirão reconhecer naquilo que recebeu como herança, não um depósito sagrado e inalienável, mas uma melodia que lhe é própria. Apropriar-se de uma narração para fazer um enredo, tal seria talvez o percurso que somos todos chamados a efetuar”. (Ibidem, p.96, tradução nossa) ¹⁷

Um impasse na transmissão a tornaria inerte, despida de movimento a não ser aquele da repetição. Denotaria no seu processo uma narração sem ficção, ou seja, uma forma de passagem que se reduziria a um retorno do mesmo, a uma narrativa de si sem os meandros da transformação, do processo de criação e recriação do sujeito. A transmissão de contrabando tem como carro chefe a reintrodução da ficção na narrativa de si que atravessa as gerações de sujeitos passadores. A ficção permite a cada um e a cada geração se apropriar da sua herança com criatividade, formulando variações únicas que não poderiam ser impressas por outrem. A

¹⁷ “Car si la transmission inerte, la répétition, relève le plus souvent d’une *narration sans fiction*, la transmission réintroduit la fiction et permet que chacun, à chaque génération, en partant du texte premier, s’autorise à introduire toutes les variations qui lui permettront de reconnaître dans ce qu’il a reçu en héritage, non pas un dépôt sacré et inaliénable, mais une mélodie qui lui est propre. S’approprier une narration pour en faire un récit, tel serait peut-être le parcours que nous sommes tous appelés à effectuer ». (Ibidem, p. 96)

recepção de uma herança não equivaleria a repetir, a guardar elementos da geração precedentes sem promover mudanças, mas sim a recriá-los e reelabora-los de acordo com o seu tempo e o seu estilo. A partir de um texto primeiro herdado, cada um fará uma tessitura que não é passível de cópia. Reconfigurará o texto e criará novos sentidos. Boa parte do que cabe ao herdeiro consiste nessa reapropriação do que lhe foi legado, uma reinterpretação, um trabalho criativo a partir de elementos do passado. Tecer com os fios do presente, um novo texto que será o seu. O movimento, a singularidade do herdeiro, deve ser fundamental na criação da sua própria narrativa. A transmissão seria um ato fundador do sujeito que se faz único a partir da continuidade de sua herança, sem negar o passado, mas com liberdade o suficiente para não se fazer refém dele. O precioso do trabalho de passador, assim como o de receptor da herança, consiste na apropriação singular das imperfeições de cada narrativa, marcas da passagem e recriação a cada geração de um legado.

Nesse ponto, em que Hassoun nos mostra a diferença entre a rigidez de elementos da tradição que se repetem, num eterno retorno dos mesmos modos de ser e de fazer, e o movimento tão característico da transmissão de reapropriação da narrativa para elaborar uma forma própria de se fazer passador, é que gostaríamos de introduzir o conceito de perda da experiência de Walter Benjamin.

Nos textos **O narrador** e **Experiência e pobreza**, Benjamin discute o declínio da experiência no contexto do capitalismo industrial do começo do século XX. Aponta para o esvaziamento do que concebe como experiência comunicável, que tem como esteio uma tradição partilhada entre os homens, reapropriada e reformulada a cada geração e que se baseia numa continuidade da palavra passada da geração precedente para a posterior. Benjamin cita uma fábula na qual um pai no seu leito de morte diz aos filhos que tem um tesouro enterrado no seu vinhedo. Os filhos passam a cavar incessantemente a procura desse tesouro, mas nada encontram. Em função dessa atividade, na próxima colheita têm os frutos mais abundantes da região. Não existe um tesouro propriamente dito, mas sim uma experiência que é passada de pai para filho que resulta em uma riqueza. Existe uma palavra que é passada para os descendentes e se constitui enquanto uma experiência que transcende o escopo de uma existência individual e ao mesmo tempo lhe dá sentido.

“Com a guerra mundial começou a tornar-se manifesto um processo que desde então segue ininterrupto. Não se notou, ao final da guerra, que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável? E o que se derramou dez anos depois, na

enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca a boca”. (Benjamin: 2012, p. 214)

Benjamim viveu a primeira guerra mundial, não chegou a testemunhar o extermínio em massa da segunda guerra e toda a sua tecnologia de destruição. Já a partir da primeira guerra notou que essas vivências deixavam os homens, que voltavam da guerra, mudos. Havia uma perda da qualidade da experiência no que tange a sua possibilidade de comunicação aos outros homens, à sua comunidade e entorno. As suas vivências não podiam ser assimiladas em palavras. Existia algo da ordem do que não pode ser humanamente simbolizável no que vivenciaram nas trincheiras. A memória traumática resiste às incursões da linguagem. A impossibilidade de uma resposta simbólica, os limites da linguagem para dar conta dessa dimensão de vivência, aponta para o que Benjamin indica como a perda de experiência comunicável, que fundamentalmente dá significado ao que é essencialmente transmitido entre a comunidade dos homens, o que lhes assegura uma continuidade e uma riqueza da narração tradicional.

“(…) o narrador é um homem que sabe dar conselhos ao ouvinte. Mas, se “dar conselhos” soa hoje como algo antiquado, isto se deve ao fato de as experiências estarem perdendo a sua comunicabilidade. Em consequência, não podemos dar conselhos nem a nós mesmos nem aos outros. Aconselhar é menos responder a uma pergunta do que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está se desenrolando”. (Ibidem, p. 216)

Benjamin aponta para a perda da comunicabilidade das experiências entre os homens, uma qualidade da interação humana que está fundamentada na possibilidade da narrativa que vai se evanescendo. O dar conselhos seria fundamentalmente oferecer a sua parte na narração de uma história que está se desenvolvendo, partilhar uma experiência que extrapola os limites das existências individuais e ao mesmo tempo lhes dá esteio. Algo que pode atravessar diferentes gerações e também assegura uma qualidade da existência humana dentro de uma comunidade. O autor mostra as dificuldades para termos uma experiência comum, uma troca realmente significativa e fundada nas relações comunitárias entre os homens. As possibilidades da memória e da sua transmissão estão cada vez mais frágeis.

Gagnebin no seu livro **Lembrar, escrever e esquecer** cita uma passagem de Primo Levi no qual sonha, quando está em Auschwitz, com a sua volta para casa. Está muito feliz de poder contar o horror que viveu para os seus familiares, mas se dá conta com desespero que ninguém o escuta. Os ouvintes indiferentes, levantam-se e vão embora. O sofrimento do dia a dia no

campo se traduz num sonho recorrente de que ninguém o escuta. Segundo a autora, esse trecho expressa o caráter inenarrável do horror. Existem muitas tentativas de narrar essa experiência, mas os sobreviventes comentam como é difícil contar essas vivências, transformá-las em experiências que são comunicáveis aos outros. Beiram o limite da irrepresentabilidade.

“Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente”. (Gagnebin: 2006, p. 57)

Nessa dissertação o nosso foco é o papel dos descendentes na elaboração do passado traumático. Tomamos os herdeiros dos sobreviventes enquanto testemunhos do horror inenarrável, como aquele que não vai embora e precisa traduzir essa herança. Aquele que precisa ouvir e elaborar as narrativas do insuportável, ou que escuta os seus silêncios e os testemunha. A transmissão simbólica é uma tarefa muito difícil, mas necessária, de um passado repleto de conflitos e experiências que denunciam processos de desumanização e os limites do que é possível recordar. A possibilidade de pôr essa herança em palavras é o que permite que esse passado não volte enquanto repetição, num plano sintomático. Aponta para um horizonte no qual uma transmissão seja possível, e, novos sentidos possam emergir e recobrir esse passado, dando margem para uma abertura para a construção de um futuro que não seja refém dos sofrimentos de outrora. No próximo capítulo abordaremos algumas experiências de herdeiros de um passado traumático e seus percursos para elaborar uma transmissão possível.

Capítulo 2 Modalidades de impasses na transmissão

Neste capítulo vamos tratar de como opera o não-dito, e seus diversos impasses no processo de transmissão transgeracional. Debruçamo-nos sobre diferentes modalidades do não-dito, em diferentes contextos históricos a fim de apreender resquícios do fenômeno social e psíquico tal como se manifestaram nas gerações sucessivas. Primeiramente, o não-dito na clínica envolvendo descendentes de sobreviventes do Holocausto. Na segunda parte, Altounian nos mergulha na elaboração de uma herança traumática do ponto de vista de uma descendente do genocídio armênio. Na terceira parte, investigaremos o não-dito da história colonial francesa na Argélia e como se desvelaram os seus efeitos hoje sobre a população francesa de descendentes argelinos. Na quarta parte, a partir de um romance nos aproximaremos de um relato biográfico escrito por uma filha sobre a mãe que morreu no genocídio ruandês, e, finalmente o relato de uma filha que escreve sobre o diário da mãe acerca da sua experiência em Auschwitz.

Pretendemos nesse capítulo esmiuçar as diferentes contribuições teóricas dessas autoras que escrevem sobre temas semelhantes em diferentes contextos históricos. Os seus aportes teóricos nos ajudarão a analisar a transmissão transgeracional no tocante aos efeitos do trauma no contexto familiar, e os seus possíveis desdobramentos como o não-dito e impasses na transmissão.

2.1 Não-dito e transmissão na clínica com descendentes de sobreviventes do Holocausto

Terèz Virág foi uma analista de crianças que começou a tratar em 1982 os netos de sobreviventes do Holocausto em Budapeste. Abordaremos através de sua obra **Children of Social Trauma: hungarian psychoanalytic case studies**, onde focaliza os efeitos do não-dito na clínica com descendentes de sobreviventes do Holocausto.

Segundo Virág (2000), um “link invisível de transmissão” através do qual os avós e pais outorgam às crianças os seus traumas do passado provocam nas crianças manifestações intensas e complexas de medo. Ela afirma que o seu livro é um livro de memórias, que diz respeito ao Holocausto, mas que também pode esclarecer outras experiências de traumas sociais. Depois da queda da cortina de ferro em 1989, ela fundou uma clínica especializada no cuidado analítico de pessoas que sofriam de traumas sociais, mais especificamente do

Holocausto. Para ela não é possível compreender os sintomas das crianças independentemente da história de seus pais, assim como de seu contexto social. Existem influências da sociedade que se manifestam nos sintomas das crianças. Virág alerta para o perigo de considerar exclusivamente os conflitos sob o ponto de vista da sexualidade infantil, das fantasias e do desfecho edípico sem atentar para o contexto político. Ela afirma que os medos e frustrações das crianças estão ligados aos terrores da guerra, intimamente relacionados à ameaça do passado escondido pelos pais e pelos avós. Refere-se à forma como os efeitos do trauma são transmitidos através das gerações.

No seu trabalho voltou-se para os traços psíquicos peculiares de filhos de sobreviventes do Holocausto resultantes das experiências de guerra dos pais. A autora cita Judith Kerstenberg¹⁸ que analisou um paciente jovem com sintomas que sugeriam uma psicose. O paciente recusava alimentação, escondia-se na floresta e via na sua analista uma perseguidora. Depois de Kerstenberg contextualizar o seu comportamento com base na história dos seus pais, de perseguição durante o regime nazista, o seu comportamento voltou ao normal. Ela dizia que o seu aspecto de “pele e osso” também lembrava alguém saindo de um campo de concentração. A psicopatologia de sobreviventes do Holocausto foi passada para os seus descendentes, manifestando-se através de traços pseudo-psicóticos, por exemplo, que se normalizavam com o tratamento. As crianças num nível não verbal adotavam a experiência dos pais, com uma reencenação da relação perseguido-perseguidor na transferência.

Kerstenberg (1974: apud Virág) afirma que os sobreviventes de campos de concentração frequentemente foram forçados a fugir de seus países de origem a fim de recomeçar as suas vidas. Perderam as suas casas e parentes próximos. Muitos foram para países estrangeiros e se esforçaram para estabelecer-se em uma nova cultura. A sua posição social também precisava ser reconquistada e implicou em grandes esforços. Em geral, desejavam novas relações de objeto, inclusive ter filhos. Muitos silenciavam os horrores que viveram na guerra, numa tentativa de se desfazer do passado e até mesmo de tentar apagar as memórias do que viveram. No entanto, pequenos eventos que eram indiferentes para a maior parte das pessoas,

¹⁸ Judith Kerstenberg foi uma psiquiatra e psicanalista norte-americana de origem polonesa, que trabalhou com sobreviventes do Holocausto e seus descendentes. Investigava os efeitos intergeracionais das vivências violentas. Ela escreveu livros infantis sobre o Holocausto e o regime nazista. O público foco para estes livros eram os filhos e netos de nazistas, assim como os sobreviventes. Acreditava que era necessário retomar o passado afim de que ele não se repetisse.

despertavam lembranças de experiências de guerra. Este passado, seja através de relatos ou de sintomas, era inevitavelmente transmitido aos filhos.

Virág cita um conceito de Alice Bálint (1939) denominado “amor arcaico” que acredita esclarecer as primeiras relações entre sobreviventes do Holocausto e seus filhos. De acordo com esse conceito, existiria uma forma de amor primordial, segundo o qual o corpo da criança parece um prolongamento do corpo da mãe. O corpo da criança é da mãe e ela pode fazer com ele o que bem entender. É um fenômeno de natureza diferente da realidade compartilhada. Fundada na fantasia, a mãe experienciaria a criança como objeto de satisfação instintiva. Nesse sentido, para ela a criança nunca cresceria e se tornaria independente. O corpo da criança não existiria separado do dela. O “amor arcaico” em condições normais seria substituído pelo “papel materno civilizado”. Essa fusão materna seria gradualmente desfeita a favor da realidade compartilhada e a mãe conseguiria administrar pequenas doses de frustração à criança. No entanto, se o mundo externo se tornasse muito ameaçador, a mãe não conseguiria cuidar das necessidades psíquicas ou físicas do filho. O equilíbrio entre satisfação e frustração do ego se desfazia e este se voltava para a frustração. A problemática oriunda do “amor arcaico” teria consequências importantes no desenvolvimento da criança. A mãe teria dificuldade de se separar da criança, pois percebia a realidade externa como nociva, apresentando ameaças à vida da criança ao invés de promover cuidados. Haveria uma fixação da mãe na etapa do “amor arcaico”. O perigo do mundo externo ameaçador levaria à fantasia materna de que a criança pertenceria inteiramente a ela, assim como a sua crença da criança como uma continuidade do seu corpo.

“O extremo perigo inerente, por exemplo, ao fascismo teve um efeito muito traumático e a longo termo nos indivíduos. Pois, ele ou ela não foi capaz de aprender a se adaptar a condições opressivas, mas também porque, geralmente, no campo de concentração, separavam de pronto os homens e as mulheres de seus filhos. Essa ruptura forçada e pouco natural dos vínculos mais importantes reforça a regressão à etapa do amor materno arcaico, mesmo quando tanto a criança quanto a mãe há muito tempo superaram esse estágio do desenvolvimento”. (Virág: 2000, 33, tradução nossa) ¹⁹

¹⁹ “The extreme danger inherent, for instance, in fascism, had a highly traumatic, long-term effect on the individual, not only because he or she was unable to learn to adapt to the oppressive conditions, but also because generally the concentration camps immediately separated men from women and children. Such forcible and unnatural severance of the most important ties

A autora fala de experiências limite frente a situações de extremo perigo, que permearam as vivências nos regimes totalitários. O impacto do trauma tem um efeito de longo alcance no sujeito. Acredita que a violência da separação de seus familiares nesse contexto, levaria as crianças a estados regressivos agudos. Aponta que autores como Kestenberg observaram a presença de fantasias sádicas nos sobreviventes. Virág enxerga isso não como sinal de identificação com o agressor, conforme a interpretação mais comum entre os autores que estudam a clínica com sobreviventes do Holocausto, mas sim como uma fixação no momento do “amor arcaico”. As situações limite levariam a regressões significantes e à volta a uma relação fusional da mãe com a criança, trazendo à tona fantasias primordiais, que já haviam sido abandonadas há muito tempo, mas que agora retornavam com força.

Entre os filhos e os netos de sobreviventes do Holocausto era comum a identificação inconsciente com os membros da família que foram perseguidos ou mortos, fato que ocorria principalmente, nas famílias nas quais não se falava das origens judaicas com as crianças; como foi o caso com frequência nas famílias que permaneceram na Europa e lidavam com o estigma social associado ao judaísmo. Virág afirma que nas sessões com crianças, através dos jogos, brincadeiras, sonhos e fantasias ficava claro que as crianças sabiam dos segredos familiares, embora as angústias conscientes das mães e das crianças, o que diziam através do discurso manifesto, não estava ligado às suas origens e nem com as experiências no campo de concentração dos pais ou avós. As situações do cotidiano que implicavam numa separação física entre os membros da família desencadeavam um medo intenso da morte, aparentemente inexplicável. No período de entrada na escola eram frequentes as fobias das crianças e uma preocupação excessiva dos pais. Apareciam sintomas psicossomáticos, distúrbios do sono ou da alimentação e masturbação exacerbada.

Podemos notar aqui um paralelo com o conceito desenvolvido por Rosa de que o saber sobre o desejo é distinto do conhecimento. O conhecimento está ligado ao Eu. Apoia-se nas relações imaginárias com os pais e solicita sentidos unívocos. Os pais se utilizam de uma história idealizada já que não querem falar sobre as dores do passado. Não obstante, o que se transmite não são as informações manifestas. Na transmissão o que é passado aos filhos são os

deepens regression to the archaic maternal level, even though both child and mother have long passed to a different developmental stage”

aspectos não elaborados dos pais. As angústias inconscientes ligadas ao passado violento dos campos de concentração é o que é transmitido e aparecem na forma de sintomas como, por exemplo, fobias das crianças no momento de separar dos pais para ir à escola, descritos por Virág.

As crianças quando adoeciam com uma gripe, por exemplo, ou viviam pequenas brigas em casa respondiam nas sessões lúdicas com muita angústia a associações à guerra, agressão e morte. Essas respostas pareciam ter origem indireta no modo como as mães se preocupavam obsessivamente e com muita ansiedade acerca do bem-estar físico das crianças. Quando as mães notavam um sinal de falta de saúde aquilo tomava proporções pouco realistas como se a parte doente tomasse conta do todo saudável. O comportamento das mães nascidas depois da guerra, segundo Virág (2000), refletia a atitude materna arcaica e não se justificava pelo contexto da realidade externa de suas vidas atuais. O comportamento materno era de superproteger as crianças sem ser abertamente agressivas com elas. A maior parte delas mantinha um relacionamento muito próximo com as suas próprias mães, as avós das crianças. Com frequência moravam no mesmo recinto, cuidavam e mantinham financeiramente as suas próprias mães. Não conseguiam se separar delas e ao mesmo tempo, relatavam sentimentos de muita agressividade para com elas. No processo analítico era importante lidar com esses sentimentos agressivos, mostrando que se tratava fundamentalmente de uma raiva arraigada e antiga contra condições desumanas vividas no passado. As mães transmitiam os horrores vividos no campo de concentração para as suas filhas, nascidas num ambiente sem guerra e estas por sua vez os transmitiam para os seus filhos, a terceira geração de sobreviventes, um mundo de terror que elas mesmas não experienciaram.

“Na maior parte dos casos, o quadro psicológico que se desenvolvia no decorrer da análise mostrava que a sociedade que desenraizava e desumanizava cruelmente as pessoas levaria a uma reativação de traumas por diversas gerações. Com o retorno da sociedade à normalidade ou à civilização, eles foram submersos ao inconsciente ou ao mundo os mitos e dos contos de fadas. Para muitas pessoas, o medo de ser queimado vivo, de ser devorado ou de ser

ostracizado foi real durante a Alemanha nazista e nas regiões devastadas pelo Holocausto”. (Ibidem, 36, tradução nossa)²⁰

Os traumas cunhados em uma realidade social de barbárie, que implicava na mais extrema desumanização dos sujeitos, levaram impreterivelmente através das gerações a uma repetição sob forma de sintomas. Assim como, a própria sociedade que infligiu esses terrores, sem uma recuperação da sua história social, tenderia a se manter como perpetuadora de sinais traumáticos. Muitos dos medos que costumavam pertencer à ordem da fantasia, se tornaram realidade durante a Alemanha nazista e nos demais lugares em que o Holocausto se deu. Isto não é sem consequências para a subjetividade dos sobreviventes e os seus efeitos de transmissão ao longo das próximas gerações. Sem se haver com o seu passado, a tendência é a reativação de traumas nos sujeitos que sobreviveram a essa conjuntura e nos seus descendentes. Não é possível no curso do tratamento analítico, desconsiderar as determinações culturais e políticas que permearam a vida desses sujeitos e suas condições de subjetivação. Muito do que parece da ordem de fantasias inconscientes estão baseadas em aspectos da história concreta dos indivíduos e seus familiares.

“Com base nas minhas observações e nas de Kestenberg, acredito que muitas famílias neuróticas se recuperariam se os analistas escolhessem a interpretação adequada para relacionar medos e sintomas atuais com traumas familiares antigos e não elaborados. Nesses casos, o propósito da análise seria interromper o processo de produção de sintomas (...). Para tanto se faz necessário que a primeira e segunda geração de sobreviventes receba apoio para elaborar os seus lutos. Se conseguirmos que a sua dor se torne consciente, talvez consigamos abrir um caminho verbal para que possam se lembrar dos entes queridos que perderam. Assim, conseguiremos ajuda-los a interromper a sua obsessão

²⁰ “In most cases, the psychological picture that developed in the course of therapy indicated that a society in general which cruelly uprooted and dehumanized people would keep reactivating the traumas inflicted by savagely cruel societies for several generations, even though with the return of normality or civilization, they had been submerged into the unconscious or into the world of myths and fairy tales. For a great many people, the fears of being burned alive, being devoured, and certainly of being a social outcast, were realities in Nazi Germany and in the areas devastated by the Holocaust”.

silenciosa por repetir de novo e de novo os horrores que viveram no passado”.
(Ibidem, 37, tradução nossa)²¹

O rumo apontado é o de reconstruir as pontes entre os sintomas atuais, as angústias e temores a partir da história traumática familiar. Recuperar as dores que foram silenciadas numa tentativa fracassada de afastá-las e de esquecê-las e que, no entanto insistem em retornar sob formas surpreendentes e por muito tempo despercebidas. Trata-se de desfazer através da análise os caminhos que levam à insistência demoníaca da repetição, ao qual Freud nos alertou. Ao invés de silenciar as dores, faz-se importante atravessar o processo de luto. Retomar através da palavra, o que ficou reduzido ao fazer silencioso. Interromper o processo de *acting-out* que atravessa gerações, nos quais o reprimido volta a se fazer presente, restituindo ao passado o que lhe é seu, ao elaborar dores e perdas transmitidas transgeracionalmente. Sintomas que causam estranhamento ao sujeito, já que não lhe pertencem. Essa forma de proceder concede à ordem das gerações certo apaziguamento, ou seja, uma elaboração dos lutos que tem por consequência acabar com a produção de sintomas nas novas gerações.

Virág retoma o conceito de repetição desenvolvido por Freud e trabalhado por Rosa. O silenciamento familiar, a supressão de partes da história, acompanha o trajeto dos descendentes de sobreviventes do Holocausto. A exclusão de significantes tem como resultado sintomas. Através deles repete-se de forma desatualizada os conteúdos suprimidos. Eles são encenados em atos. O silenciamento dos pais e dos avós aparece nas repetições das fantasias das crianças. Essa insistência da repetição através dos sintomas remete às dores dos pais não elaboradas. O caminho apontado por Virág e por Rosa implica em fazer frente aos próprios fantasmas e não em se esquivar pelo silêncio e negação.

“Acredito que para aqueles que saíram do campo de concentração e voltaram para casa, estar em seu país de origem e ter sua língua nativa facilitaram o processo de auto cura. Os refugiados que emigraram deixaram os países onde

²¹ “On the basis of Kestenberg’s and my own observations, I think that a great many neurotic families will recover if therapists choose the proper interpretation in which present fears and symptoms rhyme with old not yet worked-through family traumas. In these cases, the direct aim of therapy is to stop the process of symptom generation (...). It is a prerequisite for this that the first and second generation survivors be helped to work through their mourning. If we succeed in raising their grief into their consciousness, we may open the way for verbally remembering the loved ones they have lost. In this way we may be able to help them stop the silent obsession for re-enacting again and again, in some form, the horrors they experienced”

ocorreram humilhações dolorosas, mas os países que os acolheram não puderam assegurar o seu meio cultural e linguístico de origem”. (Ibidem, 49, tradução nossa)²²

Virág faz uma diferenciação entre os sobreviventes que se exilaram e os que permaneceram na Europa e voltaram para a sua terra natal. Acredita que os exilados sofreram mais perdas de objeto, para além das implicadas na deportação. Vê o exílio da própria terra, a perda da língua materna como eventos que complica mais ainda a sua possibilidade de lidar com as dores e de fazer os lutos necessários. Tiveram que se adaptar a um novo meio linguístico e cultural. Concomitantemente, perdendo a sua identidade nacional original e o seu legado cultural e linguístico. Ela acha que os que voltavam para a sua terra natal e língua materna vivenciaram menos perdas e podiam esperar um prognóstico na análise mais positivo. Questionamos essa posição, no sentido de que os que permaneceram na Europa como afirma a própria Virág, tiveram que lidar com um estigma forte e muitas vezes foram obrigados a esconder a sua identidade judaica para evitar novas formas de perseguição. Para muitos, ficar na sociedade em que foram perpetrados os horrores do regime nazista parecia intolerável. Não foi incomum que a língua adotada e a nova cultura servissem de refúgio e permitissem uma reconstrução de si mesmos em novas bases. Uma distância da língua e cultura a que estavam ligados e que permearam vivências desumanizadoras pode permitir um espaço para se reestabelecer e construir novas narrativas sobre si. Talvez para alguns a permanência no próprio país e manutenção da língua materna fosse reconfortante, mas não para todos. O principal no que toca aos exilados diria respeito à forma como foram acolhidos na nova sociedade, quais oportunidades lhes foram dadas e quais condições lhes foram possibilitadas de vir a se tornar cidadãos. É possível que um sentimento de estrangeiridade radical, provocasse sentimentos de inquietação e estranhamento. Mas, o lugar que lhes caberia na sociedade acolhedora seria de fundamental importância para a forma como pudesse lidar com as perdas de objeto relacionadas ao Holocausto e à própria migração.

²² “I think it is possible that for those returning home from the camp, the country, motherland and mother tongue did to a certain sense make self-healing easier. Refugees who emigrated left the place where the painful humiliation took place but the countries which took them in could not ensure the customary cultural and linguistic milieu”

Segundo Virág (2000) circunstâncias de extrema desumanização e traumas coletivos não elaborados levariam a relações entre pais e filhos permeadas por fantasias sadomasoquistas. As circunstâncias criadas pelo nazismo tiveram como efeito a produção de sintomas que permearam a relação entre pais e filhos. Dá o exemplo, de uma mãe que enquanto criança sobreviveu ao cerco a Leningrado²³ e passou a não conseguir amamentar a filha por um medo constante de ser devorada. Este perigo de vida com que cresceu teria dado origem a fantasias de devoração. A autora busca ao longo do percurso de análise com as crianças e seus pais promover a diferenciação do trauma atual dos traumas induzidos. O objetivo era de que o analisando pudesse deixar de perceber os pais enquanto perseguidores, o que era comum, e reconhecer nas suas atitudes as memórias concretas de perseguição sofridas no passado pela mãe e ou pelo pai, de modo a permitir uma elaboração gradual do fluxo de fantasias inconscientes que chegavam à consciência. A elaboração do trauma implicou na interpretação do comportamento ligado a sintomas, na liberação de tensões emocionais inibidas e no esclarecimento das relações entre traumas atuais e traumas induzidos. A neurose induzida pelos pais seria sido um terreno fértil para fantasias da criança. A separação do trauma dos sintomas atuais pôs um fim à continuidade da repetição de sintomas entre as gerações.

A autora tem como questão os *links de transmissão*, ou seja, como se opera a transmissão da parte da história que os pais ou avós pretendiam esconder. As experiências silenciadas são despertadas por elementos concretos que ativam a memória e trazem à tona o passado suprimido. Os pais fazem frente a elementos que despertam a conexão associativa a memórias ameaçadoras que foram ocultadas. As crianças percebem que ligados a esses elementos existe um segredo que traz dor e vergonha.

“Para as famílias de sobreviventes as palavras como gás, vagão, campo, arame farpado, cerca, sabão, comer e hospital ficam divorciadas do seu sentido original e para a criança carregam um grau de tensão emocional que remete a memórias de um passado silenciado que se mistura com notícias da mídia, fatos aprendidos na escola e histórias contadas pelos avós. Dessa forma, a criança é

²³ De 1941 a 1944 a cidade de Leningrado, na antiga União Soviética, foi sitiada pelos alemães nazistas e seus aliados. Nesse contexto era comum o canibalismo. Tomavam cuidados para não deixar crianças pequenas sozinhas em certas regiões na cidade.

capturada pela realidade psíquica do passado assustador dos pais e avós”.
(Ibidem, 47, tradução nossa)²⁴

Certos significantes estão carregados de emoções e trazem de volta lembranças das provações vividas pelos pais e avós. Fragmentos de histórias contadas pelos avós se misturariam a informações que permeiam o cotidiano das crianças despertando nelas um tipo de sensação de *dejà-vu*. As versões que tentam delimitar um sentido único da história familiar e a supressão de significantes fundamentais fazem frente a elementos que despertam outros sentidos, que tentam ser ocultados, mas que demandam significâncias tais como emoções ligadas aos segredos familiares. Os filhos a despeito da vontade dos pais são trazidos de volta ao passado, às memórias que tentavam esquecer. O seu mundo de fantasias acabava dominado pelas meias palavras e pela dor ligada aos afetos não elaborados dos lutos dos pais e avós.

“Durante a análise as memórias omitidas do campo de concentração e do gueto sempre voltavam, nunca por inteiro, mas em fragmentos. (...) Uma porção do passado doloroso alcança a criança. O ruído de trens e as palavras como campo e hospital são carregados de um conteúdo emocional assustador. A transmissão por fragmentos causa uma percepção distorcida. O todo que se constrói a partir das partes dá margem a uma atividade da fantasia que não pode ser verificada na realidade”. (Ibidem, 50, tradução nossa)²⁵

²⁴ “For survivor families the words gas, wagon, camp, barbed wire fence, soap, eating, hospital are divorced from their original meaning and for the child the degree of emotional tension mediated by these words signifies the memories of a silent past which is mixed up with the news in the media, things learned at school and through the stories of their grandparents, and therefore the child is involved in the psychic reality of the fearful past of the parents and grandparents”.

²⁵ “During therapy the suppressed memories of the camp and ghetto always returned, never as a whole but in aspects thereof. (...) What reaches the child through the parents is also a certain part of the painful past. The rumbling of trains, the voicing of the words camp and hospital carry a fearful emotional content. Transmission through parts causes a perceptual distortion, as the whole assembled from the parts opens a path to a fantasy activity which cannot be checked against reality.”

Segundo a autora as queixas apresentadas pelos pacientes nunca eram conscientemente ligadas ao passado, porém seus sintomas denunciavam o passado ocultado por parte dos pais e avós, sintomas que apareciam através de fragmentos, palavras e principalmente por meio da observação do *acting-out* das crianças. O princípio de realidade nesse contexto é posto em cheque já que as percepções não podem ser contrapostas a versões da história familiar. Fica sempre uma lacuna através da qual se escondem sentidos possíveis para as experiências das crianças. Os pacientes pseudo-psicóticos viam perseguidores por toda parte, e certamente no quadro da análise também. O analista ficava em uma situação muito vulnerável ao ser visto como um perseguidor, o que demandava cuidados redobrados.

Na clínica com sobreviventes do Holocausto era muito presente a transferência negativa. Uma atenção especial era despendida para não reforçar fantasias paranoides. Através da interpretação do *acting-out* dos filhos e da atenção aos seus sintomas, o passado era trazido à tona gradualmente, fazendo ponte entre os sintomas dos filhos e a história dos pais. Na medida em que as dores do passado podiam ser verbalizadas e tomavam rumo à elaboração, os sentimentos carregados em bloco davam vazão a diferentes formas de lidar com o passado que pareciam menos ameaçadoras. Lembramos aqui do que Rosa aponta como o mal-dito dos pais que promoveria uma alienação difícil de escapar. O filho ficaria refém de uma versão da sua história familiar, dando prosseguimento ao silenciamento dos pais. O segredo seria a forma como fazem frente à angústia despertada por temas de sua história. Ao fazer uma ponte dos sintomas dos filhos com a história dos pais o caminho do bem-dizer, para o qual aponta Rosa e Virág, se abre. O filho pode então dar vazão às suas próprias criações fantasmáticas e se desvencilha de uma repetição sintomática sem fim.

“A consequência do genocídio é que uma geração nasce de pais destruídos ou degradados. Nos casos que acompanhei, ficou claro que a situação de um sobrevivente separado do pai, mãe, filhos ou companheiro que depois foram mortos era muito grave. Sobre crianças nascidas de um novo casamento pairava a sombra permanente de uma família perdida. (...) Parentescos perdidos causavam um abismo emocional permanente para os sobreviventes do Holocausto. (Ibidem, 51, tradução nossa)²⁶

²⁶ “The consequence of genocide is that a generation grows up which originates from destroyed or degraded parents. In my cases it was clear that the situation of a survivor whose father, mother, children, partner was separated from them and then killed was very serious. Behind the

Os filhos de sobreviventes do Holocausto, viveram com pais que precisavam fazer frente a perdas trágicas de pessoas muito próximas, que lhes foram tiradas sob condições desumanas. A experiência de perda dos pais era muito presente para as crianças, principalmente o luto não elaborado e, os afetos brutos que suscitam assim como certa apatia e falta de demonstração afetiva. Os filhos ficavam à sombra de parentes mortos, sejam avós ou irmãos que foram perdidos no campo de concentração. A lembrança da família perdida, ou mais comumente o seu ocultamento, atravessava a realidade das crianças. Os afetos não elaborados permeavam as suas vivências em família. As dores e a vergonha silenciadas tiveram impactos devastadores. Os significantes fundamentais ligados à história familiar precisam circular e as dores do passado não podem ser esquecidas; por isso, é importante que sejam trazidas à luz para que o luto tenha chance ser elaborado. Essa é uma oportunidade de retomar as lembranças, para não se tornar refém delas e dos segredos familiares.

Em seguida daremos prosseguimento às reflexões de Virág nos debruçando sobre a obra de Altounian. Filha de sobreviventes do genocídio armênio que discute a elaboração de sua herança traumática, esmiuçando os efeitos do não-dito e as vicissitudes da transmissão.

2.2 A elaboração de uma herança traumática do ponto de vista de uma descendente do genocídio armênio

Pretendemos continuar a pensar como se processa o não-dito e a transmissão, agora explorando a experiência de uma filha de sobreviventes do genocídio armênio. Janine Altounian, tradutora da obra de Freud, versa sobre a sua experiência de análise e de escrita para a elaboração de uma herança traumática. O pai escreveu um diário sobre o período do genocídio armênio e mais especificamente sobre a sua deportação. O manuscrito estava escrito em turco com alfabeto armênio, línguas que a jovem educada em escola francesa não entendia. Oito anos após a morte do seu pai e durante o seu processo de análise ela encomenda a sua tradução para o francês. Três anos depois acontece um evento na esfera política que é decisivo para que tome a decisão de publicar o manuscrito do pai com um prefácio seu. Ocorre a invasão em 1981 do consulado turco em Paris, no qual manifestantes reivindicam o reconhecimento do genocídio perpetrado contra os armênios. Esse evento traz à tona para Janine Altounian uma memória de infância. Ela se lembra da felicidade do seu pai ao contar para os seus amigos sobre a tomada

children born to a new marriage is the permanent shadow of the lost family. (...) Lost relations cause a permanent emotional gap for Holocaust survivors”.

do banco otomano em Constantinopla em 1896 e imagina o seu contentamento se estivesse vivo e testemunhasse o evento de 1981. Esse evento na cena política e seus efeitos a posteriori, fez a autora decidir pela publicação do manuscrito de seu pai.

“Foi o encontro de um evento objetivo da atualidade com um remanescente psíquico de uma palavra ouvida antigamente que veio confirmar os efeitos desta sobre a temporalidade transgeracional, quer dizer a influência importante que exercem tanto sobre o processo de transmissão de uma herança, como sobre a atualidade de eventos contemporâneos”. (Altounian: 2012, p.98, tradução nossa)²⁷

Através de um evento na cena política o que estava silenciado no processo de transmissão, o que não teve possibilidade de ser transmitido na ordem simbólica, irrompe com efeito de a posteriori. A história familiar que estava sob forma de enigma no manuscrito do pai, em uma língua que ela não conhecia, pôde vir à tona e deu vazão a um ato muito significativo para ela: publicá-lo com suas reflexões acerca da herança traumática. Este ato a impeliu a um trabalho incessante de elaboração. A transmissão da memória do pai que se inscreve na reconstrução da história familiar da filha e sua possibilidade de reconstrução psíquica ilustram a íntima relação entre os eventos sócio-políticos e sua incidência subjetiva. O manuscrito permite a ela uma oportunidade de subjetivação da própria história e a do pai a posteriori. Põe em ação o encontro entre as gerações, com todos os entraves que vem do passado e se encontram em latência no presente.

Segundo Altounian (2005) a publicação do manuscrito do pai implicou para ela numa dupla transgressão. Criada segundo as tradições orientais, impor uma rememoração dos fatos representava transgredir o respeito filial aos ancestrais assassinados em silêncio. Assim como, implicava numa transgressão em relação à ordem pública do país de acolhida, já que aprova um ataque considerado terrorista, que secretamente deixaria o pai contente se estivesse vivo. Fazia frente à negação por parte dos franceses do genocídio armênio. Este não foi reconhecido até

²⁷ “Ce fut la rencontre d’un fait objectif d’actualité avec la trace psychique d’une parole autrefois entendue qui vint confirmer la temporalité transgénérationnelle des effets ce celle-ci, c’est-à-dire l’influence capitale qu’exercent sur le processus de transmission d’un héritage, aussi bien l’actualité d’événements contemporains (...)”

1998, somente oitenta anos após o fato. A autora trata dos desdobramentos, das repercussões deste fato em seu íntimo, de um ato considerado terrorista e dos sentimentos de ambivalência no que toca ao país de acolhida, principalmente, ante a negação do que se passou com os seus ancestrais por parte dos franceses. Sua narrativa diz respeito a uma intrincada relação com sua herança traumática, envolvendo o silêncio dos pais e dos franceses que a acolheram. Os descendentes assumem o lugar de porta-vozes dos ancestrais silenciados, traduzindo um passado esquecido, que permanece sempre presente nos descendentes sob forma de muito sofrimento.

Ao publicar o manuscrito do pai, Altounian faz uma inversão geracional, no sentido de dar “paternidade” ao manuscrito do pai. O testemunho do pai, cuja família foi vítima de extermínio em massa, não pôde ter voz senão através da publicação e escrita da filha. Essa memória e experiência pôde tomar um lugar público por meio da elaboração e testemunho da sua geração, a segunda geração após o genocídio.

“O pano de fundo histórico de minha experiência pessoal tomada apenas como um exemplo entre numerosas experiências semelhantes encontradas no mundo foi o testemunho de diferentes descendentes-escreventes ou sobreviventes escreventes que me induziram a mesma compulsão de pôr em palavras a sua recepção dolorosa, a fim de abolir a intensidade de uma recordação por demais viva, a fim de atenuar pela repetição o impacto do texto primordial, provisoriamente proibido de qualquer comentário”. (Altounian: 2005, p.65, tradução nossa)²⁸

A autora faz referência a um pano de fundo em comum que partilhou com outros descendentes que também decidiram escrever sobre a experiência dos pais em situações de extermínio coletivo, ressaltando a importância para ela e para os outros descendentes do

²⁸ “L’arrière-fond historique de mon expérience personnelle n’étant à prendre qu’à titre d’exemple pour les nombreuses expériences semblables rencontrées dans le monde, le témoignage de différent descendant-scripteurs induisant en moi la même injonction à mettre en mots leur réception douloureuse, afin d’abolir l’acuité d’une mémorisation trop vive, afin de réduire par la répétition l’emprise du texte primordial interdit, provisoirement, de tout commentaire »

genocídio de poder chegar a pôr em palavras, de inscrever no plano simbólico a herança silenciada das dores de gerações passadas. Verbalizar a fim de elaborar experiências que estavam presentes nela como se fossem dela e estivessem acontecendo na atualidade, quando na verdade pertenciam aos pais e avós. É importante inscrever essa herança traumática para que não apareça enquanto sintoma, como repetição de uma história familiar que não pôde ser dita e nem elaborada. Como os pais não puderam dar um destino a esses afetos, eles irromperam na vida dos seus descendentes. Retoma aqui o conceito de repetição trabalhados por Rosa e Virág, que se traduzem em formações sintomáticas nas sucessivas gerações. Trata de inscrever e dizer a dor das perdas das histórias de seus ancestrais, pondo em movimento a cadeia de significantes e abrindo a possibilidade da transmissão através de uma multiplicidade de significações.

Altounian (2012) faz um paralelo entre a experiência de escrita e de análise. Na escrita viriam à tona certas palavras que produziram efeitos análogos a pontuações durante uma sessão de análise. Na sua experiência deu-se um entrecruzamento entre experiências de rememoração a partir do trabalho de escrita e aquelas que acontecem no campo transferencial. Estão intimamente relacionadas e se complementam. Existem ligações entre etapas do seu trabalho psíquico e o de escrita que ela vai esmiuçando ao longo de sua obra. Existe uma trama entre os eventos históricos, a história subjetiva e finalmente, a experiência libertadora da escrita. No campo da transferência o trabalho do inconsciente sobre o núcleo traumático se faz cada vez sob um ângulo, tecendo e refazendo o seu percurso. O trabalho de escrita seria semelhante, fazendo-se cada vez por uma nova perspectiva.

Ela se propõe a retrair os passos do seu percurso analítico e a testemunhar o processo de transmissão psíquica vividos pelos descendentes de sobreviventes do genocídio armênio. Versa sobre o processo de elaboração, ou o que ela denomina de tradução da herança traumática. Ela faz isso se valendo da língua do país acolhedor. Apropria-se da herança da família armênia a partir da língua dos “não extermináveis”, os franceses, em oposição aos sobreviventes do genocídio armênio, os seus pais. Com isso paga uma dívida aos seus ancestrais mortos, o que lhe permite se apropriar de uma herança e transmiti-la.

“É preciso evidentemente deixar claro que a possibilidade de elaboração do que os ascendentes transmitiram, sobrevivendo a um genocídio negado pelo Estado encobridor de um passado criminoso, depende, entre outros fatores, do potencial de valores democráticos que o quadro político-cultural das instituições

do país que os acolheu oferece a seus herdeiros”. (Altounian: 2012, p.5, tradução nossa)

29

A relação entre os recursos de elaboração de pessoas que viveram um trauma social e as condições de cidadania e expressão democrática proporcionada pelo país de acolhida é íntima e indissociável. Altounian faz referência ao fato do genocídio armênio ter sido negado pelo Estado francês por muito tempo e as consequências disso para os sobreviventes armênios e seus descendentes. A possibilidade de reconstruir e encontrar espaços para criar novas narrativas para si mesmo depende da possibilidade de se haver com esse passado traumático, as suas incidências políticas e o seu reconhecimento. Poder compartilhar no espaço público uma experiência de luto que se traça numa relação dialética entre a intimidade e o coletivo. A elaboração psíquica está intimamente ligada às condições de ser um cidadão pleno de direitos, com a possibilidade de transitar e usufruir das instâncias político-culturais do seu novo país. As condições democráticas ofertadas no país de acolhida foram cruciais para que chegasse um dia a dar sentido aos restos, aos indícios esparsos do genocídio que sobreviveu na sua infância como impressões sem palavras. A tradução dos restos significaria pôr em palavras aquilo que resiste à simbolização. Transformar a identificação com os ascendentes mortos num resgate de suas memórias, tomar os afetos brutos transmitidos e cerceá-los através de mediações, construir pontes e falar das dores, destrinchar os pertencimentos culturais e familiares.

“A trama de uma identificação aos mortos e de uma separação violenta, violência necessária para que qualquer herança lhes seja justamente restituída. A sobrevivência seria de alguma maneira a arte de traduzir e de ressemear os seus restos entre aqueles para os quais se tornou irrisório a adesão espontânea às ilusões culturais que envolvem o gosto e o desejo de viver”. (Altounian: 2000, p. 2, tradução nossa³⁰)

²⁹“Il faut évidemment préciser que la possibilité d’élaboration de ce que transmettent des ascendants, survivant à un génocide nié par l’État receleur d’un passé criminel, dépend, entre autres, du potentiel en valeurs démocratiques qu’offre à leurs héritier le cadre politico-culturel des institutions de leur pays d’accueil ».

³⁰“(…) ce nouage d’une identification aux morts e d’un détachement violent d’avec, violence nécessaire pour qu’un quelconque héritage leur soit justement restitué. La survivance serait en quelque sorte l’art de traduire e de réensemencer les restes chez ceux dont l’adhésion spontanée aux illusions culturelles qui enveloppent le gout et le désir de vivre est devenue dérisoire ».

Foi esse o processo que Altounian chama de “la survivance” até chegar ao momento de poder construir uma história do seu passado e tornar possível a sua transmissão. Pôr em palavras as origens que implicaram a morte silenciosa dos seus ascendentes, lidar anos com o luto que resistia a se fazer. Tratar-se-ia de uma estratégia inconsciente dos sobreviventes e descendentes de um extermínio em massa, no sentido de chegar a reconstruir os fundamentos de uma vida social e psíquica possível, restaurando à sua maneira e penosamente os resquícios e lembranças dos entes queridos mortos e da cultura que se perdeu com eles.

“(…) submetendo os sobreviventes de um morticínio em massa à empresa da negação política dos mortos, de maneira a dizer que os que foram assassinados não pertenciam verdadeiramente à comunidade humana. Tal configuração assim determinada deve ser tomada em conta como modelo exemplar de apoio à metaforização de um psíquico irrepresentável, cujos ascendentes não tem um corpo próprio para transmitir aos que se salvaram”. (Ibidem, 6, tradução nossa)³¹

Ao considerar as inter-relações múltiplas entre a história coletiva e a história psíquica, pode-se ter uma ideia dos efeitos devastadores da negação política de um genocídio para os sobreviventes. Uma história coletiva inscrita visceralmente nos sobreviventes, um trajeto desumanizador, que se soma à experiência de desmentido social. O não-dito se inscreve na cultura e na família, perpetuando o caráter desumanizador do passado. O luto dos que foram mortos fica difícil de ser feito já que as condições de sua morte não são reconhecidas pelo entorno. O que é irrepresentável psiquicamente faz um paralelo com as vidas dos antepassados mortos que não podem ser reconhecidas na comunidade da qual o sobrevivente faz parte. Como traduzir os restos e pôr em palavras as dores, quando se opera a negação política das circunstâncias dessa história coletiva? Não é sem efeitos psíquicos para os sobreviventes e seus descendentes a inexistência de uma inscrição do genocídio armênio na memória dos países ocidentais nos quais se refugiaram. Para Altounian a publicação do manuscrito do pai teve o

³¹“(…) soumettant les survivants d’un meurtre en masse à l’emprise du déni politique des morts, signifient en quelque sorte que ceux qui ont été assassinés n’appartenaient pas vraiment à la communauté humaine. Telle configuration historique déterminée est alors à prendre en compte comme modèle servant exemplairement d’appui à la métaphorisation d’un irrepresentable psychique où ce sont bien des ascendants sans corps propres qui se transmettent aux rescapés ».

sentido de tornar público um luto pessoal que implicou o fazer frente tanto ao desmentido político como ao não-dito familiar. Foi preciso criar um espaço em que fosse possível uma tradução psíquica e ao mesmo tempo um reconhecimento do seu entorno.

“Tanto ao nível da experiência psíquica individual, e, igualmente, ao nível de uma história coletiva, o que me levou a este empreendimento, prova inexecutável de uma não resposta, de um silêncio do outro, foi a travessia de um universo onde os laços estavam ausentes. Um percurso de muitos anos, propício a instaurar novos laços, foi necessário para que esta publicação, no pleno sentido da palavra, se tornasse representável e possível. (Ibidem, 9, tradução nossa)³²

No genocídio armênio além das mortes em massa, estava também em jogo a erradicação de uma cultura e das referências identificatórias para os descendentes dos sobreviventes. Altounian ao publicar o manuscrito do pai fez frente a esse desmentido. Por meio da língua do país de acolhida tenta restituir algo da sua herança armênia, da cultura dos seus pais e avós. E só o conseguiu tomando de empréstimo recursos da cultura francesa que a recebeu. A mesma cultura que operou durante oitenta anos o desmentido político que apagara a história coletiva da sua família. Lidou através da ambivalência com o resgate de uma história familiar e cultural ao confrontar-se com uma experiência de falta de resposta, de silêncio, tanto no plano familiar quando histórico e político. Ao cabo de vários anos de análise e por meio finalmente da escrita através da qual traçou novos vínculos, pôde pôr em palavras o que resistia a ser enunciado e mesmo pensado. Um trauma individual e coletivo pôde se inscrever através de um texto, que insistia em simbolizar os restos, ao atravessar uma geração fazendo frente ao seu silenciamento ensurdecedor.

“Foi para mim fundamental o papel de uma instância terceira de esteio o prazer da cultura e da literatura do outro. Somente este encontro com o estrangeiro, portador de consolo, mas também de sofrimento, a partir de sua

³²“Aussi ce qui m’avait poussée à cette démarche était-il, au regard de l’expérience psychique individuelle, mais également au niveau de l’histoire collective, l’épreuve déréalisante d’une non-réponse, d’un silence de l’autre, la traversée d’un univers d’où les liens étaient comme absents. Un cheminement de nombreuses années, propre à instaurer de nouveaux liens, avait donc été nécessaire pour que cette publication, au sens plein du terme, devînt représentable et possible ».

incompatibilidade com a aridez do familiar, possibilitou a integração psíquica do texto traumático deixado por meus pais e os de sua geração, a abertura do tumulto e a publicação no meu nome de um segredo criminoso”. (Ibidem, p.12, tradução nossa)³³

O espaço da escola e a educação tiveram um papel determinante no percurso de Altounian. A entrada no contexto escolar, em um primeiro momento, e a experiência poética através do contato com a literatura teve um efeito de instância terceirizante. O contato com a língua e a cultura do país de acolhida permitiu um espaço que se contrapunha ao familiar, ao seu silenciamento e à presença de um passado doloroso que não era posto em palavras. O contato com o ambiente cultural francês, estrangeiro ao seu meio familiar, não se deu sem ambivalência. Ele trouxe consolo e permitiu processos de secundarização, por um lado, e por outro, era uma presença ambivalente já que os franceses negavam politicamente o genocídio armênio, sobrecarregando com mais uma camada de silêncio as impressões da sobrevivente. Apesar disso, foi através da língua francesa e do prazer com a literatura que ela encontrou formas para expressar o passado traumático do pai, um testemunho da geração de sobreviventes, contribuindo para abrir um caminho para integrar psiquicamente uma herança que num primeiro momento não parecia ser passível de dialetização. Ao traduzir concretamente para uma língua que lhe era familiar e ao mesmo tempo estrangeira, o francês, conseguiu uma forma para elaborar através da escrita e deste modo se apropriar de uma herança traumática. Foi através da língua do país de acolhida, que Altounian pôde se aproximar da cultura armênia de seus ascendentes. Através da cultura francesa e da escola, encontrou uma instância terceira que a afastou suficientemente do peso da dor dos seus pais, para poder reencontrar os traços de um meio social e de uma cultura perdida.

A escritora resgata traços da história armênia através da lembrança de um passado esquecido. A experiência poética, o contato com a literatura, lhe permitiu construir pontes para que o seu percurso enquanto analisanda promovesse uma secundarização e uma reflexão

³³ “Le rôle d’instance tierce étayante qu’a eu, dans mon parcours, le plaisir à la culture e à la littérature de l’autre fut pour moi fondamental. Seule cette rencontre de l’étranger, porteuse de consolation mais aussi de chagrin, de par son incompatibilité avec l’aridité du familier, a rendu possible l’intégration psychique du texte traumatique laissé par mon père et ceux de sa génération, l’ouverture de la crypte et la publication en mon nom du secret criminel ».

necessária a fim de se aproximar de afetos brutos e demasiadamente dolorosos. Através de efeitos da sublimação, pôde se reaproximar de um cerne traumático transmitido por meio da filiação, tanto familiar quanto comunitária.

“Os *excluídos*, parcial e totalmente despojados da sua própria língua, encontram-se, portanto, além de impossibilitados de nomear sua experiência de exclusão, proibidos não somente de transmitir esta verdade a seus contemporâneos, os incluídos, mas igualmente de qualquer transmissão às gerações que procedem deles”. (Ibidem, 15, tradução nossa)³⁴

O estado de exclusão diz respeito à dimensão social e ao mesmo tempo discursiva. No lugar de excluídos da língua, não podem nomear a sua experiência e comunica-la aos outros, aos seus semelhantes. Outro efeito importante é ficar sem a possibilidade de comunicar a sua experiência aos seus descendentes, o que implica em significativos entraves na transmissão. Poucos conseguiram subverter esse quadro e encontrar recursos para se apropriar dos traços dos ascendentes que permaneceram silenciados, de modo a poder articular os elementos da sua herança. A escrita pode dar vazão a uma denúncia pública da exclusão dos seus familiares da ordem humana. Estar excluído de um grupo social significa também estar sem voz para transmitir os seus efeitos aos outros. Trata-se de uma dupla exclusão. Através da escrita foi possível para Altounian reintroduzir no seio da linguagem uma visão da comunidade cultural do seu entorno, para dar um destino à dívida com os seus ancestrais.

“Ficam devedores, portanto, da cultura que os recebeu, na qual encontram uma certa para–excitação, representações de palavras que podem oferecer um abrigo decente às representações de coisa, que podem crescer com elas e lhes atribuir um eco expressivo. Enquanto aprendem a exprimir a sua realidade que ficou fora da linguagem, a custa de um traslado que ao mesmo tempo repete e repara o desenraizamento de uma língua materna desvalida, as

³⁴ “Les *exclus* étant, en outre ou au premier chef, exclus de la langue se trouvent d’ailleurs, de par l’impuissance à nommer leur expérience d’exclusion, exclus non seulement de la transmission de cette vérité à leur contemporains, les inclus, mais aussi de toute transmission aux générations qui procèdent d’eux ».

imagens parentais, através dessa transferência cultural acabam por se diferenciar e por tomar vida”. (Ibidem, 37, tradução nossa)³⁵

Segundo Altounian uma das formas de fazer frente à essa exclusão é a aquisição da língua do terceiro, que pode ser feita pelos descendentes dos sobreviventes. Isso não significa apenas aprender o francês, por exemplo, mas sim se identificar às suas formas de percepção, aos seus valores e aos seus prazeres, aproveitar da pulsão de vida que serve essa língua e essa cultura. Se embrenhar nessa tarefa sem esquecer a violência e opressão das suas origens. Habitar uma outra língua para desconstruí-la através de referências à sua cultura de origem, impondo-lhe a marca da sua experiência própria. Trata-se de um ato de nomeação subversiva, tomando os significantes dessa língua estrangeira, para expressar o que ficou emudecido nas gerações anteriores.

A língua do país de acolhida serve como abrigo para a elaboração de afetos brutos, que não conseguem se inscrever sob forma de representação de palavras. As dores e silenciamentos do passado que ficaram fora da linguagem podem tomar forma, encontrar caminhos de representação e serem traduzidos na comunicação com o outro. Através da língua do terceiro, a língua materna pode se inscrever sub-repticiamente, colocando a sua marca. Ao recuperar os efeitos de seu desenraizamento, dá lugar ao que resiste de sua cultura, através dos novos significantes. A língua do país de acolhida pode servir como mediação, segundo a qual o que parecia não ser simbolizável toma forma. Ocorre um deslocamento dos enunciados, que se serve de novos significantes, para dar voz aos efeitos de uma herança que até então estava emudecida e sem possibilidade de transmissão.

“De modo que na análise, o silêncio do analista constitui o espelho aonde vem se refletir a consistência do sujeito em gestação, do mesmo modo como é preciso ser falado pela palavra do outro para poder nela ancorar a sua, a cura analítica não é somente uma cura através de palavras, mas também a salvação

³⁵ “Il ne peut qu’être redevable à cette culture d’accueil en laquelle il trouve enfin une sorte de pare-excitation, des représentations de mot, qui peuvent offrir un abri décent à ses représentations de chose, qui peuvent s’engrosser d’elles et leur prêter un écho signifiant. Tandis qu’il apprend à exprimer sa réalité demeurée hors langage, au prix d’une translation répétant mais aussi réparant le déracinement d’une langue maternelle invalidée, ses images parentales, par le biais de ce transfert culturel, se différencient et se vitalisent ».

das palavras apagadas pela impostura ou pela crueza das urgências--, do mesmo modo o trabalho liberador do luto não pode ser feito a não ser sob a cobertura de uma outra língua”._ (Ibidem, 38, tradução nossa)³⁶

Foi através do contato com o outro, que as palavras que visavam à cura se produziram. Essa presença da alteridade manifestou-se tanto através da língua do país de acolhida como da presença do analista. Fez-se necessário esse abrigo nos significantes do Outro para que pudesse apropriar-se de suas próprias palavras. Da mesma forma, o trabalho do luto no caso de Altounian só foi possível através do empréstimo da cultura e da língua estrangeira para que pudessem se delinear as palavras que propiciaram uma reconstrução de si. A alteridade da língua deu conta de impor os limites da interdição e da castração. O que daria condições de nomear novos objetos de investimento. As representações de palavra ficaram durante anos revestidas desse luto aparentemente impossível de se fazer. Mas, o filho de exilados pode tomar de empréstimo a língua do país de acolhida e fazer dela o seu meio de se expressar, de tomar distância da dor dos pais e encontrar um prazer subversivo nas palavras e objetos do Outro. O espaço da escola, apesar de imbuído de ambiguidade ofereceu uma instância mediadora para que pudesse recuperar ressignificações linguísticas e psíquicas. A língua do outro permitiu dar vazão a um trabalho de luto impossível de se fazer no meio familiar.

“Com efeito, o sobrevivente não pode sobreviver senão dissociado da experiência mortal que sofreu, da mesma forma, o seu descendente não pode viver senão ao assumir por inteiro sua herança, que consiste no risco da filiação possível. Por este motivo, o trabalho analítico ao introduzir o paciente numa relação triangular, induz à implosão da negação da existência vinda da sua história familiar e por conseguinte necessariamente do seu campo cultural e político (Ibidem,46, tradução nossa)³⁷

³⁶ “De même que dans l’analyse, le silence de l’analyste constitue le tain où vient se refléter la consistance du sujet en gestation, de même qu’il faut être parlé par la parole de l’autre pour pouvoir y ancrer la sienne - la cure analytique n’étant pas seulement une cure par les mots, mais aussi la salvation des mots oblitérés par l’imposture ou la crudité des urgences -, de même le travail libérateur du deuil ne peut se faire que sous le couvert de l’autre langue ».

³⁷ “Si en effet le survivant ne peut survivre qu’en tant que dissocié de l’expérience mortelle qu’il a traversée, son descendant, lui, ne peut vivre qu’en assumant cet héritage dans son entier, c’est là tout l’enjeu d’une filiation possible. Pour cette raison, en introduisant le patient à une relation

Se por um lado, para o sobrevivente é necessário se distanciar do vivido traumático, dessa experiência de morte, por outro, o descendente precisa se haver com essa herança, com as dores do passado. A transmissão e os efeitos da filiação exigem esse trabalho psíquico. A travessia na análise implica em se apropriar dessa vivência negada, para elaborá-la. Através do espaço de alteridade pode se compartilhar um vivido traumático, num primeiro momento dentro do enquadramento da análise posteriormente no campo cultural e político. O trabalho analítico se desdobra na intimidade, mas os seus efeitos permitem a expressão da palavra no espaço público. Ser filho de sobreviventes implica em herdar esse contato com o desumano e torna-se extremamente difícil transformar em palavras essa experiência quase impossível de ser simbolizada. Não é viável qualquer transmissão se há uma negação da morte e da temporalidade. Para não ficar enredado na angústia e impotência é imprescindível que se resgate dos efeitos do trauma uma possibilidade de se construir para além do mortífero. Ao abrir um campo simbólico para este inominável da experiência traumática, ela se inscreve no espaço social.

“A privação de sepultura para todos que sofreram a morte com o desaparecimento de qualquer traço, o que, aliás, faz parte integrante do ato de genocídio, constitui uma violência extrema feita à humanidade através de um ser, seus filhos, seus contemporâneos, para com todo leitor incapacitado de se representar esta violência”. (Altounian: 2005, 33, tradução nossa)³⁸

Altounian trata de uma forma específica de violência característica do extermínio em massa marcada pela falta de possibilidade de sepultar os entes queridos. Fica vedado o tratamento simbólico da morte, os rituais, os repertórios que dão um caráter humano ao fim da vida. A brutalidade da morte fica somada à impossibilidade de inscrevê-la no discurso. Ela faz um paralelo com o que se passa com os familiares de desaparecidos durante a ditadura militar

triangulaire, le travail analytique induit l'implosion de ce déni d'existence dans son histoire familiale et, par la suite nécessairement, dans son champ culturel et politique ».

³⁸ “La privation de sépulture pour tous ceux dont le meurtre s'est accompli en en faisant disparaître les traces – ce que d'ailleurs fait partie intégrante de l'acte génocidaire – constitue la violence extrême faite à l'humanité chez un être, chez ces enfants, ses contemporains, chez tout lecteur rendu incapable de se représenter cette violence-là ».

argentina. O luto dos que ficam se torna difícil de elaborar. Mais do que o traço de violência com o qual seria possível se haver, o que impera é o brutal e o vazio, enquanto um evento que não pode se inscrever na língua, no tempo e no espaço. Para os descendentes essa forma de trauma é decisiva e marca um efeito de violência que desumaniza. Altounian ressalta no diário do pai, a morte do seu avô. A prática usual em uma situação limite como a dos que fugiam do genocídio era deixar o corpo insepulto no deserto anatoliano. O pai se recusou a fazer isso e conseguiu enterrar o avô. Para Altounian esse ato foi muito importante para a possibilidade de sobrevivência psíquica do seu pai. Os traços de eventos como esses implicam em efeitos a posteriori do terror. É transmitida aos descendentes uma lembrança inconsciente de uma catástrofe passada, como pesadelos irrepresentáveis.

“As crianças dos sobreviventes ao ouvir as narrativas ou os silêncios dos seus pais, enquanto violências cotidianas das relações que emanam de um passado explosivo, não chegam sequer a apreender ou a atribuir a um certo motivo compreensivo, pois virão a tomar conhecimento da causa real mais tarde através dos livros, se vierem a dispor de tempo material e psíquico. Entretanto, incorporam cedo as vivências frustradas de seus pais, através da mensagem infra verbal transmitida nas noitadas comemorativas ou na miséria opressora dos exílios. (Ibidem, 39, tradução nossa)³⁹

Seja através das narrativas dos pais ou do não-dito, a violência do seu passado é transmitida aos descendentes nas trocas do cotidiano. Os filhos de sobreviventes sentem uma dificuldade de localizar esses afetos, de representa-los, e isso marca as interações afetivas em família. Muitos saberão mais tarde através de livros o que se passou na história familiar. O link de transmissão do qual nos fala Virág reaparece aqui no escrito de Altounian. Os significantes carregados de emoções, que trazem de volta lembranças dos terrores vividos no passado. Fragmentos de histórias, restos que são ocultados, mas que aparecem sob forma de um afeto difícil de inscrever. Silêncios que mais tarde com o conhecimento de livros e notícias na mídia

³⁹“À l’écoute des récits ou des silences parentaux, voire des violences relationnelles qui émanent d’un passé explosif au quotidien, les enfants de survivants ne peuvent ni vraiment les appréhender ni les assigner à un quelconque motif compréhensible mais ils connaîtront la cause réelle bien plus tard dans les livres, s’il en ont toutefois le temps matériel e psychique. Avec le message infraverbal que transmettent les veillées commémoratives ou la misère oppressante des exils, ils incorporent très tôt les vécus déréalisant de leurs parents ».

virão a tomar forma, carregados dos afetos brutos que não puderam ser verbalizados. Falta muitas vezes a possibilidade de triangulação na relação entre pais e filhos, pois acontece uma falta de mediação para nomear a perda. Torna-se difícil tomar a distância da dor e da vergonha que acompanham o luto. Muitas vezes para sobreviver se opera nos pais uma dissociação na memória e também na relação com o outro, na relação com o próprio filho. O terror traumático atravessa assim as gerações e frequentemente tem como efeito uma inibição de contato com o outro. Um investimento maior nas relações fica inibido, permeado por um luto impossível de se fazer. Nos traços do trauma, ocorre uma interiorização do caráter desumano de um crime negado pelo entorno. Foi justamente a falta de palavras na relação com os pais, que levou o herdeiro, no caso Altounian, à escrita. Ao sentir os efeitos do silêncio, imaginou as palavras que poderiam ser ditas, mas que não foram. A literatura lhe ofereceu essa palavra que ficou por ser dita, mantendo suspensas as relações familiares até que uma palavra que corrobora a existência de si pode desvendar a existência do outro.

“O psíquico que é entre outros fenômenos metáfora e repercussão do político ou um impasse à representação manifesta um desdobramento próprio das consequências que se seguem as violências coletivas através dos efeitos de uma dupla deportação: uma exclusão territorial e uma forclusão de ordem simbólica do campo cultural de um mundo eurocêntrico. (Ibidem, 40, tradução nossa)⁴⁰

Esse impasse da representação do vivido entre descendentes de sobreviventes diz respeito a uma dupla deportação. Por um lado, o exílio da terra natal, a sua expulsão de sua terra de origem e de seus referentes e os impasses no pertencimento ao campo cultural do país de acolhida. As violências coletivas, os assassinatos em massa impõem nessa diáspora territorial e psíquica, as marcas das profundas inter-relações entre o psíquico e o político. Só o evento que foi localizado no espaço e tempo é passível de ser recalcado. Quando a sua localização não é possível, conseqüentemente não há espaço para se tomar distância desse acontecimento. O herdeiro do genocídio, por isso, fica contaminado por uma experiência que deveria estar no campo dos mortos. Essa falta de lugar psíquico para o evento traumático implica numa falta de delimitação entre os vivos e os mortos. É preciso ter uma delimitação entre si e os ascendentes

⁴⁰ « Le psychique étant, entre autres, métaphore et répercussion du politique, cette impasse à la représentation manifeste donc le redoublement que connaissent les suites des violences collectives par les effets d'une double déportation : une exclusion territoriale et une forclusion de l'ordre symbolique du champ culturel d'un monde euro-centré ».

para que seja possível ter vínculos com eles, ou seja, a falta de limites implica numa ruptura do vínculo. Os descendentes ficam divididos entre os ancestrais que não foram inscritos na história e uma instância exterminadora que não é reconhecida enquanto tal pelo país de acolhida. Mesmo assim, ele tem de enfrentar a difícil tarefa de fazer frente às suas perdas e de elaborar os seus lutos.

“Falar armênio, significa antes de tudo poder se pensar armênio na língua dos outros a fim de testemunhar precisamente o assassinato da sua cultura de origem, do tecido social e da maneira como se expressavam os laços através dela. Este procedimento infelizmente não é raro; na nossa época, quando proliferam os extermínios, todas as línguas e culturas principais do Ocidente se vêm constringidas a acolher em seu seio os vestígios de civilizações destruídas a seu despeito ou em seu nome”. (Altounian: 2000, 74, tradução nossa)⁴¹

Para Altounian « falar armênio », resgatar suas referências culturais, se localizar nessa herança dos pais sobreviventes implica em poder se pensar como uma herdeira de uma cultura que foi erradicada o que só é possível na língua do país acolhedor, fazendo uso de seus costumes e da sua cultura, a fim de pensar o fim da organização social e dos modos de fazer e pensar da sua cultura de origem. Infelizmente, este não é um caso único. Os países europeus acolhem refugiados de diferentes culturas que foram aniquiladas. Em alguns casos, culturas que foram destruídas pelos próprios países que depois os acolheram. Foi o que aconteceu no caso de países europeus colonizadores que promoveram no passado através de seu empreendimento colonial guerras e catástrofes aniquiladoras, por exemplo, os alemães na Namíbia que agenciaram no início do século XX o genocídio dos Hererós e Namaquas. Os sobreviventes muitas vezes fugiram do seu país de origem e se refugiaram no país europeu colonizador. O processo de se reconstruir nessas circunstâncias em que o país de acolhida é também a instância exterminadora

⁴¹ “Parler arménien, ce serait donc, avant tout, pouvoir se penser Arménien dans la langue des autres afin d’y témoigner précisément de la mise à mort de sa culture originelle, du tissu social et du mode de liens dont elle était l’expression. Cette démarche n’est hélas nullement singulière ; à notre époque où les exterminations prolifèrent, toutes les langues et cultures majoritaires de l’Occident sont ainsi contraintes de recueillir en leur sein les vestiges de civilisations effondrées à leur insu ou en leur nom ».

é paradoxal e vai afetar a forma como os descendentes vão se haver com essa herança e se relacionar com o país de acolhida.

Em seguida trataremos do não-dito acerca da história colonial francesa na Argélia e seus impactos sobre os imigrantes descendentes da população colonizada. Trataremos do que Altounian aqui aponta como culturas que foram brutalizadas pelos mesmos países que se tornaram lugares de acolhida. Um acolhimento repleto de ambiguidades que impactam a forma como os descendentes se localizam e tratam de sua herança traumática.

2.3 O não-dito da história colonial francesa na Argélia e os seus efeitos hoje sobre a população francesa de descendentes argelinos

Finalmente, vamos nos deter sobre o não-dito da história colonial francesa na Argélia e como se desvelam os seus efeitos hoje sobre a população francesa de descendentes de argelinos. Malika Mansouri, no seu livro **Révoltes postcoloniales au coeur de l'Hexagone: voix d'adolescents** sobre as revoltas de 2005 em Paris, aborda os efeitos da história colonial francesa sobre a população de imigrantes árabes argelinos. Refere-se nesse livro mais especificamente sobre a colonização da Argélia e os descendentes de argelinos que vivem na França. A maior parte dos jovens que participaram dessas revoltas é de origem norte-africana e residente nas periferias de Paris. Traça paralelo entre a violência do passado e as discriminações vividas pelos adolescentes atualmente. O foco é o não-dito no meio familiar e na sociedade francesa sobre o passado colonial e o contexto social atual de jovens de origem argelina. Para tanto ela se vale de dois recursos: a clínica psicanalítica, por um lado, e um trabalho de revisão historiográfica, por outro, fazendo paralelos entre a história íntima e a coletiva.

“Sabemos que o passado individual e coletivo (guerras, genocídios, escravidão, colonialismo, etc.) deixa sua marca no psiquismo. Além do que, ainda se soma uma outra forma de violência mais insidiosa: a da negação do coletivo, implícita nas representações verbais em circulação no social, que impossibilitam as lembranças e finalmente o esquecimento, condenando a todos à impossibilidade de dizer e de pensar”. (Mansouri: 2003, 10, tradução nossa)⁴²

⁴² “Nous savons que le passé individuel et collectif (guerres, génocides, esclavage, colonialisme, etc.) laisse son empreinte dans le psychisme. D’autant plus qu’à cela vient ici s’ajouter une autre forme de violence plus insidieuse, celle d’un déni du collectif impliquant que les représentations verbales en circulation dans le social n’offrent pas la possibilité de se souvenir pour enfin oublier, condamnant chacun à un impossible à dire e à penser ».

A violência do passado colonial marca a vida dos que a viveram e dos seus descendentes. O sujeito do inconsciente é também um sujeito social, como nos aponta Mansouri. Os seus efeitos se repercutem através das gerações. Há uma relação dialética entre o psiquismo individual e os movimentos políticos do seu entorno, envolvendo relação dos indivíduos entre si. A negação coletiva dessa violência do empreendimento colonial no presente se soma aos atos violentos do passado. Não se encontra no discurso social formas de se representar verbalmente o que se passou. Há uma impossibilidade de reconstituir o passado numa memória coletiva para poder elaborar os seus efeitos. Os desdobramentos das violências perpetradas resultam numa impossibilidade de pensar e dizer a própria história. A tentativa de erradicar da memória os traços de uma história prévia, dos fatos e das pessoas que os constituíram, desemboca em lembranças que insistem em se inscrever. É impossível traçar um futuro, sem se haver com o passado. Os seus efeitos insistem no presente.

Altounian também nos aponta como Mansouri os efeitos devastadores que a negação política de uma violência pode ter para os seus sobreviventes e descendentes. Há uma íntima relação entre a história coletiva e a psíquica, quando a instância da história coletiva é negada podemos concluir efeitos nefastos na história psíquica. Um trajeto desumanizador de violências soma-se à experiência do desmentido. O não-dito passa a imperar no meio familiar e na cultura, o que promove terreno fértil para a perpetuação do caráter desumanizador do passado. Fica muito difícil pôr em palavras as dores do passado e promover a elaboração dos lutos em uma cultura na qual impera a negação política do passado.

Mansouri cita duas leis francesas que demonstram o mal-estar entre o Estado e a população de imigrantes das ex-colônias. A primeira é a proibição de sinais religiosos nas escolas públicas. Ressalta-se o banimento do uso do *jihab* muçulmano, que afronta, segundo a lei, os valores republicanos e laicos da escola pública francesa. Existe um grande número de alunos franceses muçulmanos cujos pais ou avós provêm de ex-colônias francesas. A lei aponta para uma incongruência entre as suas origens e sua filiação aos valores da república francesa. Houve grandes manifestações contra essa lei, na qual os jovens reivindicavam os seus direitos enquanto cidadãos franceses muçulmanos. Mansouri faz o paralelo entre essas manifestações e os levantes do passado dos ascendentes argelinos que viviam oprimidos e sem direitos à cidadania francesa. Pergunta-se sobre a influência da história colonial sobre a subjetividade dos que a viveram e de seus descendentes.

A segunda lei diz respeito ao ensino nas escolas acerca do passado colonial francês. Segundo essa lei apenas os aspectos positivos do empreendimento colonial podem ser transmitidos nas aulas. O não-dito sobre as violências do passado tem respaldo na legislação. Faz-se importante retomar o que se passou, a história, a fim de compreender o presente. Mansouri aponta para as revoltas dos jovens em 2005 como mais um sinal desse mal-estar entre o Estado francês e os descendentes de imigrantes das ex-colônias.

“Associei estes acontecimentos às emoções imperecíveis, que insistem a querer aparecer no lugar do dizer, quando a negação das violências da história encerram o sujeito em um saber imperceptível. O despertar para esta possível relação entre eventos do passado e do presente me levou a interrogar a história para libertar uma parcela aprisionada que agita a existência de toda esta juventude”. (Ibidem, 17, tradução nossa)⁴³

O saber sobre a sua própria história e seus entraves produzem desdobramentos atuais nas diversas afiliações desses jovens que habitam as periferias das grandes cidades francesas. O seu vínculo com o próprio país é posto em jogo. Essa afiliação vem acompanhada de uma cidadania que é muitas vezes contestada no cotidiano, marcada por discriminações. Outra afiliação é o vínculo com uma Argélia idealizada, país de origem dos seus pais, avós ou bisavós. Os efeitos no psiquismo de violências do passado negadas insistem em se fazer presentes tanto no plano individual como coletivo. A negação da história, a impossibilidade de expressar verbalmente as injustiças e embates que se passaram, tem como efeito a produção de sintomas no plano do sujeito do inconsciente, assim como em suas atitudes sociais e coletivas no campo político.

Os descendentes de imigrantes nas periferias de grandes cidades francesas são frequentemente vítimas de violência policial. Abordagens arbitrárias são muito comuns, resultado de um sistema que legitima a força e a banaliza. Esse regime de controle provoca nos descendentes de imigrantes medos e sentimentos de insegurança quando a polícia deveria

⁴³“J’ai associé ces événements aux émotions impérissables, celles qui insistent à vouloir se montrer en place du « dire » quand le déni des violences de l’histoire enferme le sujet dans un savoir insu. L’éveil à cette possible relation entre événements du passé et du présent m’a poussé à interroger l’histoire pour en libérer la portion détenue que agite l’existence de toute cette jeunesse ».

idealmente garantir a sua proteção. Nas entrevistas com os adolescentes conduzidas por Mansouri, eles relatam ter medo da polícia e seus pais também partilham desse temor às forças de controle policial. Falam do racismo sempre presente nas interações com os policiais. Os pais quando têm problemas não procuram a polícia, mas a temem. A autora faz o paralelo com o passado colonial. A figura do policial se confunde com a do colonizador. O sistema de opressão e perseguição no país de origem vê-se replicado nos dias de hoje, de modo que o que pertencia ao passado dos pais ou avós, atravessa as gerações e é experimentado atualmente pelos seus descendentes. Na relação com a polícia se atualiza sentimentos do passado, o desprezo se manifesta nas interações cotidianas e legitima o sistema de exclusão dos descendentes da população que foi colonizada no passado.

“O olhar desconfiado dos policiais é percebido como desprezo, ele remete a sua exclusão do estatuto de verdadeiro cidadão francês. Esta exclusão procede de um fenômeno de clivagem entre cidadãos aptos a serem protegidos e os rejeitados como culpados de trapaça identitária e de delinquência, até prova do contrário. Esta exclusão pode atingir o nível social e psíquico sob a forma do desespero em face de um sentimento de malquerer estrutural, irreversível e gerador do vírus do ódio, por vezes violento”. (Ibidem, 118, tradução nossa)⁴⁴

Hoje em dia eles são cidadãos franceses por lei, mas a força que deveria impor essa lei na realidade a transgride. Mostra através do racismo como eles são na prática estrangeiros e sem direitos como eram os seus ascendentes no passado. Existe uma dissociação entre os verdadeiros cidadãos que devem ser protegidos e os falsos cidadãos, que por princípio suscitam suspeitas. Os efeitos dessas interações cotidianas se refletem no plano psíquico e social. Essa constante ameaça exprime uma exclusão estrutural diante da qual os jovens se rebelam e expressam uma raiva e sua revolta contra uma injustiça inerente ao sistema do qual fazem parte. A autora lembra que até 1999 a guerra da Argélia não era reconhecida enquanto tal. Os eventos

⁴⁴“Le regard suspicieux des policiers est perçu comme du mépris, il se conjugue à leur exclusions du statut de véritable citoyen français. Cette exclusion procède ici d’un phénomène de clivage entre les citoyens qui sont susceptibles d’être protégés et ceux qui sont rejetés dans la sphere des coupables de tricherie identitaire et de délinquance, jusqu’à preuve du contraire. Cette exclusion est suscetible de porter atteinte au niveau social et psychique. C’est alors le désespoir face à un ressenti de désamour structurel, irréversible, et générateur du virus de la ‘rage’, parfois violente ».

de 1954 a 1962 eram considerados como operações para a manutenção da ordem, conduzidas pela polícia e por milícias. Na época a tortura era muito comum. Essa história silenciada é muito recente e faz parte do repertório dos avós e bisavós dos jovens que habitam as periferias. Essa polícia racista com a qual interagem atualmente é representante do Estado francês. A lei dos policiais não funciona para eles, não são tratados como cidadãos com plenos direitos, mas sim submetidos a abordagens humilhantes e sofridas.

“Através da transmissão de um vestígio sem nome que abarca tanto o laço social como o ambiente familiar, reaparece uma falha de transmissão, de algo que não foi simbolizado e que surgiu como real, o real do silêncio sobre a *opressão* e a *perseguição*, com o risco cotidiano de uma morte real e/ou simbólica”. (Idem, tradução nossa)⁴⁵

As interações com a polícia fazem ressurgir afetos não expressos ou não simbolizados, que remetem às violências perpetradas no período colonial. Essas dores não foram verbalizadas no seio familiar e nem no laço social, mas não obstante são transmitidas. A transmissão do que nunca foi nomeado atravessa as gerações. Aparece enquanto real que insiste em oprimi-los e sobre o qual não cabem palavras. Surge como medo de uma morte simbólica ou real, como encarnação atual das figuras de opressão e perseguição do passado.

A escola republicana francesa que aparecia para Altounian como instância promotora de terceirização, mesmo imbuída de certa ambivalência já que não reconhecia a violência vivida pelos antepassados, tem um significado muito diferente para os descendentes de imigrantes das ex-colônias. O modelo francês se constituiu sobre valores universalistas, baseados nos direitos dos homens. A escola deve formar cada aluno a partir da mesma ideologia igualitária, mas não é isso que se vê com os filhos de descendentes de imigrantes do norte da África.

Uma lógica segregacionista põe em cheque o suposto direito de todos que embasa o contexto escolar. A evolução de cada aluno no âmbito educacional está ligada a mecanismos segregacionistas sejam estes conscientes ou não, nos aponta Mansouri. A ilusão de chances iguais para todos se embate com violências simbólicas e pela expectativa de que filhos de imigrantes devem seguir cursos profissionalizantes ao invés de se preparar para a entrada na

⁴⁵ “Par la transmission d’un reste innomable où se joue le lien social autant que familial, réapparaît le raté de la transmission, ce qui n’a pas été symbolisé, et qui surgit comme réel, le réel du silence sur « *l’oppression* » et la « *persécution* », le risque quotidien d’une mort réelle et/ou symbolique ».

universidade. Existe um contexto complexo que implica a história familiar, social e individual, assim como exemplos de alunos que desafiam o contexto desfavorável ao sucesso escolar.

“A falta de confiança em si e o olhar dos próximos adquire uma dimensão importante. Ora, como é o caso presente, quando se tem o sentimento de ser visto por figuras de autoridade em que se depositou confiança, como um ser intrinsecamente inferior, incapaz de sucesso além do diploma do segundo grau, a situação pode se tornar insustentável. O sentimento de desvalia pode neutralizar o desejo de aprender e suscitar a emergência de reações depressivas, agressivas ou violentas. Se este olhar dos mestres lhes parece se materializar numa direção sistemática em fileira curta, eles os inscrevem na desigualdade”. (Ibidem, 126, tradução nossa)⁴⁶

Os jovens descendentes de imigrantes da periferia precisam lidar com uma crença compartilhada, que afeta a escola e inclusive os professores, de que eles estão destinados a sair da escola cedo, a fazer trabalhos braçais, e frequentar cursos profissionalizantes. Sentem-se vistos como seres inferiores que jamais conseguiriam se formar e fazer uma universidade. Confiam nos professores e depois se sentem traídos quando esses insistem que façam o caminho dos cursos técnicos ao invés do vestibular. A desvalorização sistemática dos alunos de origem norte-africana acaba resultando num desânimo para aprender, num sentimento de inferioridade que embota as possibilidades de adquirir conhecimento e de sentir-se capaz de dar continuidade aos estudos.

A tendência de orientar esses alunos a interromper os estudos e a fazer cursos técnicos mostra a desigualdade presente nas escolas, assim como uma das facetas da discriminação racial e social. Segundo a autora, os pais ou avós desses alunos, que viveram na Argélia colonizada, eram também impedidos nas escolas de irem além de estudos básicos. A ideologia escolar republicana se aliava ao projeto colonial. As “raças superiores” deveriam trazer as ideias e valores da civilização aos indígenas. Ela cita Abdelmalek Sayad ao afirmar que não estava na

⁴⁶ “Le manque de confiance en soi et le regard de l’entourage prennent alors une dimension élevée. Or, comme c’est le cas ici, lorsqu’on a le sentiment d’être vu comme un être intrinsèquement « inférieur » incapable de réussite au-delà du « Brevet » par des figures d’autorité que l’on a crues fiables, cela peut devenir insoutenable. Le sentiment de dévalorisation peut neutraliser le désir d’apprendre et faire émerger des réactions dépressives, agressives ou violentes. Si ce regard des enseignants tend, selon eux, à se matérialiser par une orientation systématique en filière courte, elles les inscrit dans l’inégalité ».

natureza dos colonizadores assegurarem a emancipação dos colonizados, seja através da língua, da escola ou da cultura colonial. Nas colônias, eles se opunham contundentemente ao progresso escolar dos nativos argelinos. Essa herança se reproduz em certa medida nas escolas destinadas aos descendentes dos colonizados, marcadas pela precariedade material, nas regiões periféricas e marginalizadas da sociedade francesa.

Se para Altounian a escola era um espaço que se contrapunha ao silenciamento do meio familiar e oferecia uma oportunidade de valer-se da língua e da cultura do outro para pôr em palavras e atravessar a herança traumática, não é o mesmo que ocorre com a maioria dos descendentes de imigrantes das ex-colônias. A escola também é um lugar no qual a discriminação impera, mesmo que através de mecanismos mais sutis. A negação da história coletiva e a perpetuação de violências simbólicas marcam o ambiente escolar e privam os alunos da experiência que Altounian descreve de um espaço marcado pela alteridade que provê o aluno de instrumentos para simbolizar o passado familiar e construir as suas próprias narrativas e saídas fantasmáticas.

“(…) os adolescentes espelham um olhar da sociedade que os remetem a uma imagem deles mesmo como a de *corpos de exceção*. Uma imagem de corpos tidos como perigosos, de um inimigo interior, incorporados à sociedade como excluídos e submetidos a um regime de exceção que estabelece uma espécie de suspensão do princípio da igualdade, no cerne do Estado de direito”. (Ibidem, 139, tradução nossa)⁴⁷

Mansouri faz uma analogia entre os jovens de periferia e os seus ancestrais quando eram colonizados, mediante o conceito de corpo de exceção. Esse diz respeito a um olhar do colonizador sobre os colonizados enquanto corpos reduzidos ao biológico, desumanizados,

⁴⁷ “(…) ces adolescents évoquent un regard miroir de la société leur renvoyant une image d’eux-mêmes comme prise dans celle d’un «corps d’exception». Une image de corps réputé dangereux, un «ennemi intérieur», inclus dans le corps social en tant qu’exclus et soumis à un régime d’exception établissant une sorte de suspension du principe d’égalité, au coeur de l’État de droit». (Ibidem, 139)

corpos sem alma. Nesse sentido eram excluídos do espaço público enquanto sujeito de direitos e considerados como perigosos, de natureza bestial. O estado de exceção está inscrito no corpo do colonizado, sem direito à cidadania, marcado pela dominação e pela desigualdade. Passa-se algo semelhante quando se pensa nos corpos dos jovens de periferia. São tidos como potencialmente perigosos e violentos, assim como o foram seus ancestrais colonizados. Atualmente possuem a cidadania francesa, porém os seus direitos são continuamente desafiados e desrespeitados, por exemplo, pelas contínuas e arbitrárias abordagens policiais. São franceses no papel, mas não o são de fato no que diz respeito às chances que tem dentro da sociedade francesa. Vivem no dia a dia uma desigualdade de oportunidades reservadas apenas aos demais cidadãos.

“Às vezes, é o sofrimento dos pais que transparece através das palavras de seus filhos. De modo peculiar, cada um conta como os pais não puderam falar de sua experiência de vida tanto do passado colonial, como do exílio na metrópole durante a colonização, ou durante a revolução da Argélia ou no imediato após guerra. O exílio é uma consequência traumática direta ou indireta do contexto colonial. A insegurança e a pobreza impostas pelo regime colonial assim como as crueldades da guerra pela independência os levaram à fuga. Por de traz da aparente incoerência de algumas palavras escolhidas se esconde um saber implícito retido por esses jovens, de uma história coletiva transmitida por emoções imperecíveis e o maior ou menor ruído do silêncio no próprio seio das famílias”. (Ibidem, p. 150, tradução nossa)⁴⁸

Os pais não encontraram meios de expressar a sua dor e silenciaram tanto sobre a experiência colonial, como sobre o exílio na metrópole francesa, fugindo da fome e da miséria na Argélia, durante a guerra da independência, ou logo depois. A ida para a França foi um efeito da colonização; as condições na Argélia se tornaram insuportáveis e buscaram melhores

⁴⁸ “C’est parfois la douleur parentale qui transpire à travers les paroles de leurs enfants. De façon spécifique, chacun raconte comment les parents n’ont pas pu dire leur expérience de vie dans le passé colonial, dans l’exil en métropole durant la colonisation, pendant la révolution algérienne ou dans l’immédiat après-guerre. L’exil est une conséquence traumatique directe, ou indirecte, du contexte colonial. L’insécurité et la pauvreté imposées par le régime colonial ainsi que les cruautés d’une guerre pour l’indépendance ont poussé à la fuite. Derrière l’apparent non-sens de certaines paroles recueillies se cache le su insu détenu par ces jeunes, d’une histoire collective transmise par les émotions impérissables et les silences plus ou moins bruyants, au sein même des familles ».

oportunidades de vida na metrópole. A guerra pela independência implicou também em circunstâncias violentas em um estado permanente de precariedade social.

O não-dito expressa as dores e a vergonha de um passado violento, através de afetos que são transmitidos a despeito da vontade dos pais e avós. Os jovens detêm esse saber inconsciente provindo da transmissão transgeracional, porém não conhecem conscientemente esse passado turbulento. Sabem através dos afetos brutos não simbolizados e dos silêncios prechos de significado das lacunas da história familiar. Nas entrevistas com a autora, ressalta-se uma amnésia coletiva sobre a história colonial, que está ausente dos programas escolares, e um silêncio por parte das famílias. Ou seja, ocorre uma negação por parte da sociedade e uma recusa em dizer por parte dos familiares. No entanto, esse não-dito atravessa as gerações e evoca um impulso de reconstruir a história através de meias-palavras e emoções que são transmitidas através das gerações. Os jovens falam nas entrevistas de um estranho silêncio familiar. Por mais que não conheçam explicitamente a história familiar que se imbrica na história coletiva, fica claro através das interações inconscientes que um percurso traumático, de dor e vergonha está latente. Algo de indizível e do que resiste a ser simbolizado atravessa as gerações.

“Se calar é um ato, o silêncio, enquanto palavra retida, é tão pleno de sentido e de interpretação que a palavra dita. No que dizem esses adolescentes, aparece claramente que apesar dos silêncios, os descendentes entendem e percebem a memória familiar, através de uma espécie de transmissão silenciosa e ensurdecadora”. (Ibidem, 154, tradução nossa)⁴⁹

Os jovens têm acesso a fragmentos da história familiar, através de pequenas lembranças dos seus familiares. Tentam dar sentido às lacunas nos discursos dos pais. No meio familiar, apesar de uma negação coletiva da história, encontram pequenos traços, significantes que podem permitir a construção de narrativas sobre si e sobre os seus pais. As suas relações com o laço social, traçam paralelos entre um passado doloroso e as injustiças de um presente herdeiro dessa história silenciada. Em uma entrevista, um dos jovens diz que a avó não fala do seu passado na Argélia, mas sim sobre o que se passa na Palestina e dessa história ele tira pistas

⁴⁹ “Si se taire est un acte, le silence en tant que parole retenue est aussi lourd de signification et d’interprétation que la parole dite. Dans les propos de ces adolescents, il apparaît clairement que, malgré les silences, une mémoire familiale s’entend et/ou se perçoit par les descendants, du fait d’une sorte de transmission silencieuse assourdissante ».

sobre a sua história familiar. Através de um deslocamento no espaço e no tempo a avó pode falar da sua dor. Os efeitos da história coletiva são palpáveis no cotidiano desses jovens, mas o empreendimento colonial e suas violências são negados. Nada é reconhecido ou ensinado na escola. O silêncio oficial produz um efeito de desmentido nos descendentes de imigrantes das ex-colônias. A sua experiência íntima, o seu saber transmitido transgeracionalmente não encontra eco na versão ensinada na escola ou mesmo reconhecida no espaço coletivo.

“Para esses herdeiros da história colonial, a relação com o passado consiste nas sequelas que eles suportam no presente; as discriminações e o racismo, nas suas dimensões relacionais. Uma cultura nunca é uma reprodução idêntica de uma geração para a outra. (...) A colonização faz parte do patrimônio histórico francês, mas ela desaparece na expressão insidiosa de um dizer gelado, que não permite medir o alcance dos efeitos deste passado sobre os humanos que a viveram e seus descendentes”. (Ibidem, 161, tradução nossa)⁵⁰

O passado colonial imprime a sua marca nas instituições de hoje em dia. Podem-se encontrar ranços de práticas, discursos e representações que foram construídas durante o império colonial no contexto institucional atual na França. Os herdeiros da história colonial enfrentam no cotidiano discriminações e um racismo institucionalizado. A falta de reconhecimento do passado implica na ausência de reflexão sobre os seus efeitos na atualidade. As repetições se atualizam no presente sem que seja possível se haver com as balizas da história passada. A autora aponta para a diferença entre os descendentes de imigrantes das ex-colônias e os de origem polonesa, italiana, armênia ou portuguesa. No caso desses últimos a primeira geração vive muito preconceito, mas os filhos e netos são bem assimilados. Muito diferente dos descendentes de imigrantes das ex-colônias que continuam sendo tratados como se não fossem cidadãos franceses. A segunda e a terceira geração enfrentam o mesmo grau de preconceito

⁵⁰ “Le rapport au passé, pour ces héritiers de l’histoire coloniale, c’est d’abord les séquelles qu’ils supportent au présent: les discriminations et le racisme, dans leur dimensions relationnelles. Une culture n’est jamais une reproduction à l’identique d’une génération à l’autre. (...) La colonisation fait partie du patrimoine historique français, mais elle disparaît dans l’expression insidieuse d’un dire gelé qui ne permet pas de mesurer la portée des effets de ce passé sur les humains qui l’ont vécus et leurs descendants ».

que a primeira. Esses são os efeitos da imigração pós-colonial e do não-dito sobre a história traumática.

Mansouri resgata a figura do *muçulmano* dos campos de concentração nazistas e faz uma analogia com a imagem dos *muçulmanos das colônias*, descrito por Franz Fanon em *Os condenados da terra*. Eram seres marcados pela miséria e opressão, que acabaram por serem apagados da memória coletiva. No campo de concentração, a condição de *muçulmano* dizia respeito àqueles que perderam toda dignidade, que não tinham mais força de lutar e morriam rapidamente⁵¹. A muçulmanização dizia respeito ao processo de perder a própria humanidade. Era uma figura que condensava e representava o insuportável do campo, a morte presente na vida, a desumanização encarnada e a desesperança⁵². A autora se pergunta o porquê desse símbolo de um ser em vias de um extermínio lento pela fome e reduzido ao abandono psíquico absoluto ser chamado de *muçulmano*. Os muçulmanos das colônias teriam sido um emblema de representação para aqueles que iriam morrer nos campos. Estaria preso às imagens associadas à colonização do norte da África. A figura de um ser aniquilado pelo contexto desumanizador do período colonial, marcado pela dominação.

“Trata-se de uma longa história humana produtora de desumanidade. A falha das representações verbais em circulação na sociedade impediu a elaboração das violências do período colonial que se inscreveram nos corpos do colonizado. Um sofrimento cristalizado, mantido no silêncio e que passa de geração em geração”. (Ibidem, 171, tradução nossa)⁵³

A potência traumática da história colonial atravessa gerações e afeta na intimidade os jovens descendentes de ancestrais colonizados. Trata-se de uma verdade íntima que não se respalda em um discurso externo. O silêncio familiar e a falta de reconhecimento público negam a realidade de sua vivência subjetiva. Vivem num contexto social que os exclui e os coisifica. Não encontram reconhecimento que os valide enquanto sujeitos. A sua revolta se manifesta contra essa falta de palavras de reconhecimento. Os efeitos da história negada, presente no cotidiano desses jovens, perpetuam uma forma de violência antiga. O dispositivo oficial de

⁵¹ Definição do processo de muçulmanização de Robert Waitz em **Les Rescapés. Auschwitz, camp de concentration nazi**.

⁵² Definição do conceito de muçulmano de Giorgio Agamben em **O que resta de Auschwitz**.

⁵³ “Il s’agit d’une très longue histoire humaine productrice d’inhumanité. Le défaut de représentations verbales en circulation dans le social a empêché l’élaboration des violences du colonial qui se sont alors inscrites à même le corps du colonisé. Une souffrance enkystée, entretenue par le silence et qui passe de génération en génération ».

negação do passado colonial aniquila a possibilidade de afiliações múltiplas, as identificações necessárias à constituição subjetiva. O seu cotidiano é marcado por diferentes camadas de violência, como nos aponta Mansouri: a humilhação frente à vivência do preconceito e do racismo; a história parental que é silenciada e não reconhecida; a repressão nas interações com a polícia e a estigmatização recorrente no campo social e político.

“O silêncio a respeito do regime de exceção humilhante ao qual foram submetidos os seus ancestrais, torna-se hoje a cada ação repressiva ou discriminatória, um espelho de identificação que faz perdurar aquele estado no nosso tempo pós-colonial. O sistema colonial excluiu seus pais do pacto republicano, para torna-los inferiores e inassimiláveis”. (Ibidem, 174, tradução nossa)⁵⁴

Os encontros com policiais hoje em dia, fazer frente à repressão, assim como a discriminação atualiza no presente a vivência traumática dos pais e avós. O estado de exceção a que estavam submetidos, as violências e humilhações decorrentes estão inscritas psiquicamente em seus herdeiros e são reativadas frente às desigualdades a que estão submetidos hoje em dia. A falta de reconhecimento oficial sobre as violências do passado contribui para a perpetuação de seus resquícios na atualidade. Os jovens fazem frente a uma herança traumática de transmissão psíquica e a um entorno político e social que atualiza discriminações institucionalizadas. O sistema colonial excluiu os seus pais do pacto republicano francês e eles vivem as consequências disso. Se no passado os seus pais eram considerados como uma casta inferior e não assimilável, um efeito pós-colonial atual são os seus herdeiros terem oficialmente a cidadania francesa, mas na prática viverem violações recorrentes de seus direitos. A discriminação e estigmatização dos descendentes de imigrantes das ex-colônias reflete essa falta de reconhecimento das violências do passado, o que implica numa dificuldade de elaborar e transformar essa herança colonial. Os descendentes são suscetíveis às emoções de seus pais e avós, aos sofrimentos ditos ou não-ditos, vinculados aos seus vividos atuais ou passados. Não é possível pensar que eles constituiriam uma geração de franceses sem vínculo com o passado.

⁵⁴ “Le silence sur le statut d’exception humiliant auquel étaient soumis les ancêtres devient, lors de chaque action répressive ou discriminatoire d’aujourd’hui, un miroir d’identification qui fait lui-même perdurer ce statut dans notre temps postcolonial. Le système colonial a exclu leurs parents du pacte républicain pour en faire des inférieurs inassimilables ».

“Eles se confrontam com violências recorrentes numa atmosfera repleta de ferimentos infligidos ao narcisismo e à identidade e são portadores do que a alienação de seus pais não pôde simbolizar. A violência da história que arrebatou seus pais para uma inexistência em colisão com o real, os obriga a conviver por conta própria com esta inexistência, que é uma fenda na sua subjetivação”. (Ibidem, 176, tradução nossa)⁵⁵

Os descendentes trazem em si as marcas do que não pôde ser simbolizado pelos pais, os traços de lutos não elaborados. Fazem frente a violências simbólicas que afetam o seu narcisismo e suportes identitários. A história dos pais que é mantida em silêncio como se nunca existiu afeta a sua constituição subjetiva. Faz frente a um real despido de palavras para nomeá-lo. As expressões de ódio presentes nas revoltas de 2005 são vistas como uma solução última frente a inseguranças e angústias que põe em cheque a existência enquanto sujeitos. As mortes dos ancestrais no passado constituem um núcleo traumático transmitido através das gerações, cujos descendentes fazem frente a uma história coletiva negada pelo entorno. A autora faz referência a Frantz Fanon ao afirmar que cabem aos descendentes duas possíveis reações: uma submissão petrificada ou uma revolta por vezes violenta. A última reação é imbuída de uma potência e desejo de viver, de um narcisismo que toma corpo, mas não sem consequências. A explosão violenta também afeta negativamente o laço com o outro já que desperta um medo recíproco que já existe entre os jovens e o resto da sociedade.

“Esses franceses descendentes do colonial nasceram num encontro histórico violento entre seus países de cá e de lá. Carregam o real dos traumas em seus corpos sem defesa. São estrangeiros de sua própria história íntima, da qual não podem se apropriar, mas também são estrangeiros da História da França. Na verdade, sua singularidade provém da sua singular história da França, riscada por saberes coletivos. São franceses ao mesmo tempo diferentes e

⁵⁵“Ils se heurtent à des violences symboliques récurrentes dans une atmosphère faite de blessures infligées au narcissisme et à l’identité, et sont porteurs de ce qui n’a pas pu se symboliser de l’aliénation parentale. La violence de l’histoire qui a frappé leurs parents d’inexistence dans une sorte de collusion avec un réel leur faisant côtoyer cette inexistence pour eux-mêmes, fait le trou de subjectivation. La « rage » donnée à voir dans cette révolte adolescente semble être l’ultime solution pour lutter contre l’insécurité et les angoisses d’effondrement do sujet ».

semelhantes, que aspiram a uma filiação verdadeira ao corpo social através de pertencimentos legítimos”. (Ibidem, 184, tradução nossa)⁵⁶

Os franceses descendentes de imigrantes das ex-colônias vivem uma situação paradoxal: são cidadãos de um país que perpetrou violências extremas contra os seus ascendentes. Herdaram as marcas do trauma de seus pais e avós, são estrangeiros à sua própria história familiar enredada em não-ditos. Fazem frente a elementos que resistem a serem simbolizados, não são reconhecidos no campo social e político e são silenciados no meio familiar. Os descendentes são cidadãos franceses no papel, mas na realidade não são reconhecidos enquanto tais. As suas histórias pessoais são entremeadas com uma história da França que não se quer reconhecer. Eles são franceses e ao mesmo tempo estrangeiros, buscando serem reconhecidos enquanto cidadãos plenos de direitos. Fazem frente a um não-dito, encarnado nas marcas do trauma que são transmitidas de geração em geração através do silenciamento e da tentativa frustrada de esquecimento. A impossibilidade de inscrição simbólica leva a uma inevitável errância psíquica. Na revolta dos adolescentes em 2005 somam-se os efeitos de uma negação coletiva de um passado colonial violento e os traumatismos parentais não elaborados. A articulação dessas formas de violência implica em atos que se contrapõe a uma ordem estabelecida repleta de injustiças. As revoltas mostraram como o homem enquanto um ser essencialmente histórico atualiza no presente um passado que ficou fora da dimensão das palavras. Não é possível imaginar que exista a possibilidade de se traçar um futuro independentemente do que se passou. É preciso se apropriar do que foi, a fim de projetar-se no que será.

2.4 Resistências da memória e o genocídio ruandês: o relato de uma filha.

Vamos tratar da contribuição de Scholastique Mukasonga que em seu romance **A mulher de pés descalços**, faz um relato biográfico da mãe, morta no genocídio de Ruanda junto com os seus outros familiares. Esse livro foi publicado catorze anos depois do genocídio perpetrado pelos hutus. Busca através dele construir um sepultamento, fazer uma homenagem à lembrança dos familiares e principalmente da sua mãe, que morreu assassinada e deixada em

⁵⁶ “Ces Français descendants du colonial sont nés d’une rencontre historique violente entre leur pays d’ici et celui de là-bas. Ils portent le réel des traumas, à leur corps défendant. Ils sont les étrangers de leur propre histoire intime qu’ils ne peuvent pas s’approprier, mais aussi les étrangers de leur Histoire de France. En réalité, leur singularité ne vient que de leur sigulière histoire de France, rayée des savoirs collectifs. Ils sont ces Français différents et semblables à la fois, n’aspirant qu’à une véritable affiliation par le corps social por de légitimes appartenances ».

uma vala comum. Mukasonga faz um trabalho de tessitura delicado da memória de sua comunidade tutsi que desde a sua infância já vivia em exílio em uma região inóspita de Ruanda: Bugesera.

“Quando eu morrer, quando vocês perceberem que eu morri, cubram o meu corpo. Ninguém deve ver o meu corpo, não se pode deixar ver o corpo de uma mãe. Vocês, que são as minhas filhas, têm a obrigação de cobri-lo, cabe somente a vocês fazer isso. Ninguém pode ver o cadáver de uma mãe, pois senão ela vai perseguir vocês que são as filhas... Ela vai atormentá-las até o dia em que a morte leve vocês também, até o dia em que vocês vão precisar de alguém para cobrir seus corpos”. (Mukasonga: 2017, p.5)

A filha não pôde efetivamente cumprir esse pedido da mãe durante o genocídio. Estava na França quando todos os seus familiares e sua mãe foram mortos. Passados quatorze anos, pôde fazer esse trabalho de sepultamento em francês, através de palavras em uma língua que mãe não conhecia.

“Mãezinha, eu não estava lá para cobrir o seu corpo, e tenho apenas palavras – palavras de uma língua que você não entendia – para realizar aquilo que você me pediu. E estou sozinha com minhas pobres palavras e com minhas frases, na página do caderno, tecendo e retecendo a mortalha do seu corpo ausente”. (Ibidem, p. 7)

Em seu livro, tece com o cuidado de um ritual o resgate da memória da mãe e de seu papel na comunidade tutsi já em exílio na década de cinquenta. Trabalha na contracorrente da desumanização a que a sua mãe e familiares foram vítimas. Cobre as reminiscências do horror e da violência com palavras e lembranças do dia a dia em Bugesera. Lembramos da passagem relatada por Altounian sobre a importância de o pai ter organizado o ritual de sepultamento do avô, ao invés de deixá-lo ao relento como era de costume para aqueles que estavam fugindo e lutando pela sobrevivência. Altounian acredita que isso foi fundamental para o posterior trabalho de luto e possibilidade de sobrevivência psíquica. No romance de Mukasonga testemunhamos um resgate simbólico de suas referências afetivas e comunitárias. O sepultamento que não pôde ser feito concretamente e em tempo real foi elaborado na minuciosa tarefa de reconstituir a voz autoral da mãe.

“Minha mãe tem somente uma ideia na cabeça, o mesmo projeto para todos os dias, uma única razão de viver: salvar os filhos. Para isso, ela elaborava estratégias, experimentava táticas”. (Ibidem, p. 12)

Buscava proteger os filhos dos soldados, planejando com cuidado esconderijos e rotas de fuga. Construía possibilidades de sobrevivência dos filhos no exílio com esmero. Mukasonga diz que os pais não planejavam fugir de Ruanda, mesmo que isso implicasse em morrer lá. Mas, queriam garantir a sobrevivência dos filhos. A mãe trabalhava intensamente para dar continuidade às tradições e crenças da sua comunidade. Mukasonga documenta com detalhes os hábitos, a alimentação, os cuidados com o plantio, os rituais de noivado e casamento, coordenados pela sua mãe Estefânia. Retraça os passos da sua infância nessa comunidade, a luta para manter a transmissão da sua cultura no exílio. Para tanto resgata termos e palavras da sua língua materna. Evoca os sons, paisagens e gestos desse grupo familiar e social. Faz a trama da sua história familiar e do seu grupo social, num ato de resistência. Tanto quanto sua mãe lutava dia a dia para manter seus costumes, também a escritora revive esse processo de resistência no seu romance ao descrever e perpetuar a cultura que sofreu as tentativas violentas de extermínio e erradicação. Traça os contornos de uma sociedade que faz frente à violência. Os líderes da sua comunidade tutsi frente ao estupro de uma menina tutsi por soldados hutus reinterpretam os seus costumes e tradições para acolher essa moça e seu filho. Conseguem ressignificar uma organização comunitária para construir um lugar para os seus membros que fazem frente às ameaças que precisam enfrentar.

Mukasonga se dedica através da literatura a retratar a sua história familiar e também a da sua comunidade. Resgata os ambientes e gestos da sua infância para fazer o trabalho de luto da mãe e o transforma num ato de resistência cultural. A transmissão de uma cultura que sofreu tentativas de extermínio aparece como um trabalho minucioso de tessitura da mortalha da mãe, figura central na vida da comunidade, pessoa que fazia o papel de passadora dos modos de fazer e pensar daquele vilarejo tutsi em exílio. O trabalho de luto da mãe e de sua comunidade se dá fundamentalmente através da escrita e se funde com a tarefa da transmissão. Cumprir uma dívida com a sua mãe e a sua comunidade. Escreve sobre a intimidade familiar e a história social da sua comunidade através de uma língua estrangeira. Usa a língua de terceiros para elaborar um testemunho e publicá-lo, o que implica também um ato político frente a uma tentativa de extermínio da sua gente. Assim, como a mãe lutou no exílio para dar continuidade à cultura, tradições, crenças e história do seu povo.

“Não sei dizer quantas vezes os soldados foram saquear nossas casas e aterrorizar os moradores. Na minha lembrança, toda a violência ficou gravada em uma única cena. É como um filme que fica passando e se repetindo. As imagens são sempre as mesmas e alimentam até hoje meus piores pesadelos”
(Ibidem, p. 10)

A descrição que faz da presença dos soldados invadindo as suas casas como uma síntese da violência vivida e gravada em uma cena que se repete, condensa o momento traumático. O tempo do trauma é o tempo do instante, mas do instante que não passa e se repete. Não se esquece dessa cena, ela insiste na lembrança e também nos sonhos. Torna-se uma insistência constante que resiste a se apagar. O horror da experiência traumática irrompe no cotidiano, cristaliza-se em momentos em que o inenarrável se faz presente. A autora luta com os restos que resistem à simbolização e os rodeia de palavras. Evoca paisagens, odores e sabores de outros tempos que fazem frente ao apagamento e à força do silenciamento. Resgata as experiências que são difíceis de transmitir com a mesma força e entusiasmo. Vai se embrenhar numa trama simbólica que exige muito cuidado e delicadeza, tece as palavras e recobre o horror de sentidos inusitados. Trabalho de fôlego que é uma exigência para a sua sobrevivência psíquica.

“Eliminar as pragas e parasitas é um trabalho lento e minucioso, demanda muita atenção, mas pouco esforço. É um trabalho que permite conversar, contar histórias. Foi trabalhando na plantação de sorgo que mamãe me ensinou muitas coisas sobre a Ruanda de antigamente. Infelizmente, não pude guardar todos os segredos que Estefânia me confiou, segredos passados de mãe para filha”.
(Ibidem, p. 44)

Ao resgatar os hábitos e tarefas do dia a dia da família, Mukasonga nos aponta espaços de troca importantes, como a tarefa de limpar as plantações e preparar a terra para a nova colheita. Um contexto ideal para que a sua mãe exercesse o seu papel de passadora da cultura. Contando as histórias sobre a vida familiar e da comunidade antes do exílio. Como eram as suas vidas e práticas. Falava sobre a sua região, as paisagens, as plantas, o modo de vida, a forma de organização social. As histórias eram contadas no contexto da relação mãe e filha, na intimidade dos laços familiares. A transmissão não é passível de se fazer de maneira total, *ipsis literis*, é importante que haja um espaço para a próxima geração lembrar e esquecer. Recriar o que precisa ser passado. Os segredos parecem se perder, assim como em toda transmissão que se pretende não toda, assim como o luto da mãe também é não todo. As histórias serão recriadas

e a trama de lembranças reelaboradas a cada nova geração. Frente ao extermínio concreto de toda a sua família Mukasonga luta para soprar vida através da passagem da memória de seu grupo. Resgatar identidades e modos de ser, reavivar os personagens da sua infância, não deixá-los cair no esquecimento. Lutar contra a sua desumanização na tentativa de reavivar a memória dos seus rostos e gestos. Restaura a história familiar, da sua região e do seu país.

“De todos os sofrimentos vividos com a deportação e o exílio, um dos piores para as mulheres era não poder cuidar dos filhos como antigamente, como elas sempre viram as próprias mães fazerem. Em Nyamata, no pátio empoeirado da escola, era impossível encontrar as folhas benfazejas do *umubirizi*, e o mato seco de Bugesera só tinha plantas desconhecidas, cujos poderes e perigos eram ignorados. Quando chegaram a Gitwe e Gitagata, as mulheres tinham, antes de mais nada, de arrumar um jeito de não morrer de fome antes de poderem voltar a cultivar as plantas medicinais e abóboras que constituíam a farmácia natural ruandesa” (Ibidem, p. 66)

Um dos marcos da sua escrita é o esforço da mãe após a deportação para construir uma vida condizente com as suas tradições. Em uma nova região onde não conhece as plantas, as suas propriedades e seus possíveis malefícios. Como poderia plantar o seu jardim medicinal e cuidar da saúde dos seus filhos? Esse é um trecho emblemático sobre as dificuldades da vida no exílio para uma comunidade rural que se baseia nas tradições e nos ritos de seus ancestrais. Mostra o risco que o exílio impôs a transmissão cultural de um povo e como se esforçaram para estabelecer novos laços. Não confiavam nos remédios trazidos pelos homens brancos e tinham de lutar para reestabelecer o seu jardim medicinal, saber prioritário das mulheres, que cuidavam da saúde de seus filhos. Mostra uma luta pela sobrevivência de uma comunidade com seus saberes tradicionais ameaçados. A luta pelo seu reestabelecimento, através de estratégias de resistência frente à violência e ao desterro.

“(...) eu não ouvia as histórias de Stefânia, mas seu murmúrio constante e o calor insistente da lareira me colocavam num estado meio adormecido. O rumor das histórias penetrava o meu corpo adormecido e impregnava à deriva lenta dos meus sonhos...” (Ibidem, p. 119)

Stefânia tinha o papel de contadora de histórias. Esses enredos habitavam a vida familiar, impregnavam a intimidade e as trocas afetivas. Diz respeito ao contato com a língua

materna, a língua da mãe e a língua da infância. Permeia a trama das suas primeiras lembranças e sensações. Imprime a sua marca com significantes fundamentais, que permitirão no futuro fazer frente às rupturas e ao silenciamento que acompanha condições de opressão de uma política de extermínio. A mãe era a passadora de histórias e também a casamenteira da comunidade, representava o poder de uma resistência da transmissão e de forças vitais. Tinha um papel fundamental na trama das histórias, na possibilidade de brincar com as palavras e cuidar de novos sentidos, assim como das alianças na comunidade. Figura central que recobre de sentidos a possibilidade de sobreviver ao exílio e fazer frente às tentativas de apagamento dos rastros e da memória.

2.5 Os efeitos do Shoah: o diário de uma mãe e os testemunhos de sua filha e neta.

Vamos tratar do livro de Noemi Jaffe, filha de uma sobrevivente do Holocausto. Ela publica o diário escrito por sua mãe logo depois de ser libertada de Auschwitz e escreve sobre ele. Temos nesse livro o testemunho da avó seguido de textos da filha e da neta sobre a sobrevivência ao horror e como isso perpassa as gerações. Diferentes formas de cobrir o real e a sua brutalidade.

“Não há como dramatizar ou metaforizar esta pedra. E mesmo assim, ela é o acontecimento, o fato que mais está presente na memória, dela e das filhas. É como se este fato fosse a síntese dela e da guerra, mesmo não sendo. Não existe síntese da guerra; não existe nada que possa simbolizar a guerra ou o sofrimento, embora a coisa pedra, a coisa punição, a coisa manteiga possam todas se transformar em símbolos. Mas ninguém de fora dessa história, tem algum direito de transformar esta coisa em história” (Jaffe: 2012, p. 112)

Jaffe escreve sobre um episódio em que a mãe foi punida no campo de concentração acusada de roubar uma manteiga da cozinha. Ela teve que ficar horas a fio segurando uma pedra, o que resultou em um machucado na perna do qual nunca mais se recuperou por completo. A pedra se tornou um significativo chave para essa dor do inenarrável que condensa o sofrimento no campo e a guerra. É muito difícil de destrinchar essa dor, essa vivência, não dá para cobrir a pedra de palavras e tecer significados sobre o grau do seu peso para a mãe e filha carregar. A aridez da pedra aponta para a falta de possibilidades de traduzir essa dor. A mãe e as filhas que recebem essa herança traumática fazem frente ao real, aos restos que não podem ser metaforizados. Esse significativo “pedra” marca a memória familiar, está sempre por perto, vive-

se a vida e transmutam-se os instantes, os acontecimentos, vivências e experiências, mas a pedra está sempre no plano de fundo. É difícil incorporá-lo na cadeia de significantes. A pedra, a dor da humilhação e dos esforços de fazer frente às tentativas de desumanização insiste na lembrança e ressoa no corpo. Implica num trabalho psíquico que transcende as gerações. A pedra, o seu peso, a sua dureza, revela o quanto não escapa da dimensão da coisa. Historicizar essa coisa é tarefa familiar, da mãe, da filha e da neta. Tirá-la do campo do silenciamento e rodeá-la pela linguagem, fazê-la deslizar, mas ela resiste, condensa a experiência do campo e da guerra e ao mesmo tempo escapa à possibilidade de tradução e simbolização. Experiência contraditória para os que devem arcar com uma herança traumática e ao mesmo tempo não podem fugir do trabalho de tentar construir metáforas e sentidos para essa coisa que escapa dos meandros da linguagem. O título do livro é *O que os cegos estão sonhando?* pergunta feita pela mãe à filha. O uso dos tempos verbais pela mãe aponta por um lado uma dificuldade de se apropriar do português, mas também dá a ideia de continuidade dos acontecimentos por usar muito o gerúndio. O que a mãe pergunta é com o que os cegos sonham se eles não veem imagens. Pergunta que marca a tarefa de simbolizar esse sofrimento mudo, que leva a se calar, que apela para a coisidade e que desafia gerações a traduzi-lo.

“Se o destino é fatalmente o que se passará, o passado é fatalmente o que se passou; por isso ele pode ser esquecido por quem o viveu. Só quem não o viveu tem o dever de lembra-lo, sem a menor esperança de que possa fazê-lo, porque ele se foi” (Idem)

A mãe de Jaffe, depois de escrever o diário logo depois da sua libertação, esquece-se das suas experiências do campo. Só se lembra do que foi escrito, do que foi impresso no papel. Não se lembra de mais nada. A sua possibilidade de sobreviver ao horror, implicou em cindir-se e apagar as lembranças da guerra, fora as palavras inscritas concretamente no papel e lidas pelas filhas. A primeira geração precisou esquecer para viver. Quando a filha pergunta para a mãe o porquê de ter escrito o diário, responde: __ para você poder lê-lo. Existe uma tarefa que não pode ser feita pela primeira geração, mas sim pela segunda e terceira. Parte da elaboração das perdas e dores da vivência do horror cabe aos filhos. O mandato se faz presente e diz respeito a uma relação peculiar ao desejo, que se faz presente na vida dos filhos a despeito a querer saber disso ou não. Para lidar com a herança traumática é fundamental quebrar a dimensão de destino para que a transmissão da história seja feita, lembrando que sempre será feita não toda. Não há como negar os restos. Os filhos têm uma tarefa paradoxal, lembrar um

passado que não viveu, ou seja, fazer um memorial simbólico de uma experiência que não é sua, mas que se herda e da qual se faz testemunho. Herança que traça os paralelos entre a história familiar e afetiva e a história de um povo, mais uma vez o político se faz visceral. As histórias se condensam e precisam de saídas dramatizadas e metaforizadas. Não há possibilidade de uma enunciação absoluta ou mesmo de um conhecimento sobre o desejo que se esgote, a transmissão se dá através dos silêncios, dos percalços, das possibilidades de inscrever os restos, nas tentativas incansáveis de inscrever palavras nas pedras.

“Ser filho de sobrevivente contém, em algum lugar remoto e inóspito da memória, a tentação de ter estado no lugar do sobrevivente. Não permitir que ela vivesse tudo aquilo, viajar para o passado e conseguir paralisá-lo, matar o oficial que ordenou o castigo. Furar o tempo e a regulamentação do campo e salvar a mãe. Uma mãe que sofreu é uma falha histórica, uma inversão torta, que deixa nos filhos uma pequena culpa, uma pequena falta, um sonho ou um pesadelo que se carrega durante o dia, que impede e ao mesmo tempo estimula a vida. O desejo de salvar a mãe é o desejo de extirpar da memória o sofrimento da mãe para que se possa libertar-se dele, para que se possa viver sem a pedra” (Ibidem, p.115)

Jaffe aponta para a identificação com a mãe, com uma vontade de voltar ao passado e tomar o lugar da mãe. Talvez tomando um lugar ativo frente ao horror pudesse contorná-lo, se ver livre dos seus efeitos. Haver-se com as consequências de sofrimentos extremos, lidar com a repetição que não se processa no próprio sujeito, mas sim no filho clama a uma inversão de papéis. Poder mudar o passado, ter a possibilidade de controlar o que se vive enquanto prisioneiro. Prisioneiro do campo ou do passado. Existe uma dívida para com os pais que parece demandar uma inversão de papéis de cuidado. Proteger a mãe de um passado que já se fez e não tem mais volta. Fazer frente à culpa de não ter passado por isso. Provavelmente, isso diz respeito à culpa da mãe de ter sobrevivido enquanto os avós morreram no campo. A filha sonha com a possibilidade de mudar o curso da memória e da história familiar. Livrar-se dos resquícios da guerra que se fazem presente na sua vida, das repetições que irrompem no seu cotidiano.

“O porta-voz é um ladrão da pior espécie. O dono da voz o autoriza a roubar; mas ele rouba mais do que o dono permitiu, porque ele agora ficou mudo. Está sem voz. O dono da voz é obrigado a ouvir o que o porta-voz diz e aceitar que aquilo é o que ele mesmo diria. Ou pior, aquilo que ele mesmo não seria

capaz de dizer. O porta-voz rouba a voz do dono e a supera, faz dela gato e sapato.” (Ibidem, p 163)

O porta-voz seria o herdeiro de uma herança traumática. Historiciza os eventos sobre os quais o sobrevivente não pode falar e precisa esquecer para viver. A transmissão se dá de pai para filho e assim por diante. O herdeiro precisa transformar a sua herança, toma-la e recria-la numa espécie de material tecido a muitas mãos que porta sentidos silenciados até então. Rouba, pois a experiência não é dele, mas faz-se necessário apropriar-se dela e reinventá-la. Através dos silêncios faz o seu caminho, toma para si sentidos inéditos. Tece e recria uma trama de significados a partir de falas ausentes e de pensamentos que não puderam se completar. A memória dos sobreviventes está muito próxima do horror, da revivência da cena traumática, do mortífero. Uma escanção é necessária. Parte da elaboração necessariamente fica para a outra geração. Outra temporalidade precisa ser aberta pelo herdeiro que articula e reinventa com palavras as lembranças truncadas dos sobreviventes. Tecer e retecer uma trama de significações que ficou engasgada durante uma geração é necessária, assim como dar corpo ao que foi impossível de ser dito e mesmo pensado. Para a transmissão se fazer é fundamental que haja um intervalo, um espaço de liberdade que separa as gerações e as delimita de forma clara. Os diferentes lugares devem ser assumidos para que seja possível se diferenciar, encontrar a própria voz para dar corpo ao que não pôde ser dito pela geração anterior. O porta-voz recria como numa boa tradução a intensidade das experiências do que se passou, sem perder a própria identidade na elaboração da narrativa que ficou perdida até então.

“Há uma dimensão na vivência do sofrimento que não é mesmo passível de invenção e narrativa. É o que é, é o que foi, foi o que é. Não existe forma de apreender a “coisidade” imanente desta coisa, que é sem arestas, sem poréns, sem brechas. Nada pode ser mais o ser em si mesmo do que a dor física extrema impingida por uma pessoa a outra. O injustificado, o absurdo, o radical, o sem nada, o vazio vazio. Como habitar esta dor, depois que ela termina, depois que a “vida continua”? Como localizá-la em si? O outro parte, some, morre, desaparece, mas a dor que se sentiu fica ali. O outro deixa a dor para quem a viveu e ela não tem nome nem lugar e não pode tornar-se história. Quem ouve a pedra, emudece. Caminha-se com ela, mas não é possível transformá-la em mais nada”. (Ibidem, p. 206)

A consequência mais cruel do horror seria a impossibilidade de historicizá-lo, de dar contornos humanos a essa experiência de excesso. Fica no campo do inominável, daquilo que flerta como o inanimado, com a coisa que existe sem que possa ser cuidada. Seria o sofrimento mais próximo do mortífero, da experiência bruta da qual não se é capaz de fugir e nem de trabalhá-la para que se torne mais maleável. Viver depois de ter conhecido o horror, a violência extrema, o lado desumano do outro e de si mesmo implica em conviver com uma dor que perdura sem a possibilidade de ser nomeada. A autora fala dos restos, daquilo que não é passível de se contornar e transformar. Existe uma dimensão dessa dor que resiste a ser localizada e com a qual é preciso conviver. Habitar um terreno inóspito do qual não se escapa. Fala dos limites da possibilidade de simbolizar, de manusear o que se busca transmitir.

“Isto também assusta a filha; a possibilidade de que existam coisas que não podem ser contadas. Por ninguém. Há uma forma sublime de narrar a beleza, o infinito, o desconhecido. Mas a forma sublime de narrar o horrível parece pecar por princípio.” (Idem)

A autora, a filha, escolhe trabalhar com as palavras. Contar histórias, dramatizar as perdas e brincar com significantes. Em contraposição, a parte de sua herança que toca o horror a faz emudecer. Como lidar com a trama de significâncias para escapar do mutismo? Narrar o que não se pode transmitir é um paradoxo com o qual o herdeiro de uma herança traumática precisa enfrentar no seu dia a dia. Decide confrontar-se com o esquecimento daqueles que tiveram que lidar com a crueza do horror de primeira mão. Tomar as lembranças que os pais precisam esquecer e recriá-las, fazendo frente aos limites do que é pensável e passível de ser pronunciado.

É uma espécie de narrativa que cada pessoa vai tecendo, por baixo e por dentro de si mesmo, para que os fios permaneçam e se cruzem, continuando e se desenvolvendo em outras histórias. De alguma forma, o diário dela existia calado, mesmo quando ela não o mencionava, quando ninguém sabia da sua existência. Ninguém sabe, nem saberá, onde ele ficava localizado na sua vida, antes dela mencioná-lo. A filha também não se lembra de quando ouviu falar dele pela primeira vez; se era ou não um componente de sua infância” (Ibidem, p. 207)

Foi a partir de um trabalho de análise feita pela filha que veio a ideia de traduzir e publicar o diário da mãe. Esse ato apontaria para a apropriação da própria memória e da memória dos pais, significaria uma forma de elaboração da própria história concretizada num objeto. A autora não consegue lembrar quando descobriu o diário, se já era um fato conhecido na sua infância. De qualquer forma a presença do registro dessa vivência dolorosa já estava marcada desde as primeiras interações. A mãe conseguiu falar sobre a experiência do campo apenas com a filha mais nova, a autora do livro. Com as filhas mais velhas a experiência do campo ainda era mais bruta e não conseguia pôr em palavras. Levou um tempo para que pudesse formulá-lo e endereça-lo a alguém. A presença do diário calado permeava os silêncios familiares. Teve um caminho sinuoso a ser traçado para fazer frente aos próprios fantasmas e resgatar a memória, as marcas emudecidas. Existia um desejo de transmissão, a mãe diz que escreveu o diário para a filha. Diferentemente de Altounian que traduz e publica o diário depois da morte do pai, Jaffe recebe o diário da mãe que é explicitamente endereçado a ela. Elas conversam sobre as experiências escritas pela mãe. Dentro dos limites impostos pelo esquecimento e da possibilidade de pôr em palavras o que se viveu. Mas, existe nesse caso um diálogo aberto entre as gerações, o que não foi possível no caso de Altounian e nem da mãe da autora com as suas filhas mais velhas.

“Ser neta de sobreviventes é ter uma relação indireta com este sofrimento que possibilitou a minha existência. Porque há entre mim e o sofrimento um intermédio, alguém que já desbravou o matagal sórdido do trauma: nasci numa clareira, o terreno limpo e pronto, bem cuidado, porque os meus pais se encarregaram de tirar as ervas daninhas, arar a terra, semear. Quando eu era pequena e perguntava o que eram os números tatuados no braço da minha vó, ela me dizia que era o seu número de telefone. Mas alguma coisa se escondia por trás de tudo, e acho que foi isso que me conferiu um olhar sempre interrogativo: o que é que vocês escondem” (Ibidem, p. 234)

Na terceira geração, no caso da neta da sobrevivente que escreveu o diário, existiu todo um trabalho de cuidado com o traumatismo, de elaboração e transmissão do vivido. No período de publicação do diário e do livro, Jaffe vai com a sua própria filha para Auschwitz. Uma forma de se reaproximar das experiências da avó, retrazando os caminhos concretos da memória. Existe um percurso que leva diferentes gerações a buscarem não os fatos em si, mas todo um movimento de historicização do desejo. Reinventando lembranças e acessando espaços antes

não desbravados. Abre-se para novos significantes ou recriam os antigos, produzindo deslocamentos e sentidos inusitados. Visitam e revisitam espaços esquecidos que precisam ser localizados em si. A neta faz frente àquilo que não poder ser dito, aos efeitos da pedra que emudece, aos limites do dizer sobre o horror. Sabe que existem histórias fundamentais para o modo como se constituiu enquanto ser desejante, mas que não foram vividas por ela e que desconhece. Faz parte da herança com o qual se convive mesmo que não se conheça.

“Talvez esse seja um dos destinos marcados daqueles que descendem dos sobreviventes: a necessidade de recuperar algo que não pode ser recuperado, a constante sensação de estar puxando uma linha cujo anzol não fisgou nada, apesar de pesar muito”. (Ibidem: p.235)

Tem algo do excesso de uma experiência traumática que atravessa gerações. Na primeira o marco fundamental é a necessidade do esquecimento e do distanciamento das cenas terríveis que se repetem. Busca-se a possibilidade de ter uma lembrança do acontecido diferentemente da revivência do instante traumático. Já no caso da autora, a segunda geração, são os efeitos desse excesso como a irrupção da repetição, os lutos que perduram e pedem para serem contornados com as palavras. Exigem um trabalho de ourives de retomar as lembranças e descobrir significantes essenciais à transmissão da história familiar e social. É interessante que a neta fale da experiência dos descendentes de sobreviventes com um símbolo diferente do da pedra que a filha usa. A imagem evocada pela neta remete a um movimento, porém remete a uma busca frustrada, a um gesto que não se completa. O anzol pesa assim como a pedra, mas chama a um trabalho de busca e a uma esperança de encontrar algo. Porém, isso se perde. Esse movimento implica em dar voz às dores do passado, a esmiuçar os lutos, num gesto que se singulariza a cada geração, dando os seus traços a uma história a ser construída por cada uma a muitas mãos.

Transmite-se a angústia como afeto que não pôde ser representado. O silenciamento familiar, com supressão de partes da história e segredos tem como consequência a formação de sintomas. Os significantes excluídos são encenados em atos e aparecem através de uma insistente repetição. Podemos ver esses conceitos nos exemplos clínicos de Virág acerca dos descendentes de sobreviventes do Holocausto. O silêncio sobre os horrores da guerra e as condições desumanas dos campos apareceram sob forma de sintomas nos filhos e netos. A autora exemplifica com sintomas de medo intenso da morte desencadeados a partir de situações do cotidiano que implicavam na separação física dos pais de seus filhos, como a entrada na escola.

O não-dito permeava as relações e era frequente a identificação das crianças com membros da família que foram mortos nos campos. Os silêncios sobre partes da história apareciam em atos, reatualizando no presente cenas e afetos ligados aos horrores do passado. A reativação de traumas por diversas gerações encontra nos casos clínicos mostrados por Virág sua concretização. Mostra também como através da análise seria possível relacionar medos e sintomas atuais com traumas familiares antigos e não elaborados. Ao recuperar os significantes é possível se desprender de significados únicos, o que acontece nas produções sintomáticas e aparece nas sucessivas gerações de forma deslocada e fora de contexto. Dessa forma, é possível resgatar as marcas do desejo e pôr em ação o processo de historicização do sujeito movimentando a cadeia de significantes e produzindo novos sentidos. Virág exemplifica como se dá a transmissão a partir do não-dito. Palavras e ruídos apareciam sob forma de fragmentos e permeavam o acting-out das crianças. Eram significantes que remetiam à experiência do campo de concentração, carregados de emoções assustadoras, eram elementos frequentes na produção de sintomas.

Altounian escreve sobre os impasses na transmissão, explora as lacunas, os fragmentos herdados da história familiar e mostra os caminhos a se explorar de forma a escapar do domínio da repetição. No trabalho de Altounian também podemos observar os impasses no exercício da função paterna e a consequente dificuldade de promover uma triangulação no meio familiar, o

que foi suplantado no seu caso pelo ambiente escolar, da análise e finalmente através da escrita. Ela remete à experiência do silêncio familiar de que decorre a dificuldade de estabelecer laços. O seu meio familiar foi pouco propício à elaboração de perdas, necessária para atravessar uma herança traumática. Altounian fala do próprio processo de análise e da possibilidade de resgatar uma filiação possível, de reconstruir a história familiar e se reaver com o próprio desejo a partir de construção de narrativas sobre si que multiplicam as possibilidades de enunciação. Desta forma, a história familiar e suas dores podem ser apropriadas também enquanto emblema cultural.

Tanto o trabalho de Altounian, como o de Mansouri exploram com muita clareza as inter-relações entre a intimidade, o não-dito no plano familiar e o não-dito no plano social. Ambas remetem a uma história coletiva que está inscrita visceralmente nos descendentes e que coexiste com a sua negação no meio social. Por um lado, temos o silêncio familiar sobre o passado traumático e, por outro, uma falta de reconhecimento do país de acolhida sobre o genocídio armênio no caso de Altounian e da brutalidade da história colonial no caso de Mansouri. Torna-se mais difícil pôr em palavras as dores do passado, ligadas a uma herança traumática, quando há uma negação política das circunstâncias dessa história coletiva. O luto dos mortos é difícil de ser feito quando as condições de sua morte não são reconhecidas pelo entorno. É preciso fazer frente tanto a um desmentido político quanto ao não-dito familiar.

No trabalho de Mansouri nota-se que o país de acolhida além de não reconhecer a violência do passado, também é a nação perpetradora dessa violência, o que demarca um acolhimento ambíguo para os descendentes de imigrantes das ex-colônias. Através do empreendimento colonial francês, guerras e catástrofes aniquiladoras foram levadas a cabo no país de origem dos imigrantes das ex-colônias. Em função da miséria e violência instauradas no país de origem foram obrigados a emigrar para a metrópole. Os imigrantes e seus descendentes vão se haver com essa herança e se relacionar com o país de acolhida, na qual a sua história não é reconhecida. Em função desse desmentido político ocorre uma repetição sintomática no plano social, o passado da história colonial é reatualizado sob a forma de um racismo estrutural, abordagens policiais arbitrárias e falta de oportunidades no ambiente escolar.

O papel desempenhado pela escola e pela educação nos relatos de Altounian é radicalmente diferente do que é exposto por Mansouri no caso dos descendentes de imigrantes das ex-colônias. Para Altounian a entrada no contexto escolar teve um efeito benéfico de

promover o lugar do terceiro, instância que abre para a alteridade e para os laços com os seus semelhantes. A língua e a cultura do país de acolhida se contrapunham ao ambiente familiar dominado pelo silêncio e por um passado doloroso latente. A língua francesa e sua literatura foram meios através dos quais a autora conseguiu expressar o passado traumático do pai, promovendo um caminho de secundarização. Mansouri aponta que a primeira geração de armênios sofreu muita discriminação, mas que a partir da segunda geração eram bem integrados. Já no caso dos descendentes das ex-colônias o processo foi muito diferente. A segunda e terceira geração continuaram a sofrer imensos preconceitos que se concretizavam no próprio espaço escolar, por exemplo.

A escola republicana francesa que se embasa em uma ideologia igualitária é segregacionista no tocante aos descendentes de imigrantes das ex-colônias do norte da África. Há uma ilusão de oportunidades iguais quando na realidade sofrem violências simbólicas e impera a expectativa e orientação de que sigam cursos técnicos e profissionalizantes ao invés de seguir para o ensino superior. Há uma desvalorização sistemática dos alunos de origem norte-africana. Se para Altounian a escola é um espaço que pavimenta o caminho para a elaboração da herança traumática, para os descendentes de imigrantes é mais um espaço em que sofrem discriminação e uma violência mais sutil, embora prenhe.

Altounian nos aponta a violência extrema inerente ao empreendimento do genocídio de deixar sem sepultura os mortos. Um ato de desumanização que desafia os descendentes a representar essa violência. Podemos ver isso no caso de Mukasonga que vai se desdobrar para recobrir o corpo da mãe simbolicamente, empreender um luto e desafiar o perpetrador da violência, dedicando-se a imprimir no papel uma transmissão da sua cultura. Não deixará que sua herança tutsi desapareça, restaura o ambiente da sua comunidade e retrata as marcas das crenças e tradições. Assim como Altounian, Mukasonga se utiliza de uma língua estrangeira, o francês, para testemunhar a sua cultura de origem. Apesar da tentativa de exterminar a cultura tutsi, ela usa a língua do terceiro para mostrar o tecido social da sua comunidade e expressar os laços que a constituíam.

Por outro lado, Jaffe e Altounian ambas fazem frente a uma herança traumática traduzindo e publicando o diário dos pais que retratam o horror do genocídio. Altounian publica depois da morte do pai e vê no seu ato uma transgressão, tendo esse relato permanecido em silêncio até então e no caso de Jaffe a publicação é feita de forma conjunta e dialogada com a mãe. Ambas retratam a importância fundamental do esquecimento para o sobrevivente que

precisa se distanciar do vivido traumático e na mesma medida mostra como é fundamental aos herdeiros resgatar a memória e se haver com essas dores. Os efeitos da filiação levam a importância de se fazer esse trabalho psíquico. Tanto Altounian quanto Jaffé apontam para a escrita como uma tarefa que se assemelha a entrada no campo transferencial. A construção de um espaço de alteridade que apela para as experiências de rememoração e fazem desse trabalho uma empreitada libertadora, que faz uma trama entre os eventos históricos e a história subjetiva.

Vemos como nos diversos autores podemos traçar um fio que mostra a possibilidade de fazer frente ao trauma e aos lutos impedidos, articulando a trama do contexto social e político aos eventos da história afetiva que percorre a subjetividade dos descendentes de sobreviventes catástrofes sociais.

Capítulo 3 Transmissão da história social e familiar: o processo de construção da narrativa

Nesse capítulo pretendemos redefinir o que seria a herança traumática. Destrinchar as experiências das gerações que se seguem aos sobreviventes e o trabalho psíquico elaborado por elas. Para tanto vamos nos orientar por três eixos: os laços com o outro: transferência e endereçamento; a história e historização dos eventos: a importância do coletivo; e, entre vivência e experiência: a elaboração não-toda do luto.

3.1 Laços com o outro: transferência e endereçamento

Virág no seu trabalho com descendentes de sobreviventes do Holocausto vai focar fundamentalmente no manejo da transferência para lidar com os fenômenos da repetição sintomática. Versa sobre as falhas na transmissão e as formas de interpretação do *acting-out* que observa na clínica: nos jogos das crianças, netos de sobreviventes, ou na dinâmica de relacionamento entre pais sobreviventes e os seus filhos. Temos o exemplo da intervenção de Kestenberg, citada por Virág, que contextualiza o comportamento do paciente que se recusava a comer, escondia-se na floresta e via a sua analista como perseguidora. O seu manejo na transferência foi de interpretar esse comportamento atual à luz da história de seus pais e da perseguição durante o regime nazista. A partir dessa intervenção feita no laço, o *acting-out* foi interrompido. Os traços pseudo-psicóticos do paciente se dissiparam com o tratamento e esse foi um marco frequente nas intervenções com os descendentes.

Percebia que as crianças nos jogos, sonhos, brincadeiras e atividades de fantasia se apropriavam da experiência dos pais, em um plano não verbal, ou seja, fora do discurso manifesto. Um aspecto muito forte presente na relação transferencial na clínica com descendentes de sobreviventes do Holocausto é a dinâmica de perseguido-perseguidor na relação com o analista. Os efeitos de uma transferência negativa eram frequentes e requeriam cuidados redobrados. Virág notava como as condições opressivas dos regimes totalitários se imprimiam nas relações familiares e com o entorno, cristalizando-se nas interações transferenciais que eram objeto de um manejo delicado. Implicava na contextualização histórica e social das relações familiares, adentrando as singularidades da história libidinal e afetiva de cada paciente. As crianças notoriamente sabiam dos segredos familiares, no sentido de que isso se expressava nas suas manifestações inconscientes. Apesar das preocupações conscientes das mães e das crianças, ou seja, do que diziam no seu discurso manifesto, não ter nada a ver com as suas

origens e história familiar. Porém, nas brincadeiras e sonhos, os efeitos das vivências no campo de concentração eram muito fortes.

“O paciente pseudo-psicótico enxerga perseguidores em todos, e, portanto, também na análise. Os descendentes de sobreviventes são particularmente sensíveis para a transferência negativa__ por isso, sempre tomei cuidado para não reforçar as fantasias paranóicas, que se inclinam a irradiar-se com uma interpretação profunda. Durante a análise, as emoções que aparecem são construídas como uma experiência corretiva dentro da vida emocional do analisando. Na medida em que a situação de vergonha começa a resolver-se, também começam a despontar emoções positivas para com o familiar que despertou a doença”. (Virág: 2000, p.50)⁵⁷

Os traços pseudo-psicóticos que se dissipavam com o tratamento eram comuns em descendentes de sobreviventes de traumas sociais. O manejo da transferência requeria muitos cuidados, já que tendia a tomar forma enquanto uma dinâmica persecutória. Remetia aos tempos de deportação e à vivência no campo de concentração dos pais e avós sobreviventes. O caminho para a elaboração consistia no resgate da história através do laço com o analista, elaborando e contextualizando a produção do analisando. Mas no caso de fantasias paranoicas, Virág alertava para um cuidado redobrado com as interpretações do analista, podendo reforçar as fantasias que se procura dissipar. A dor e a vergonha, que acompanhavam os processos de desumanização vividos pelos pais sobreviventes, eram destrinchadas em análise, e o que antes era vivido na relação com o pai sobrevivente como um laço marcado pela perseguição, começava a dar lugar a outros tipos de emoções.

Virág aponta que os laços com os outros, no sentido dos seus semelhantes, eram frequentemente permeados por medos arraigados. Situações do cotidiano que implicavam em

⁵⁷ “The pseudo-psychotic patient sees persecutors in everybody and therefore in analysis too. The descendants of survivors are particularly sensitive to negative transference – that is why I was always careful not to reinforce the paranoid fantasies, which incline to irradiation, with a depth interpretation. During analysis the emotions which appear are built into the analysand’s emotional life as a corrective experience. As the resolution of the shameful situation starts so positive emotions appear towards the parent who induced the illness.” (Virág: 2000, p.50)

separação, como por exemplo, os filhos terem que ir à escola, era contaminado por emoções exacerbadas, como um inexplicável medo de morte. Isso se dissipava no decorrer do tratamento quando a situação de separação era interpretada. Contextualizar a história de separação e perigo de morte vivida pelos avós nos campos ajudava a dissipar os seus efeitos nos seus descendentes, que reviviam esta cena deslocada, como se dissesse respeito à atualidade.

Era comum entre os descendentes de sobreviventes, na época da entrada da escola, as crianças apresentarem fobias, assim como sintomas psicossomáticos e os pais ficarem excessivamente preocupados. O laço com o outro ficava contaminado pelo medo e pelo mortífero. A escola enquanto primeiro lugar de convivência em sociedade, espaço que abre para o contato com os seus semelhantes fora do estreito círculo familiar, era terreno fértil para a disseminação do que parecia ser amedrontador no contato com o outro. No caso da clínica de Virág, o laço transferencial da situação de análise era local privilegiado para trabalhar esses vínculos e dissolver os efeitos do passado que se cristalizam nas relações presentes.

Quando as crianças ficavam doentes e havia pequenas brigas familiares, as sessões lúdicas que se seguiam eram permeadas por muita angústia, associações à guerra, agressão e morte. Era notória nas mães uma preocupação exacerbada com a saúde dos filhos, o que as levava a sentir dificuldade de se separar das crianças. Sentiam-se muito angustiadas com o bem-estar dos filhos. As mães os superprotegiam e parecia latente uma agressividade em relação a eles. As relações das mães com as avós também eram pautadas por um relacionamento que beirava o simbiótico, e também envolviam sentimentos de agressividade. Através do processo analítico, esses sentimentos agressivos e esse medo da separação eram trabalhados à luz das vivências dos pais no campo de concentração. A raiva latente seria sinal de um ferimento aberto que dizia respeito à revolta frente a condições desumanas vividas no passado. As avós transmitiam para as filhas os horrores vividos durante o regime nazista e estas, por sua vez, os transmitiam para os seus filhos, apesar de não terem vivido tempos de guerra. Esse mundo de terror era herdado enquanto herança traumática.

No percurso de análise com as crianças e seus pais, Virág enfatiza a importância da diferenciação entre os traumas atuais e os induzidos. Por exemplo, era frequente nessa clínica o paciente enxergar os pais como perseguidores. O trabalho em análise implicava em reconhecer nas atitudes dos pais as memórias concretas de perseguição sofridas no passado, o que levava a uma elaboração pouco a pouco de fantasias inconscientes que eram trazidas à tona e faziam sentido dentro da história familiar e do país. A elaboração dos sinais traumáticos se apoiava na interpretação de comportamentos embasados em sintomas e *acting-outs*.

Segundo Virág os quadros que se delineavam em análise e na relação transferencial eram testemunho de uma sociedade que desenraizou e desumanizou uma geração de sobreviventes. E as consequências disso perduravam através das gerações seguintes, resultantes de traumas marcados por um período de barbárie. A recuperação da história social é essencial para a possibilidade de elaborar a herança traumática e reabilitar, reconstruir os laços com o outro. Essa reconstrução dos indícios traumáticos precisa ser feita em comunidade, de modo que o esquecimento não favoreça a perpetuação da produção sintomática. Virág enfatiza a importância dos analistas escolherem a interpretação propícia para relacionar os medos arraigados e os sintomas atuais, com os traumas familiares antigos e não elaborados. Por isso, a importância de reconstruir a história familiar e social para contextualizar os sintomas, e através das ligações transferenciais em análise dar vazão à possibilidade de reconstrução dos laços com o outro de forma ampliada.

A autora foca fundamentalmente na transferência com o analista, mas às vezes isso não é suficiente e é preciso se voltar para o coletivo. Como faz Altounian, que depois de um longo percurso de análise, se embrenha na escrita como parte importante da elaboração de sua herança traumática. As experiências de análise e de escrita para ela se entrecruzam. Aponta para um trabalho de rememoração que acontece no campo transferencial, e também no processo de escrever. No ato da escrita certas palavras vêm à tona e produzem efeitos semelhantes às pontuações do analista. Os eventos históricos se combinam ao seu percurso subjetivo e desencadeiam numa experiência de escrita libertadora. Se na transferência o trabalho do inconsciente versa cada vez sob um novo ângulo, na escrita também a história familiar, a trama subjetiva, se dá a ver sob múltiplas perspectivas.

« É através da escola do outro, em seguida pela análise de si, que me foram dadas as palavras susceptíveis de dar forma à ameaça dos resíduos que enchiam caóticamente a casa familiar. Elas me permitiram traduzir o sofrimento do dilaceramento e do isolamento da primeira infância. A emoção literária foi capaz de criar uma distância e de ligar o testemunho do analisando, no qual a secundarização reflexiva e conceitual não passava de uma proteção civilizadora contra os afetos transbordantes e dolorosos ». (Altounian : 2000, p. 12) ⁵⁸

⁵⁸ « C'est bien par l'école de l'autre, puis par l'analyse de soi, que m'ont été donnés les mots susceptibles de prêter forme à la menaces des traces peuplant chaotiquement la maison familiale, de traduire la souffrance de cet éclatement,

Altounian se vale do espaço da escola e da língua francesa, enquanto o laço ao outro, que vai promover uma distância em relação à dor e à mudez do ambiente familiar. O sofrimento que permeia o seu meio familiar e a falta de palavras para fazer frente a essa experiência caracteriza uma herança traumática. Existe uma solidão impregnante que marca as primeiras relações. Em um primeiro momento, vai ser a escola que vai fornecer um ambiente terceiro que a permite se descolar do sofrimento da herança traumática e dar os primeiros passos para traduzi-la. Em seguida, será o campo da análise, através da relação transferencial, que poderá oferecer esse espaço essencial de alteridade. As palavras que permitem circular sentidos são tomadas na relação com o outro, que se concretizam no espaço da escola ou da análise. Os significantes são postos para circular e participar de uma trama de sentidos apenas no momento em que é possível se separar de um meio familiar impregnado de dor e solidão. Será no laço com o outro, onde se faz presente o terceiro, que será possível encontrar meios para traduzir a herança traumática. O contato com a literatura do país de acolhida, com a língua do terceiro, lhe despertaram emoções novas que a permitiram construir pontes para versar sobre o sofrimento familiar. Existia um prazer na literatura que inaugurava um espaço interno inédito, que promovia descobertas e abria espaço para a construção de novas narrativas acerca de si. Altounian combinava o seu percurso de análise, as experimentações no campo transferencial com a linguagem, ao prazer da emoção literária, para traçar um caminho através da escrita e desbravar os meandros dessa herança traumática que carregava consigo.

Testemunhou o processo de impasses na transmissão psíquica e cultural de pais sobreviventes de um genocídio, através da língua dos “não-extermináveis”. Reconstitui o endereçamento ao outro, a sua posição no discurso, a partir da consolidação de sua resistência frente à tentativa de aniquilamento dos seus ancestrais.

« É preciso ressaltar que é o resto intraduzível, ou seja, a recusa, oposta por este resto, a uma possibilidade de transferência total que garanta a distância interposta entre a língua melancólica de um mundo extinto e a que permite um pensamento vivo. É justamente a capacidade de um terceiro de acolher o *intraduzível*, apesar de não compreendê-lo, o único caminho que pode

de cet isolement premiers. L'émotion littéraire fut ainsi en mesure de mettre à distance et de lier un témoignage d'analysante dans lequel la secundarisation réflexive et conceptuelle n'était qu'une protection civilisatrice contre des affects débordants e douloureux ».(Altounian: 2000, p.12)

permitir, __ caso o herdeiro por sua vez saiba acolher a alteridade deste terceiro, _
lhe oferecer _um refúgio psíquico susceptível de extrair um pouco do alcance de
sua herança traumatizante ». (Altounian: 2012, p.19)⁵⁹

Altounian escreve sobre os restos intraduzíveis, ou seja, o que perdura da experiência traumática e atravessa gerações. Aquilo que condensa o sofrimento e o horror e resiste a se tornar maleável, a ser tecido com palavras. No meio familiar os laços estão impregnados dessa experiência de excesso, que é difícil de historicizar e dar contornos humanos. Por isso, ela chama a língua do meio familiar de melancólica. Trata-se de uma língua que não permite que se trace uma distância ao passado. Essas relações familiares trazem consigo a marca do emudecimento. A língua do terceiro, a língua francesa, entra como possibilidade de tomar outro lugar no discurso. O pensamento vivo nasce desse encontro com a língua que abre para a alteridade, para novas formas de experimentar o mundo, para um novo olhar que não é marcado pela experiência do horror. O terceiro representado pelo país de acolhida, a sua língua e cultura, pode abrigar a dimensão do intraduzível, mesmo sendo estrangeiro e não compreendendo por completo o universo de um descendente de sobreviventes de um genocídio.

A autora, enquanto herdeira dos restos intraduzíveis acolhe a alteridade ofertada pelo país de acolhida e encontra no compartilhamento de sua língua e cultura a possibilidade de se expressar, de dar forma à sua herança, a fazer tomar vida o que quase foi aniquilado das suas origens. A cultura do outro fornece um acolhimento psíquico e permite que empreenda a tarefa de traduzir a sua herança traumática. É no laço com o outro e sob os efeitos da sublimação que consegue se reaproximar do cerne traumático e reinventar os efeitos de uma filiação dolorosa. Ela reconstrói a história de sua comunidade armênia, de sua cultura e a possibilidade de transmissão, tomando de empréstimo uma língua estrangeira que lhe permite acesso ao universo da simbolização. A experiência poética lhe permite se posicionar na linguagem de modo a brincar com os significantes e tratar dos restos intraduzíveis seja no campo transferencial da análise ou através da escrita se endereçando ao coletivo. O processo de secundarização se faz presente em seu percurso e lhe permite a aproximação de afetos brutos que podem ser cuidados

⁵⁹“ Il faut d’ailleurs remarquer que c’est le reste *intraduisable*, soit la récusation, opposée par ce *reste*, à une transférabilité totale qui garantit la distance interposée entre la langue mélancolisante d’un monde éteint et celle qui permet une pensée vivante. C’est pourquoi la capacité d’un tiers à accueillir cet *intraduisable*, malgré son incapacité à le comprendre, est la seule voie qui – si l’héritier, de son côté, sait accueillir l’alterité de ce tiers – peut lui offrir un hébergement psychique susceptible de le soustraire quelque peu à l’emprise de son héritage traumatisant ». (Altounian: 2012, p.19)

e tecidos com palavras, abrindo vias para uma elaboração e recuperação de sua história pessoal, familiar e social.

« (...) o testemunho da resistência como valor é transmitido frequentemente dos sobreviventes para nós, mais através dos seus atos, e do que eles constroem, do que através do que chegam a exprimir sobre o que viveram. Neles, a linguagem permanece muitas vezes fixada num retraimento quase autístico ou restrita a hiper-realidade da captura e do pensamento operatório, já que a violência de uma realidade sem sentido rompeu com toda possibilidade de continuidade de transição entre a realidade factual e a realidade psíquica ».
(Altounian: 2005, p.27)⁶⁰

Altounian aponta para os limites dos sobreviventes em relação à possibilidade de lidar com a linguagem e mostra os planos de base de construção de uma herança traumática, ou seja, mostra os impasses e possibilidades de transmissão por parte de um sobrevivente de uma catástrofe social. A resistência se teceria através de atos, mais do que de palavras. Por meio de uma comunicação não verbal que exprimiria o fundamental da sua experiência. O sobrevivente, tomado pela proximidade do vivido traumático, se distancia dessa experiência e se silencia. A possibilidade de brincar com a língua e contornar a vivência de uma situação limite com palavras lhe é vedada. A violência do horror e da desumanização que rompe a trama de sentidos possíveis os leva a uma vivência mais próxima do pensamento operatório e de uma hiper-realidade. Os sobreviventes ficariam mais próximos de uma sobrevivência vivida no dia-a-dia, sem poder se aproximar muito das suas lembranças do horror. A transitividade entre realidade factual e psíquica parece vedada. Historicizar os eventos, transformá-los em experiência passível de transmissão não é possível. Por isso, a tarefa que fica outorgada aos descendentes será de transformar essa herança, que tem a dimensão de coisa, numa seara em que se pode escapar do silenciamento e rodear pela linguagem aquilo que desliza e escapa. Endereçar ao

⁶⁰ « (...) le témoignage de la résistance comme valeur se transmet souvent, des rescapés à nous, bien plus par les actes qu'ils posent, par ce qu'ils construisent que para ce qu'ils parviennent à exprimer de leur vécu. Le langage reste en effet, chez eux, souvent rivé aut retraits quasi autistiques ou à l'hyper-réalité du ressassement et de la pensée opératoire, car la violence d'une réalité hors sens a rompu en eux toute continuité transitionnelle entre réalité factuelle e réalité psychique ». (Altounian: 2005, p. 27)

outro através da linguagem o que antes se colocava enquanto resto intraduzível. Humanizar os restos, tecê-los através de uma trama de sentidos, que resiste e não permite que esse legado seja destituído de endereçamento.

« (...) o prazer da literatura ressocializa a angústia de um sobrevivente ou de seus descendentes, através da música das palavras e das coisas, da mesma forma como nos momentos de impasse do trabalho analítico, é uma palavra espirituosa do analista, que abre, no seio de um sofrimento familiar demasiado e insípido, o espaço heterogêneo de um sorriso e de um pensamento ». (Altounian : 2000, p.13)⁶¹

Altounian retoma a importância da dimensão do campo do Outro, o tesouro dos significantes, que se concretiza na linguagem e na cultura e permeia as relações ao outro, ao seu semelhante. A partir das primeiras relações que remetem a um sofrimento, à falta de palavras e ao silenciamento, encontra no prazer da literatura, no abrigo de uma língua estrangeira a possibilidade de se apropriar de sua herança armênia. Retoma a possibilidade de se lançar enquanto sujeito na dimensão lúdica da linguagem, a musicalidade das palavras e os sons de significantes inesperados traçam caminhos de subjetivação, seja no campo da análise ou no prazer que sente ao entrar em contato com a literatura. Nesses jogos com a língua, sedimenta uma nova posição no discurso e pode trilhar caminhos para desbravar a sua herança traumática. A angústia do descendente de um sobrevivente pode ser amenizada e domada pela entrada nessa dimensão de deslizamentos de significantes num encadeamento que o humaniza, que aplaca a virulência do contato com estados-limites. Aponta também para as torções de sentido presentes no campo transferencial, empreendidas pelo analista. Através do trabalho analítico, no laço com o outro, pode se distanciar do caráter insípido do passado doloroso e é convidada a entrar em contato com novas possibilidades de se constituir. Nos laços com o outro, em espaços de alteridade, a vivacidade do pensamento e o caráter lúdico da linguagem tomam forma e abrem caminhos de fuga para destrinchar uma herança traumática.

⁶¹ « (...) le plaisir à la littérature resocialise l'angoisse d'un survivant ou de ses descendants en la liant à la musique des mots et des choses tout comme, dans des moments déroutants du travail analytique, c'est un mot d'esprit de l'analyste qui entrouve, au sein d'une souffrance trop familière et insipide, l'espace hétérogène du sourire et de la pensée. » (Altounian: 2000, p.13)

Mukasonga, como Altounian, faz uso de uma língua estrangeira, da língua do terceiro, para escrever a biografia da mãe e tecer a sua mortalha. Faz o trabalho de luto dos efeitos devastadores do genocídio ruandês, o luto da mãe e a transmissão de uma cultura que sofreu a tentativa de aniquilamento. Faz isso ao se abrigar numa língua que a sua mãe não conhecia, uma língua que implica num distanciamento dos efeitos traumáticos. Essa língua serve de esteio para um processo de secundarização, abre um espaço de alteridade e a partir do laço com o outro é possível se afastar do cerne traumático e tecer palavras para elaborar o passado doloroso.

Por último, trataremos de como a transferência e o endereçamento se dá no caso dos descendentes de colonos argelinos segundo Mansouri. Apontamos para dois eixos: a relação dos descendentes com a polícia e com os professores.

Eles vivem no dia-a-dia os efeitos de uma violência instituída que se concretiza nas abordagens policiais arbitrárias e recorrentes. A polícia que deveria protegê-los faz uso da força para constrangê-los e acabam por banalizar a violência e a coerção. Os adolescentes e seus pais temem a polícia e falam da opressão e perseguição policial. A autora reforça que esses significantes: “opressão” e “perseguição” são importantes e remetem à outra temporalidade, à época da colonização. Em função do não-dito que impera na sociedade francesa e nas famílias, esse passado invade o presente, seja no racismo estrutural que afeta a polícia, seja nas reações dos jovens e seus pais frente às figuras de autoridade que os brutalizam. Os pais quando têm problemas não procuram a polícia. A figura do policial se confunde com a do colonizador. O regime de perseguição e opressão da época do regime colonial se vê transposto aos dias de hoje. Uma conjuntura que pertencia à época dos pais ou avós perpassa as gerações e se atualiza na vida dos jovens descendentes. Os sentimentos do passado se mostram no presente nas interações com os policiais. Notavelmente, a violência marca as interações cotidianas e legitima o sistema de exclusão dos descendentes da população que foi colonizada no passado.

No laço com o outro, o olhar desconfiado do policial é percebido como desprezo e remete ao estatuto de cidadão de segunda classe. Eles se veem como colonos frente aos colonizadores, reeditando a história dos seus ancestrais. Por outro lado, o não-dito insidioso que atravessa a sociedade francesa legitima o racismo estrutural e faz com que a polícia se comporte frente a esses jovens enquanto cidadãos de segundo escalão e desrespeitem os seus direitos de cidadãos franceses. Os efeitos dessas interações cotidianas com a polícia se refletem no plano psíquico e social. Durante a guerra da Argélia, a prática da tortura era comum e isso fez parte do repertório dos avós e bisavós dos jovens. Compõe o quadro de um passado silenciado e muito recente que perpassa as vivências cotidianas dos descendentes.

A transmissão do que nunca foi nomeado se faz a despeito das intenções conscientes e impõem a sua marca nas formas como os jovens se enredam no laço social. O passado é silenciado tanto no meio familiar como na sociedade e tem como efeito a exclusão social e o racismo estrutural. As reações dos descendentes replicam a posição de colonos frente a colonizadores e reeditam as dores e violências do passado. Consolidam-se condições opressivas, que inspiram um medo da morte, seja esta real ou simbólica. As figuras da opressão e perseguição do passado se encarnam no presente.

O segundo eixo que trataremos nesse capítulo trata do espaço da escola e da relação dos jovens com os educadores. A escola republicana francesa baseada em referências universalistas se propõe a dar condições e direitos iguais para todos os alunos. Porém, o que os jovens descendentes de ex-colonos experimentam no seu percurso escolar é bem diferente dessa proposta. São barrados por mecanismos segregacionistas. Os educadores não são vistos pelos jovens como racistas, diferentemente da polícia, mas a escola é o lugar de desejos frustrados. Existe uma discriminação estrutural, mesmo que esta não seja consciente por parte dos educadores. Os jovens entram na escola acreditando na igualdade de oportunidades e acabam saindo de lá decepcionados. O laço com os professores e educadores aponta para violências simbólicas frente aos descendentes de ex-colonos argelinos. São instigados a terminar os estudos precocemente, sendo dirigidos aos cursos técnicos e profissionalizantes, ao invés da universidade. Sentem-se vistos como inferiores e não merecedores de serem educados para ocupar posições superiores no mercado de trabalho.

« Ao contrário da polícia, os professores representam a figura do adulto no qual gostariam de depositar confiança, mas que a cabo os traem em função desta escolha de orientação dirigida ». (Mansouri: 2013, p.124)⁶²

O laço com os professores é diferente de com a polícia. Existe uma predisposição dos jovens a confiar nos educadores. Eles são representantes de uma figura adulta que encarna a lei, mas que acabam os decepcionando. Seriam como figuras de um amor fracassado. Sentem-se menosprezados pelos professores que não confiam nas suas habilidades para seguirem para a educação superior. O passado colonial volta a se fazer presente. A instrução nas colônias também não fomentava a emancipação dos colonos. Não era oferecido um percurso escolar que

⁶² « À l'inverse de la police, les professeurs représenterait donc la figure d'adulte à qui ils aimeraient faire confiance mais qui les trahit finalement par ce choix dirigé d'orientation ». (Mansouri: 2013, p. 124)

oferecesse possibilidades de ir além dos estudos básicos. Foi isso que aconteceu com os seus avós e bisavós durante o período colonial. Este passado se atualiza no presente na forma da desigualdade presente nas escolas, o que mostra a face da discriminação racial e social.

O espaço escolar, a língua e a cultura francesa tem um significado muito diferente para esses jovens, do que para Altounian. Não representam um espaço de alteridade, que possibilitaria uma distância do sofrimento dos ancestrais. Muito pelo contrário, fomentam uma retraumatização, uma volta dos fantasmas do passado. Representam uma violência institucional que os faz desconfiar de si mesmos. Pois, sentem-se vistos por figuras de autoridade, nas quais confiaram, como inferiores. Esse sentimento de falta de valor pode induzir a um desânimo para o aprendizado, reações depressivas ou despertar uma fúria. Consistem em formas de serem inscritos num contexto de desigualdade. A negação da história coletiva e a perpetuação das violências simbólicas no ambiente escolar privam os alunos da experiência apontada por Altounian, na qual se apropriava de instrumentos para se recolocar no laço social e mudar a sua posição discursiva.

Para pensar o laço com o outro é interessante o conceito que Mansouri aborda dos *corpos de exceção*. Um reflexo de como a sociedade vê os jovens: como corpos perigosos, um inimigo interior, submetidos a um regime de exceção, que subverte o princípio de igualdade mesmo dentro do Estado de direito. Uma analogia traçada pela autora entre os ascendentes colonizados e as formas como os descendentes, agora cidadãos franceses por lei, são discriminados na prática. Esse conceito diz respeito à forma como o colonizador vê o colonizado, desumanizados e reduzidos ao corpo biológico. Inscrito no corpo do colonizado estaria o estado de exceção. A autora acredita que se passa algo de semelhante com os descendentes, apesar de por lei serem cidadãos franceses. O passado colonial se reedita e os jovens são tidos como corpos perigosos e violentos, assim como foram os seus ancestrais. Os seus direitos são desrespeitados recorrentemente e vivem no cotidiano uma desigualdade de oportunidades. Nesse contexto se faz premente pensar o papel do clínico frente a esses jovens.

“O clínico deve se oferecer como uma presença de apoio nos confins das prisões interiores, navegar em torno do impensável, contornar fragmentos de ressentidos inacessíveis, a fim de que esses adolescentes possam abandonar a convicção ilusória de que não é possível escapar da vergonha ou da angústia de ser rejeitado senão se rejeitando a si mesmos. A fim (...) de sair de suas *prisões* e finalmente poder se constituir como sujeitos da memória e da história, com a

possibilidade de simbolizar, de rememorar para enfim esquecer”. (Ibidem, 179, tradução nossa)⁶³

É fundamental que o analista não dissocie o sofrimento psíquico do analisando do meio em que ele vive, da sua história pessoal e coletiva. Trata-se de uma trama complexa e multideterminada. Deve oferecer sua presença e escuta para que construa um espaço de alteridade na qual o analisando possa encontrar a possibilidade de tecer narrativas sobre si, estabelecendo a sua própria diferença fora dos aprisionamentos que a condição de exclusão social o remete. A fim de que possa se posicionar enquanto sujeito através da memória e de sua história, pondo em ação significações múltiplas sobre si. Ao localizar-se na história coletiva, reconstrói o passado e permite-se libertar dele a fim de traçar um futuro. A situação de exclusão implica num sentimento de rejeição operado pelo meio social, o que desperta um sentimento de rejeição de si mesmo. A negação da história, a falta de reconhecimento, leva a uma experiência limite de abandono coletivo que pode tomar forma e expressão enquanto uma raiva que extravasa. O analista deve estar implicado junto com o analisando na reconstrução da sua história, consolidando o seu reconhecimento social e político. Faz frente à amnésia coletiva que tira o sujeito da sua condição de interlocutor e protagonista da própria história.

Pudemos traçar em diferentes contextos como se dão as possibilidades de endereçamento dos que vivem impasses na transmissão frente a um passado traumático, pensando em diferentes formas como se colocam na relação com o outro e se posicionam no laço social. Seja no campo transferencial como no caso de Virág na sua clínica com descendentes de sobreviventes do Holocausto, ou no caso de Altounian que tanto discute a transferência em análise quanto a sua relação com a língua e a cultura na tradução de uma herança traumática. Por fim, pudemos percorrer os percalços da desigualdade e reedição do passado colonial com descendentes de ex-colonos argelinos.

3.2 A história e historicização dos eventos: a importância do coletivo

⁶³ “Le clinicien doit s’offrir en présence étayante aux confins des prisons intérieures, naviguer autour de l’impensable, autour des fragments de ressentis inaccessibles, afin que ces adolescents puissent abandonner la certitude illusoire qu’il n’est possible d’échapper à la honte ou à l’angoisse d’être rejeté qu’en rejetant soi-même. Afin (...) qu’ils sortent des « prisons » et puissent enfin se constituer comme sujets de mémoire et d’histoire, avec la possibilité de symboliser, de se souvenir pour enfin oublier ».

Trataremos de como os descendentes constroem narrativas acerca das experiências dolorosas dos pais ou avós sobreviventes, constituindo uma historicização dos eventos traumatizantes do passado. Incorporam na sua ficção fantasmática uma forma de elaborar as dores do passado. Parte do trabalho de construção da história é marcada fundamentalmente por uma partilha da experiência no coletivo, como por exemplo, a publicação do diário de um pai por Altounian, do diário da mãe por Jaffe ou da publicação de uma biografia da mãe como fez Mukasonga. A publicação se torna um ato no espaço público, a fim de elaborar e historicizar as experiências de gerações anteriores que marcaram a sua existência.

No caso de Altounian a decisão de publicar o manuscrito do pai sobre a sua deportação seguiu um trabalho intenso de análise pessoal. Porém, nota-se que o espaço da análise, a transferência com o analista, não foi suficiente para o processo de historicização. Foi muito importante fazer um movimento em direção ao político, fazer o seu marco no espaço coletivo. Transmitir para o resto da sociedade as experiências do pai e as suas próprias contribuições e elaborações acerca desse vivido violento que herdou se fez essencial.

O primeiro passo para a decisão de publicá-lo foi encomendar a sua tradução. Escrito em caracteres armênios e em língua turca, esse manuscrito era um enigma para a filha e envolveu um trabalho delicado de transposição para diferentes ordens de registro tanto de linguagem quanto psíquicos. A filha acompanhou esse trabalho de tradução junto ao tradutor e paralelamente no seu processo de análise.

“Essa expulsão no campo público de uma história paterna mantida em segredo me fez passar da melancolia de uma posição de vítima à responsabilidade de um testemunho a ser transmitido, e depois à atividade de escrita de testemunhar outras histórias”. (Altounian: 2012, p. 106)⁶⁴

Se o espaço privado da família era marcado por uma melancolia e uma dificuldade de transpor em palavras as vivências brutais do genocídio, a sua incursão no espaço público através da publicação do manuscrito, por outro lado, a liberou de um peso e a permitiu inscrever a sua experiência e compartilhá-la. Era responsável por um testemunho, pela história do pai, dos ancestrais e também pela história do povo armênio. A publicação fez um marco no espaço

⁶⁴ “Cette expulsion dans le champ public d’une histoire paternelle maintenue secrète me fit passer de la mélancolie d’une position victimaire à la responsabilité d’un témoignage a transmettre, puis à l’activité d’une écriture témoignante d’autres histoires ». (Altounian: 2012, p. 106)

político, de forma a inscrever a experiência de uma tentativa de aniquilamento de um grupo étnico, que era negado pelo entorno. Altounian partilhou e testemunhou a experiência do pai, o seu percurso de sobrevivência, assim como as brutalidades que viveu. O tratamento simbólico que deu a essas experiências, a sua possibilidade de tratar essas vivências historicizando-as e as inscrevendo no espaço público foi um passo importante para a elaboração das dores. O processo de escrita da própria história, assim como a reflexão que fez sobre os testemunhos de outros sobreviventes de genocídio a permitiu sair da posição de vítima e outorgar-se o papel de passadora de sua cultura.

« Por ocasião da publicação__em todos os sentidos das palavras__ desse manuscrito, que dotava o poder democrático do terceiro de dar toda amplitude ao espaço aberto pelo ato político, pude reviver a experiência de salvação de que me tinha beneficiado outrora na escola da república ». (Ibidem, p.107)⁶⁵

A invasão do consulado turco em Paris, em 1981, por manifestantes que reivindicavam o reconhecimento do genocídio perpetrado pelos turcos contra os armênios teve um papel central na vida de Altounian e foi um evento chave para a decisão de publicar o manuscrito do pai. Esse foi o ato político que abriu para ela as portas para o que estava silenciado no processo de transmissão na família e irrompeu com efeito de a posteriori. Esse evento a levou a traduzir o enigma familiar que se punha, concretamente, enquanto manuscrito em língua e caracteres estrangeiros, e, psiquicamente, enquanto herança traumática que envolveu toda uma delicada teia a desvencilhar. Esse ato político, o atentado no consulado turco, também permitiu que houvesse interesse por parte de editoras em publicar o manuscrito do pai. Publica-lo significou partilha-lo com a sociedade e na cena política. Esse ato inaugurou a abertura de um espaço terceiro democrático que a permitiu reviver a potência que experimentou ao entrar na escola. A educação republicana lhe outorgou uma triangulação que permitiu com que se descolasse do ambiente melancólico familiar e pudesse encontrar palavras para nomear e elaborar sua experiência enquanto herdeira de uma história traumática. A publicação do manuscrito teve um efeito análogo. Esse ato a impeliu a um trabalho incessante de elaboração. No cenário democrático pode se apropriar da história do pai e de seu país, formular um gesto de resistência

⁶⁵ “À l’occasion de la publication – à tous le sens du mots – de ce manuscrit, qui dotait le tiers démocratique du pouvoir de donner toute sa portée à l’espace ouvert par l’acte politique, je pus revivre l’expérience salvatrice dont j’avais autrefois bénéficié à « l’école de la République ». (Ibidem, p. 107)

que fez com que uma cultura que sofreu ataques e a quase aniquilação pudesse se fincar. A publicação marcou um testemunho e a transmissão de uma cultura.

« Esta rememoração me obrigava a assumir sozinha e com uma horrível angústia, a decisão de uma dupla transgressão. Para uma filha criada sob o peso das tradições orientais, esta devolução à memória representava uma transgressão do respeito filial devido aos corpos dos ancestrais assassinados no silêncio do mundo, mas também uma transgressão com respeito à ordem pública do país de acolhimento, pois atribuía uma aprovação inteira a um ato de terrorismo, que segundo me parecia, teria secretamente enchido de alegria meu pai se ele ainda vivesse ». (Altounian: 2005, p.62)⁶⁶

Para Altounian a decisão de publicar o manuscrito do pai implicou numa dupla transgressão. A rememoração, o ato de tornar pública a história do pai acabou por desafiar as regras de respeito filial aos ancestrais mortos. Esse ato ia contra a forma como foi educada, segundo as regras das tradições orientais. Por outro lado, era tomada por um fluxo de rememoração e angústia que a impeliu à decisão de transgredir essas regras familiares e a publicar o diário. A transgressão não se restringiu à dimensão privada e familiar de memória aos mortos, mas também às regras da ordem pública do país de acolhida. Já que ia contra a posição oficial da França que não reconhecia o genocídio armênio e assim também aprovava as reivindicações de um ato dito terrorista. Ela acreditava que esse evento teria proporcionado felicidade ao pai. Foi um ato político que tirava do esquecimento e do silenciamento o massacre perpetrado contra os seus ancestrais armênios, vivido na pele pelo seu pai.

A autora viveu sentimentos de ambivalência em relação ao país de acolhida, que não reconhecia publicamente e oficialmente os eventos que marcavam a sua herança traumática. Através da publicação fez frente ao silenciamento familiar e também político do país que os

⁶⁶« Cette remémoration m’obligeait en effet à prendre seule et dans une épouvantable angoisse, la décision d’une double transgression. Pour une fille, élevée de surcroît sous le poids des traditions orientales, cette remise en mémoire représentait une transgression du respect filial dû aux corps des ancêtres assassinés dans le silence du monde, mais une transgression aussi vis-à-vis de l’ordre public du pays d’accueil, puisqu’elle affichait une entière approbation à un acte terroriste qui, me semblait-il, aurait secrètement réjoui le père s’il avait été encore en vie ». (Altounian: 2005, p.62)

acolheram. Essa mudez quanto ao passado, a falta de reconhecimento social operava um efeito de desmentido que reforçava a violência da herança traumática. Ela, enquanto descendente, assumia a posição de porta-voz do pai e dos ancestrais silenciados, reinstaurando no espaço público a força do dizer de seus ancestrais mortos e de uma cultura que quase desapareceu. Traduziu um passado esquecido, que permaneceu forte nos descendentes sob forma de um sofrimento que perdurava.

« Os sobreviventes transmitem, portanto, um desmoronamento psíquico atestando uma ruptura tríplice de laços : ruptura dentro deles mesmos, ruptura com o que foi o chão de suas vidas, ruptura com o mundo dos outros. E por isso, se lhes é permitido aos herdeiros de devolver-lhes a palavra, é precisamente para repôr seus ascendentes e eles mesmos de novo em comunicação com o mundo, para reinseri-los de algum modo na posteridade do desastre, mas também para os reinserir na história do mundo que os ignorou na época do crime ». (Ibidem, p. 42)⁶⁷

Altounian ao publicar o diário do pai opera também uma inversão de papéis, ela como filha se outorga a paternidade do texto do pai. No sentido de dar ao mundo, tornar publica as suas palavras. Ao expor as palavras do pai, o testemunho do vivido de um sobrevivente junto às suas interpretações e considerações sobre a vivência paterna, sedimentou-se enquanto porta-voz de gerações de armênios que foram emudecidos. Resgatou o vínculo onde imperava a ruptura. Uma parte importante da herança traumática implica nesse tríplice rompimento de vínculos. Seja na relação consigo mesmos, com o terreno fértil para as suas vidas ou com os outros. Efeitos das vivências traumáticas que precisavam ser retomadas pelos herdeiros e reformuladas em outras bases. Parte do papel da publicação do diário significou reatar os laços do herdeiro e de seus ancestrais com a comunidade humana. Reformular os laços com os outros e reafirmar a sua cultura através da transmissão. Se foram ignorados durante o massacre, através

⁶⁷ «Les survivants transmettent donc un effondrement psychique attestant une triple rupture des liens : rupture en eux-mêmes, rupture avec ce qui fut le terreau de leur vie, rupture avec le monde des autres. C’est pourquoi, s’il importe aux héritiers de leurs prêter parole c’est bien, en fait, pour remettre leurs ascendants et donc eux-mêmes à nouveau en lien avec le monde, pour les réinsérer quelque part dans l’après-coups du désastre, mais aussi se réinsérer dans l’histoire du monde que les a ignorés lors du crime ». (Ibidem, p. 42)

do testemunho e do ato de transmitir foi possível retomar a palavra e reinscrever a sua história na ordem humana a posteriori.

A herança silenciada de dores das gerações passadas foi reinstaurada em espaço público e assim pôde ser tecida em histórias no coletivo. Foi possível pôr o sofrimento em palavras e elaborar os afetos, que passaram a serem dispostos segundo narrativas que rodeiam o núcleo traumático. Verbalizar se fez premente a fim de inscrever na ordem humana a experiência dos pais e as situações de extermínio coletivo, que despiam os ancestrais de sua humanidade. A possibilidade de reconstruir e criar novas narrativas acerca de si mesmo, da sua comunidade e da sua cultura se fez essencial e dependia de um entorno que garantisse condições de livre expressão, um espaço democrático, no qual pudesse exercer a sua cidadania. Foi possível nesse contexto inscrever o passado traumático, desdobrando as suas incidências políticas e o seu reconhecimento.

Em contraposição à experiência de Altounian, a historicização do passado pelos descendentes de colonos argelinos, que vivem na França, encontram sérios entraves devido à negação e silêncio sobre a violência do passado colonial. Hoje cidadãos franceses, eles se deparam com as contradições de um sistema excludente e racista, herdeiro dos tempos de colônia. Fica muito difícil se haver com a própria história se existe além do não-dito familiar, um silenciamento na sociedade sobre o seu passado.

A história violenta não tem como se inscrever no presente, já que é negada pelo coletivo. O colonialismo marca a subjetividade daqueles que o viveram e de seus descendentes. A essa violência se soma outra: a negação no espaço social e político dessa experiência, o que impossibilita a memória e, portanto o seu esquecimento. Sem esses dois movimentos de lembrar e esquecer-se das dores do passado fica vedada a inscrição da história familiar e de um povo. Por isso, os efeitos do colonialismo no psiquismo dos descendentes se repercutem através de gerações, aparecendo sob forma de repetições e sintomas que não encontram formas de serem simbolizados e verbalizados. A íntima relação entre o plano psíquico e político, faz com que a negação das violências do passado se inscreva no presente e permeie as relações entre os indivíduos. A construção de uma memória coletiva fica impossibilitada e assim os efeitos de configurações traumáticas de gerações anteriores não podem ser elaborados. Existe para os descendentes uma impossibilidade de pensar e dizer a própria história. Não é possível se projetar no futuro e construir novos caminhos sem se haver com as marcas do passado.

Existem duas leis citadas por Mansouri que mostram com clareza o mal-estar entre o Estado francês e os descendentes de ex-colonos. A proibição de sinais religiosos nas escolas

públicas é a primeira. Os descendentes de argelinos, entre outros imigrantes do norte da África, sentem que a sua religião muçulmana é considerada incompatível com os valores republicanos do Estado francês. O banimento do uso do *jihab*, segundo a lei, afrontaria a laicidade da escola pública francesa. A lei indica uma incongruência entre as origens dos descendentes de ex-colonos do norte da África, em particular dos argelinos, e sua filiação aos valores republicanos franceses. Hoje em dia os descendentes têm a cidadania francesa, em contraposição aos seus ancestrais que eram despidos dos seus direitos, mas a lei mostra uma contradição, um mal-estar entre as suas origens e os valores do novo país.

A segunda lei diz respeito à forma como se ensina a história do passado colonial nas escolas. Podem ensinar apenas os aspectos positivos da colonização. Nada mais pode ser transmitido nas aulas. A lei reforça a negação da história do empreendimento colonial na sua integralidade. Nota-se o esforço político de negação da história de violências do passado. O movimento de voltar-se para o que ocorreu anteriormente, com os seus ancestrais, a fim de compreender como se estrutura o presente, os seus limites e possibilidades fica vedado aos descendentes.

Para Mansouri essas duas leis, somadas às revoltas dos jovens entre 2004 e 2005 mostram o mal-estar entre os descendentes de imigrantes das ex-colônias e o Estado francês. Um fato notório foi o uso atual, em 2005, de uma lei de exceção criada durante a guerra da Argélia para interromper revoltas. O passado mais uma vez se faz presente, mostrando as marcas da repetição e consolida a exclusão dos descendentes de ex-colonos a despeito de terem a cidadania francesa. A negação das violências históricas faz aparecer no sujeito um saber não consciente, que não consegue se inscrever e se historicizar. As emoções do passado não cessam de se fazer presentes, produzindo um ressentimento que se instaura nas relações atuais, e impelem os descendentes a ficarem aprisionados, sem poder interpelar a própria história.

Entendemos as manifestações de 2005 dos jovens como uma tentativa de ato, mas na qual encontramos uma repetição de tempos marcada pelo endereçamento ao colonizador. Jovens identificados aos colonos, ainda perpassados pelo *acting-out*. Diferentemente do ato de Altounian de publicação do diário do pai, um ato de enterrar os mortos. As revoltas de 2005 implicam em se revoltar ou se submeter. Consolidam-se numa tentativa de ato que fracassa, em uma atuação mais do que um ato de recuperar a história. Em função da falta de transmissão ligada ao não-dito familiar e ao silenciamento coletivo, irrompe a repetição.

O não-dito carrega consigo as dores e a vergonha de um passado violento. Esses afetos não elaborados são transmitidos através das gerações, a despeito da vontade consciente dos

pais e avós. Os jovens possuem um saber inconsciente acerca desse passado, porém não conhecem conscientemente as marcas do período colonial. Essa história é calada, no seio da família, assim como na sociedade. Nas entrevistas com a autora prevalece o esquecimento e o silenciamento sobre o empreendimento colonial. Não sabem dizer sobre os seus ancestrais, existe uma ausência desse tópico nos programas escolares e também nas famílias. A negação no plano político apenas reforça o não-dito no espaço familiar. Apesar desse silenciamento, existe um impulso de retomar esses sentidos ocultos que são transmitidos através de meia-palavras e emoções. Os jovens estranham um forte silêncio familiar. Percebem, apesar da falta de conhecimento consciente, a presença de um percurso traumático, uma forma na qual a história familiar se imbrica na história coletiva.

Os jovens têm acesso a fragmentos da história familiar e tentam dar sentido às lacunas do que lhe é transmitido. Apesar de uma negação coletiva da história, encontram pequenos traços, significantes que podem permitir a construção de narrativas sobre si e sobre os seus pais. Na realidade excludente com que se deparam no dia-a-dia, atravessada pelo racismo estrutural e pela falta de oportunidades, são traçados paralelos entre a forma como se vinculam no presente no laço social e as injustiças de uma história silenciada. Lembramos da avó de um jovem entrevistado por Mansouri, que não fala da colonização na Argélia, mas se sente muito tocada e evoca com frequência a questão dos palestinos. Os efeitos da história colonial argelina são palpáveis no cotidiano dos jovens, porém não é ensinado nas escolas e nem tampouco é mencionado abertamente nas famílias. O silêncio oficial produz um efeito de desmentido nos descendentes. A sua experiência íntima, a dor e a vergonha transmitida transgeracionalmente não encontra eco nas versões oficiais, no que é ensinado na escola ou mesmo no que é veiculado no espaço coletivo. Por isso, enfrentam uma dificuldade muito grande de tecer narrativas acerca de si mesmos e de suas famílias. Enterrar os mortos não é permitido. Não conseguem recuperar a sua história, e, portanto, não conseguem esquecê-la para se projetar no futuro e construir novos percursos. Ficam tomados por afetos brutos não simbolizados, ao invés de conseguir historicizar a sua herança traumática.

Já no caso de Jaffe, filha de uma sobrevivente do Holocausto, a historicização se deu como Altounian, num primeiro momento, no espaço de análise. A partir do seu percurso analítico tomou a iniciativa de publicar o diário da mãe, referente ao período que esteve em Auschwitz. Tomou essa decisão junto com a mãe e publicou o diário seguido dos seus próprios escritos, comentários e reflexões acerca da experiência materna. Uma forma de historicizar o passado se deu ao inscrever os limites dessa experiência no coletivo, publicando o diário.

Compartilhando o seu processo de elaboração com os outros, já que dizia respeito também à memória e história de um grupo, de um povo.

O ato de publicar o diário implicou em se apropriar da própria memória e da memória da mãe, uma forma de elaborar a própria história. A presença do diário na sua vida, que concretizava os sofrimentos da mãe era algo que ela não conseguia precisar, lembrar exatamente quando soube da sua existência. Mas, o registro das dores esteve sempre lá como pano de fundo do seu cotidiano, nas interações com a mãe. Esse registro fazia parte dos silêncios familiares, das lacunas que clamavam por um preenchimento de palavras. A filha e a mãe precisaram traçar um caminho sinuoso de resgate de memórias. Houve um desejo de transmissão por parte da mãe, que dizia ter escrito o diário para que a filha lesse. Uma forma de tratar a herança traumática para que fosse possível se recuperar da sua dor e historicizá-la. Esse processo se deu no campo do coletivo com a decisão de publicar o texto, inscrevendo uma parte da história familiar e íntima no espaço social e político. Esse ato foi necessário para firmar a própria história, como um passo para dialetizar e inscrever a memória enquanto experiência compartilhada.

A filha lidou com a sua herança traumática ao escolher trabalhar com as palavras. Contar histórias é o seu ofício, brinca com os significantes e elabora as perdas ao dramatiza-las. Enquanto segunda geração lhe coube um trabalho de elaboração dessa herança que tendia a perpetuar-se enquanto silenciamento. Fez do trabalho de deslindar uma herança traumática um jogo que se dava através dos sons, das vozes do passado, da passagem através de gestos e numa brincadeira, na qual a evocação de palavras formava um novo mosaico de lembranças. Tanto no meio familiar quanto na escolha da sua profissão Jaffe se dedicou a tecer narrativas, construir histórias que lhe dava o estofado para enfrentar os limites impostos pela dor que marcava o passado. O diário representava esse nó, que precisava ser desatado, essa experiência que pedia por ser historicizada. A autora fazia frente ao horror que a fez emudecer, lidando com uma trama de significâncias para fugir do mutismo. Ela se confrontou com a crueza da vivência de desumanização que marcou o percurso de sua mãe. Tomou as lembranças da primeira geração para recriá-las.

“O certo é que a mãe, por ter vivido tão maciçamente algo que é inapelavelmente real, não suporta as intervenções súbitas do inesperado em seu cotidiano tão bem armado, e as rechaça como ficção. E a filha, por ter tido uma mãe que viveu esta verdade, por não tê-la vivido, por só conhecer os fatos parcialmente, no passado e por alguém que prefere esquecê-los a lembrá-los,

precisa ficcionalizar quase tudo o que vive e acaba rechaçando os limites do real como impertinências opressivas”. (Jaffe: 2012, p. 206)

Jaffe marcou bem a diferença entre a primeira geração de sobreviventes que viveu a crueza e a brutalidade do real e a da segunda geração, herdeira de uma herança traumática, que precisava se haver com ela. Se para o sobrevivente a proximidade do sofrimento, da violência e do horror se faz premente é preciso se proteger. Distanciar-se do vivido e das lembranças cobrindo o cotidiano de um sabor já conhecido. Afastando-se das possibilidades de ruptura, de sobreaviso, planejava o seu cotidiano de forma cuidadosa e detalhada. Procurava se precaver das mudanças súbitas, do que podia surpreender, já que foi assaltada pelas rupturas de vínculo e pelo inesperado horror do real.

A primeira geração buscava esquecer, se distanciar e silenciar, a fim de sobreviver. Já o herdeiro vai destrinchar esses assaltos de lembranças, procurar construir uma história com as lacunas da história dos pais. Conheceu recortes e pistas do passado, não recebeu a brutalidade em massa dos fatos, mas os recobriu de sentidos, destrinchando os afetos e reverberações que o marcava. A sua tarefa era de ficcionalizar as suas vivências, tecer narrativas acerca do que se passava. Transformar vivências em experiências que são passíveis de transmissão. Dar voz aos afetos, ao vivido maciço que se assemelhava a uma pedra no sentido de resistir à simbolização. Tratou os significantes com o cuidado que mereciam, traçando tramas onde só existia a brutalidade da vivência crua. A possibilidade de que existissem coisas que não poderiam ser contadas assustava a filha. O silenciamento por completo, carregado de dor clamava por ficção. Precisava acreditar que seria possível narrar e historicizar aspectos daquilo que era desconhecido, mesmo que sempre houvesse um resto intraduzível.

“O porta-voz é o guardador da voz. Ele ouve a voz que outra pessoa não emitiu, pega, guarda no bolso e porta, como uma carteira ou uma chave. Daí, ele, portador da voz, transmite para os outros as coisas que estão dentro daquela voz guardada. Como se tirasse de dentro de uma carteira que ele porta os documentos, os papéis largados, esquecidos, as moedinhas, as fotografias (...)Mas, ele também tira de dentro da carteira as coisas que nem estão lá, porque ele porta o que a voz não disse e talvez nem soubesse que iria dizer, se dissesse”. (Ibidem, p. 163)

Jaffe, assim com Altounian, ressaltaram o papel do herdeiro de ser o porta-voz, de traduzir o que não tinha palavras para ser expresso. Falaram do não-dito, do silenciamento, das dores mudas e também dos limites da possibilidade de historização. O que poderia nascer em

verso e escaparia do mutismo da primeira geração, daqueles que outorgavam a herança traumática a despeito de si mesmos? Era preciso traduzir a herança e isso se fazia através de um trabalho de recriação, por isso o porta-voz ia além da voz que escutou, além do que foi dito, ultrapassava as condições da herança e as recriava. Fazia dela, com as suas próprias palavras, um novo enredo.

Apropriava-se dos restos para criar um novo texto, o que foi esquecido ou sequer foi formulado, recebia um endereçamento que trouxe para um novo mundo pistas para se construir um futuro. O herdeiro historicizava os eventos sobre os quais o sobrevivente não podia falar e precisava esquecer para viver. A primeira geração deixou para a segunda, parte da sua voz, das suas palavras, do que não podia ser dito e sequer pensado. Transmitiu para o outro o que precisava ser tecido a muitas mãos, uma herança que precisava ser trabalhada na comunidade. Através da inscrição no coletivo parte das palavras encontravam o seu lugar, a sua possibilidade de inscrição, de vir a ser. O herdeiro apostava na possibilidade de cavar o seu lugar no grupo humano, de resgatar o laço com o outro através da recuperação dos sinais do tempo, de uma forma de se realocar no espaço público, transformando a sua intimidade num fato da cultura.

“O sofrimento no nível do absurdo, do inenarrável, do mutismo, é um assédio ao corpo e o corpo escuta e guarda os medos que o ferem. Não quer mais sofrer. Por isso, evita tudo o que for agudo: bom ou ruim. O corpo sofrido só quer o neutro. O neutro é o amor. Mas, por outro lado, depois que o sofrimento passa, a vida também quer retornar à vida, incluindo nela até as dores, porque dessa forma a vida esquece que já sofreu”. (Ibidem, p.147)

Jaffe tratou das origens da herança traumática, da sua inscrição no corpo, na carne, no cerne do real. Foi atrás do que existia de originário nos efeitos do trauma: o seu mutismo, o seu caráter de coisa, do que escapava a qualquer forma de ficcionalização. Desbravou os limites do que podia vir a se tornar palavra. O sofrimento que estava na base de uma herança traumática desafiava as possibilidades de humanização, de se tornar passível de ser pensado e evocado. A primeira geração se protegeu e fugiu do que podia ameaça-la, mesmo que isso significasse se aprisionar num silêncio sem fim. Os herdeiros vão destrinchar esse mutismo e retomar as dores. Incluí-las no cotidiano e desvencilha-las com ajuda da memória tomada de empréstimo. O herdeiro precisou retomar os restos, apropriar-se deles para poder esquecê-los e ficou tomado pela tarefa de elaboração, de narrar aquilo que foi abandonado e acobertado, deixado para trás. Inscreveu as suas palavras no espaço coletivo, recriando os fragmentos de história que precisavam tomar forma.

Pudemos acompanhar como se deu o processo de construção da narrativa, a experiência de historicização da herança traumática através das experiências de Altounian e Jaffe. Ambas publicaram os diários dos pais, recorrendo ao espaço coletivo para resgatar a qualidade transmissível das vivências dos pais e as inscrevendo num registro social e político. Em contraposição, abordamos a dificuldade de inscrever e historicizar os vividos de descendentes de imigrantes das ex-colônias na França, mais especificamente dos argelinos, já que o passado é negado no campo político e silenciado no plano familiar.

3.3 Entre vivência e experiência: a elaboração não-toda do luto

Neste item trataremos à luz dos autores trabalhados até agora de como se dá a elaboração das perdas. O foco será o processo do luto que se dá sempre de forma parcial. Esta empreitada implica na passagem das vivências, para o registro da experiência, ou seja, do registro daquilo que é comunicável, que é fundamentado na tradição partilhada entre os homens e que é reformulado a cada geração. Processo bastante delicado em se tratando de uma herança traumática, que implica em um trabalho custoso para que seja possível transformá-la em objeto de transmissão e inscrevê-la na cultura compartilhada.

Altounian fala do papel central do ritual de poder sepultar o corpo do avô, num contexto de genocídio e esgarçamento dos laços:

« Considerar-se-a que o poder oferecer uma sepultura a um pai assassinado, é poder lhe oferecer, no prolongamento do que foi dito, uma espécie de *holding* último, que irá dali por diante acompanhar e proteger seus despojos. É por isso que, ao convocar um oficial para cumprir o ritual de inumação, é como introduzir um espaço na cena da morte e assim separar os mortos dos vivos, separar os mortos dos que provisoriamente irão sobrevive-lo. Trata-se de um enorme privilégio, de que se beneficiam um número ínfimo de vítimas de genocídio ». (Altounian: 2005, p.33)⁶⁸

Para a autora, a possibilidade que o pai dela teve de enterrar o próprio pai foi fundamental para a elaboração do luto. Esse processo envolveu também, além de atravessar o processo de elaborar a perda de um ente amado, sobreviver e deslindar as condições e circunstâncias desumanas da sua morte. O ritual promoveu uma sustentação para os

⁶⁸ « (...)on considérara que pouvoir offrir une sépulture à un père assassiné, c'est, dans le prolongement de ce qui vient d'être dit, pouvoir lui offrir en quelque sorte un *holding* ultime qui accompagnera et protégera désormais sa dépouille. C'est aussi, en convoquant un officiant pour accomplir le rituel de l'inhumation, introduire un écart dans la scène du meurtre et séparer ainsi les morts des vivants, séparer le mort de ceux qui, provisoirement, vont lui survivre. Il s'agit là d'un énorme privilège dont bénéficie un nombre infime de victimes de génocides ». (Altounian: 2005, p. 33)

sobreviventes, um consolo, uma forma de fazer as pazes com os mortos. Implicou em dar contornos humanizadores para uma situação de abjeção profunda. O sepultamento promoveu uma separação entre os vivos e os mortos. Permitiu com que fosse possível transformar a vivência do luto de algo que invade todo o ser do sobrevivente, para uma experiência com contornos, que fosse possível de elaborar, mesmo que permanecesse um resto intraduzível. É importante que se faça uma separação das gerações, de forma que os mortos não convivam com os vivos. Para que seja possível a experiência de lembrar-se dos entes queridos ao invés de tê-los incorporados a si mesmos, sem distinção entre o eu e o parente assassinado. Esse fato promoveu a possibilidade de sobreviver psicologicamente, de lidar com as perdas de uma forma mais sutil. Tal processo deu as condições para os sobreviventes de construir uma vida para além da pregnância da morte e da brutalidade do assassinato anônimo. Abriu para a possibilidade de se separar de uma irrupção violenta do real, de dar vazão às palavras e a possibilidade de recobrir o traumático com a viabilidade de se separar dessa vivência brutal.

Faz parte do ato de extermínio, no contexto do genocídio, fazer com que o outro desapareça sem traços, como se nunca tivesse existido. Trata-se de uma violência extrema, capaz de atravessar diversas gerações. Uma brutalidade que é muito difícil de representar. Não é possível nesse contexto dar um tratamento simbólico à morte e à perda, soma-se à crueza da violência a impossibilidade de sua inscrição. O luto dos que ficam é atravessado pela marca da violência, com a qual é muito difícil de se haver. Trata-se de um luto sem contornos humanos que não pode se inscrever no discurso, imperando a impossibilidade de circunscrever esse evento na língua, no tempo e no espaço. Constitui-se como uma vivência colada à carne, sem distanciamento, a qual não é possível pensar e tampouco lembrar. Fica fora da ordem humana e carregada de um sofrimento sem nome que não é passível de se localizar. Para os descendentes essa proximidade ao cerne traumático implica em lidar com os efeitos de uma violência que desumaniza.

No caso do pai de Altounian, ele teve a oportunidade de sepultar o próprio pai, indo na contracorrente do que se passava habitualmente com os sobreviventes do extermínio. Em geral, os corpos ficavam insepultos e dispostos no deserto anatoliano. O pai se recusou a deixar o corpo do avô da autora para trás, arriscando a sua própria vida e o enterrou. A possibilidade de ritualizar a morte do próprio pai, na opinião de Altounian, foi decisiva para a sua sobrevivência psíquica. Permitiu que houvesse um espaço para a simbolização desse evento cru, que deu margem para a possibilidade de um distanciamento, de uma inscrição desse evento, e de um possível trabalho de luto posterior. Os traços de vivências dessa ordem se propagam para as

sucessivas gerações, como efeitos a posteriori de horror. Uma lembrança inconsciente de uma catástrofe passada se desdobra em pesadelos que se atualizam no cotidiano dos descendentes.

« É preciso evidentemente deixar claro que a possibilidade de elaboração do que foi transmitido pelos ancestrais, sobreviventes de um genocídio negado pelo Estado cúmplice de um passado criminoso, depende entre outros fatores do potencial de valores democráticos que o país de acolhimento oferece aos herdeiros sob a forma do quadro político e cultural das suas instituições. Esta interdependência é evidenciada pelas notas ao texto, cujas múltiplas conexões revestem o texto de uma dimensão política ». (Altounian: 2012, p. 5)⁶⁹

A autora enfatiza a importância das condições políticas e culturais que são oferecidas aos sobreviventes e seus descendentes no país de acolhida, como central para a possibilidade de elaboração dos lutos. A ausência de práticas democráticas no país de acolhida vai interferir na viabilidade dos processos de luto se desdobrarem. Por exemplo, a recusa de se reconhecer politicamente a existência do genocídio pelo qual passaram os sobreviventes no novo país de acolhida tem efeitos nefastos para a possibilidade de localizar as perdas e encontrar novas referências para reconstruir a sua vida. O efeito dessa negação é que os desaparecidos no extermínio não encontrem a sua restituição na memória. O trabalho psíquico necessário para localizar as perdas implica na possibilidade de inscrição da experiência traumática no laço social. Se não existem instituições democráticas sólidas o suficiente para que essa vivência seja marcada como experiência coletiva no meio social, será muito difícil a elaboração dos seus efeitos traumáticos. Isso não é sem consequência para os sobreviventes e tampouco para os seus descendentes, que vivem as consequências do ato genocida na carne.

Opera-se a negação política dos mortos, o que reforça a ideia de que esses entes queridos, que foram mortos, não pertenciam ordem humana. A consequência desse gesto implica na dificuldade de metaforização de registros psíquicos que resistem à representação.

⁶⁹ « Il faut évidemment préciser que la possibilité d'élaboration de ce que transmettent des ascendants, survivants à un génocide nié par l'État receleur d'un passé criminel, dépend, entre autres, du potentiel en valeurs démocratiques qu'offre à leurs héritiers le cadre politico-culturel des institutions de leur *pays d'accueil*. Cette interdépendance est mise en évidence par les multiples connexions des notes qui revêtent ainsi le texte d'une dimension politique ». (Altounian: 2012, p.5)

Nesse contexto se desdobra as inter-relações múltiplas entre a história coletiva e a história psíquica, o traço de vivências desumanizadoras se soma à experiência de desmentido social. O não-dito se inscreve na cultura e na família, impactando a inserção do sobrevivente e de seus descendentes no laço social. O luto dos que foram mortos fica difícil de ser feito já que as condições de sua morte não são reconhecidas pelo entorno. Podemos traçar um paralelo entre o que é irrepresentável psiquicamente e a vida dos antepassados mortos, que não podem ser reconhecidas na comunidade da qual o sobrevivente e seus descendentes fazem parte. A negação política caminha junto com a dificuldade de pôr em palavras as dores e de traduzir os restos.

“... nas relações infantis precoces, uma mãe sobrevivente não está em condições de transmitir a seu filho um saber dialetizável em palavras sobre o que ela viveu e a visão de mundo que lhe restou. Quando o filho se apropria de saberes sem sabor para se adaptar ao tempo de sobrevivência parental, as palavras maternas tem gosto de um segredo melancólico, mas não proferem à criança um saber transmissível. Ou ainda, as suas palavras são carregadas de uma angústia ligada a afetos que não são passíveis de uma secundarização linguageira. Instância que remete a um desejado lugar para além do universo familiar que foi destituído pelos efeitos do terror⁷⁰”. (Altounian: 2007, p.13, tradução nossa)

A autora remete aos desafios de se engajar no processo de humanização de um filho, a partir de um lugar de dor. Ou seja, de lidar com afetos intraduzíveis que acompanham a condição traumática. Como fazer frente à angústia do irrepresentável e cuidar dos *restos*? Altounian afirma que a elaboração do traumático tem íntima relação com a tradução de uma língua à outra. No sentido de fazer frente ao que escapa à significação, ao ser convocado a por em palavras afetos brutos, acasos e lacunas do vivido. É um convite para produzir significâncias e criar uma história, porém sempre se havendo com experiências que carregam elementos no limite do não simbolizável. Na “tradução” há uma inevitável perda, esbarra-se

⁷⁰Original: « (...) lors des relations infantiles précoces, une mère survivante n'est pas en mesure de transmettre à son enfant un savoir dialectisable en mots sur ce qu'elle a vécu et sur la vision du monde qui lui en est restée. Alors que l'enfant s'approprie des savoirs sans saveur pour s'adapter au temps de la survie parentale, les paroles maternelles portent le goût d'une secrète mélancolie, mais ne profèrent à l'enfant aucun savoir transmissible, ou encore ces paroles sont chargées de l'angoisse de nombreux affects incapables d'accéder à une secundarisation langagière. L'instance d'un ailleurs désirable parce qu'étranger à l'univers familial ayant été destituée sous l'emprise de la terreur(...) »

necessariamente num limite, que ao mesmo tempo se constitui como necessário à possibilidade de qualquer transmissão. Ou seja, é necessário cuidar dos *restos*, daquilo que não é passível de simbolização. Encontrar caminhos para a transmissão e construir um lugar discursivo, acolhendo um não-saber, a impossibilidade de significar integralmente. A partir das lacunas se tecem sentidos possíveis, a partir do laço social e na dimensão da experiência compartilhada. Essa é a tarefa que cabe aos descendentes para elaborar os lutos que acompanham uma herança traumática.

Assim como nos aponta Altounian acerca dos efeitos de uma negação política dos eventos que engendraram o trauma dos sobreviventes do genocídio armênio, Mansouri também indica os efeitos da negação do passado colonial para os descendentes de imigrantes argelinos. Em ambos os casos podemos atestar as consequências nefastas para a elaboração de uma história de perdas significantes.

« Os efeitos funestos do contexto colonial sobre as populações colonizadas não são nem ditas nem ensinadas. (...) O silêncio oficial afirma os descendentes que o que sabem em seu íntimo não existe, gerando uma situação louca, pois além da negação da história, são as experiências de cada um que são riscadas pelas autoridades. A cólera e a violência são as consequências, sobretudo durante a sua adolescência, que justamente questiona a sua filiação ». (Mansouri: 2013, p.160)⁷¹

Como fazer frente às perdas e elaborar o luto, se o passado vivido pelos pais e os avós dos jovens descendentes é silenciado? Não é dito e nem tampouco ensinado nas escolas, faz-se de conta como se não existisse. Dessa forma, os descendentes não têm o respaldo de condições democráticas, estabelecidas no coletivo, para reconhecer o seu passado e lidar com a dor e a vergonha que acompanham essas vivências traumáticas dos antepassados. Sentem na pele as consequências desse passado violento, carregam as marcas dessas perdas, um saber

⁷¹ « Les effets funestes du contexte colonial sur les populations colonisées ne sont dits et enseignés. (...) Le silence officiel vient dire aux descendants que leur savoir intime n'existe pas, générant un situation *folle* car, au-delà du déni de l'histoire, ce sont les éprouvés de chacun qui sont d'autorité rayés. La colère voire la violence en sont la conséquence, surtout dans ce temps d'adolescence qui questionne justement la filiation » (Mansouri: 2013, p.160)

inconsciente, mas não têm como ter acesso a um conhecimento explícito do que se vive visceralmente.

O silêncio familiar somado ao silêncio oficial não dá margem para que se possa fazer o luto dessa história colonial que os marca. Principalmente, porque ela se repete institucionalmente através da exclusão e do racismo estrutural. Vimos já como a negação da história faz com que ela se repita nas relações com a polícia e nas escolas. As instituições ligadas ao Estado francês repetem traços da história colonial atualmente, o que respalda a perpetuação de um ciclo de exclusão. Na família, temos um silenciamento considerado estranho pelos adolescentes. Fica em evidência um segredo sobre o qual não se quer falar. Nesse contexto, não é possível enterrar os mortos e o luto permeia as vivências cotidianas desses jovens. Temos como consequência a raiva e a revolta que se extravasa, nesse momento em que os jovens questionam a sua filiação, o seu pertencimento e se revoltam contra situações injustas do seu entorno. Atesta-se a falta de oportunidades, o seu não reconhecimento enquanto cidadão francês e os seus direitos violados pelas instituições que deveriam assegurá-los.

Outra forma de lidar com o luto se concretiza no trabalho de Mukasonga. Frente ao extermínio da sua família em Ruanda e principalmente para lidar com a morte da mãe, que ficou com o seu corpo insepulto, contrariando uma promessa que fez à ela de cobrir o seu corpo para que ninguém o visse, Mukasonga empreendeu a tarefa de a posteriori tecer a sua mortalha com palavras. Escreveu uma biografia da mãe, reconstruindo todo o ambiente e a história de uma comunidade tutsi no exílio na terra de Bugesera em Ruanda.

A mãe pediu para que as filhas cobrissem o seu corpo quando morresse. Existiria algo de obscuro no corpo morto à vista de todos, e era tarefa dos filhos cobri-la. Um ritual em torno da morte, essencial para o processo de luto da filha. A cruzeira da morte não poderia ficar assim, exposta, exigia o trabalho de recobrir o real, respeitando as tradições tutsis. De fato, isso não pôde ser feito. A mãe morreu enterrada em uma vala comum quando a filha estava na França. Por isso, sobreviveu. Precisou lidar com a culpa de ser uma sobrevivente e também teve de encontrar um jeito de cumprir a promessa que fez à mãe. Tratou através da escrita de construir uma memória sobre a sua comunidade e os seus familiares. Escreveu em uma língua estrangeira, que a mãe não conhecia, a língua dos outros, a língua dos brancos. Podemos levantar a hipótese de que talvez, como Altounian, a língua do país de acolhida servisse como um terceiro. Uma forma de se distanciar dos horrores do extermínio, inserindo-se na língua do outro, para se reapropriar da história tutsi. A língua dos não-extermináveis que permitiu com que pudesse

inscrever e pôr em palavras a memória dos mortos, de uma comunidade que viveu o risco da extinção e que já durante a sua infância fazia frente aos impasses do exílio.

Trabalhou na contracorrente da desumanização vivida por sua família e comunidade durante a guerra civil. Restaurou as lembranças da mãe, enquanto casamenteira e cuidadosa com as plantas medicinais para cuidar das crianças, as tarefas de casa e do plantio. Restaurando os modos de fazer e pensar da sua comunidade, fez um intenso trabalho de transmissão da cultura e teceu os fios de uma resistência psíquica e social para fazer frente ao extermínio e à violência. Cobriu as reminiscências do horror com as lembranças do dia-a-dia em Bugesera. Mukasonga fez um resgate simbólico de suas referências culturais e afetivas. A mãe era uma figura que personificava o esforço de manter as tradições e crenças da comunidade e a autora, num esforço de transmissão da experiência em exílio, pôs em palavras e comunicou ao coletivo os detalhes dos hábitos, da alimentação, dos cuidados com o plantio, dos rituais de noivado e casamento. Resgatou as lembranças da sua infância mostrando a resistência de uma cultura e os desafios de sobreviver no exílio, ameaçados pela possibilidade de extermínio a qualquer momento. Atestou a luta por manter a transmissão da sua cultura no exílio e fez frente ao extermínio em massa.

Mukasonga através da literatura construiu uma forma de sepultar a mãe, um caminho para desbravar um trabalho de luto, ao fincar na transmissão um resgate da história familiar e a história da sua comunidade. A mãe era passadora em seu vilarejo das formas de fazer e pensar de sua cultura. Mukasonga resgatou através do trabalho de escrita o papel da mãe, e assim prestou homenagem às figuras dizimadas. Ao recobrir com palavras esse passado, encontrou novas formas de resistir aos efeitos da violência, à tentativa de expulsar da ordem humana os seus antepassados sem deixar rastro. Fez frente a isso com o resgate das práticas do passado, das lembranças e dos traços. Elaborou um testemunho e o inscreveu no coletivo, ao publicá-lo. Mostrou o caminho de um trabalho de elaboração do luto e ao mesmo tempo de um ato político que resgatou a transmissão de sua história social e cultural. A comunidade que quase foi aniquilada resistiu também através das suas palavras.

A autora encontrou forças na figura da mãe, que também era uma exímia contadora de histórias. Nos espaços em que as mulheres cuidavam do plantio, lembravam-se de histórias sobre a vida familiar e da comunidade antes do exílio: quais eram os contornos da natureza, as características da sua região, o modo de vida e as formas de organização social. Esses relatos se davam na intimidade da relação mãe e filha, reforçando os laços familiares e o papel da mulher enquanto passadora da cultura. Essas histórias da mãe foram recriadas pela filha, nesse

trabalho de resgate e recriação das lembranças e do que foi transmitido. Fez das suas lembranças um tecido reelaborado de formas de ser e pensar da comunidade, atestando para o processo não-todo da transmissão que se baseia na capacidade de esquecer para poder lembrar, e de recriar o que lhe foi transmitido tornando-se autora dessa nova história. Mukasonga nesse esforço de transmissão também apontou para o trabalho não-todo do luto, ao transformar vivências da sua infância, histórias cujos fragmentos se perderam, em experiências que puderam ser passadas e recriadas de geração em geração.

Tanto para Mukasonga quanto para Jaffe o trabalho de luto está intimamente ligado à tarefa de transmissão, transformando vivências cruas em experiências que podem ser compartilhadas e passadas através das gerações. Porém, Jaffe focaliza nos limites da possibilidade de elaboração do luto. Enfatiza aquele resto que resiste à simbolização e à tradução.

Nos seus comentários e reflexões sobre o diário da mãe, tomou a pedra como metáfora mais ampla da herança traumática e mais especificamente desse resto intraduzível, que faz o trabalho de luto sempre não-todo.

“O fato-pedra é maior do que a história-pedra; do que o símbolo pedra.

Mas quem não viveu a pedra, quem é filho do fato, só consegue pensar nele como um evento indireto, como uma força simbólica”. (Jaffe: 2013, p. 114)

O fato-pedra é o que promoveu resistência, o que permaneceu mais forte e mais presente na vida do sobrevivente e também dos descendentes, mas de formas diferentes. No caso dos filhos e dos netos do sobrevivente, segundo o testemunho de Jaffe, a história-pedra já pôde tomar o seu lugar e se transformar. O fato-pedra pôde ser até certo ponto dramatizado e metaforizado. Os herdeiros fizeram o trabalho de deslindar e historicizar essa herança que resistia às palavras. Do evento se carregava na pele as marcas, de maneira surda, com um impacto visceral, os resquícios da guerra e do sofrimento permeavam o corpo. Essas vivências foram transformadas e trabalhadas em histórias, o que faz parte do luto, da possibilidade de recriar o fato na memória familiar, na lembrança do sujeito descendente. Parte do trabalho de luto se fez através de um ato, no caso de Jaffe a publicação do diário e de suas reflexões, o que permitiu cavar um lugar no espaço político e inscrever as marcas da herança no laço social. A coisa pedra foi se transformando em história, em símbolo de uma herança traumática. Porém, a aridez da pedra apontava para um resto, uma impossibilidade de recobrir o fato de narrativas e tecer os significantes, destrinchando os seus possíveis sentidos. No trabalho de luto é preciso se haver com os limites do dizível, implica em inscrever o que é quase impossível de se pensar.

Transformar a dor, as marcas do campo e da guerra, em uma experiência dialetizável, passível de se traduzir em lembranças ao invés de se cristalizar no horror que ressoa no corpo.

“O drama-pedra é a culpa, o medo, a incompreensão, é carregar a pedra no lugar dela, é sentir a dor espiritualizada, exagerada, falsa, a dor que se imagina que a mãe sentiu”. (Ibidem, p. 143)

Segundo Jaffe, o desejo de salvar a mãe implicou na vontade de extinguir da memória e principalmente de um registro no corpo, o sofrimento e a dor da mãe, para que os herdeiros pudessem viver sem a pedra. Um desejo de que os eventos da sua história familiar não tivessem acontecido, como se fosse possível extirpar do passado as vivências da guerra. Porém, o trabalho do luto implicou em se haver com as dores, com a culpa, o medo e fazer frente à herança traumática. Esse trabalho se deu no plano familiar, através de respostas singulares, mas também no plano político, modificando a sua inserção no laço social, fazendo frente ao outro totalitário que tentou reduzir os antepassados a restos. Nessa interdependência dos planos em que se elaboram os lutos, o descendente pôde se haver com os limites do desejo, e com a possibilidade de tecer narrativas acerca do que resistia a qualquer tradução.

Conclusão

Orientamo-nos nessa dissertação pelo problema de como os descendentes de sobreviventes de catástrofes sociais elaboram a experiência traumática dos pais e avós. Como se dão os impasses na transmissão, os efeitos do não-dito e quais os caminhos para lidar com o silenciamento e o processo de elaboração de uma herança traumática. Procuramos responder à essa questão partindo da hipótese de que através da recuperação da história familiar e social seria possível inscrever a experiência da herança traumática psicologicamente e no laço social, o que facilitaria o processo de elaboração do luto, promovendo a possibilidade de transmissão da história.

Em um primeiro momento, observamos o processo de transmissão de histórias, costumes e crenças através das gerações, tendo como foco, por exemplo, populações em exílio ou sob regimes totalitários. Como se dá o trabalho de se reinventar o passado a partir das vicissitudes do presente, recriando e reinscrevendo a história dos antepassados a partir do próprio espaço de liberdade de um herdeiro que recria o seu legado ao invés de aspirar a ser um contemporâneo dos seus ancestrais. Alguns sobreviventes permanecem no silêncio, o que implica na interdição aos herdeiros de se inserir numa genealogia. Ficam privados de referências da sua história familiar, assim como da história do seu grupo social. Em outros casos, a interdição de significantes fundamentais para a transmissão da história é interdita pelo Estado, como podemos observar em regimes totalitários. Muitas vezes se confunde tradição com transmissão. No caso da primeira, o que se passa é uma tentativa de reproduzir o passado tal e qual, sem a atitude criativa que perpassa o trabalho da transmissão. Fechar-se no âmbito da tradição incorre num perigo à possibilidade de transmissão, já que a reprodução das tradições do passado, sem a possibilidade de recriação dos seus modos de fazer a partir das necessidades do presente, tende a dar origem a clones e a perpetuar modos de viver que não fazem mais sentido para as futuras gerações. O trabalho de se apropriar da herança e reelaborá-la é fundamental e fornece as ferramentas para se lançar no futuro, com o amparo de um passado recriado.

Faz-se importante reencontrar os gestos dos antepassados, assim como os conflitos que os constituíram, para traçar novos caminhos. Nesse reencontro se forja um esteio, a possibilidade de uma verdade subjetiva que permite lidar com os percalços de uma vida. A troca com o novo se torna mais fácil de se abraçar, já que contém traços de uma familiaridade. Evita-se as armadilhas da nostalgia, e abre a possibilidade de enraizar-se na potência de significâncias

das gerações atuais, reelaborando os restos e as possibilidades relegadas pelos antepassados. Os descendentes não escapam dos sofrimentos dos pais e nem devem se esquivar deles. Eles são importantes para os descendentes se prepararem para os obstáculos que os aguardam, lidando com as vicissitudes da sua existência.

Pudemos observar os impasses que enfrentam os descendentes na sua constituição subjetiva quando sofreram o impacto da distorção, supressão ou interdição de significantes fundamentais. Notamos que a função paterna quando encontrava entraves no seu exercício tinha desdobramentos importantes como o impedimento da articulação dos significantes de filiação e sexualidade, o que resulta num mandato de não dizer ao filho e numa dificuldade de articular o saber da criança. É importante ressaltar que a causa não está no fato, no relato das coisas em si, mas sim no discurso, que se coloca como essencial para quebrar a dimensão do destino, pautada no mandato, e abrir para a transmissão da história. Os aspectos suprimidos da história apareciam nos filhos através de sintomas. Esses atos que transpareciam através da produção sintomática da criança, causavam estranhamento, já que consistiam em produções do inconsciente e estavam fora da apreciação do Eu. A cena fantasmática põe jogo a relação do sujeito com o seu desejo. O mandato fazia transparecer as vicissitudes do desejo que a criança obedecia sem saber.

Quando o não-dito passa a operar, há com frequência uma tentativa de construir um futuro de forma independente do passado. Há uma tentativa de esquecer o que existe de doloroso e vergonhoso e de tentar apagar as dores sem ter feito o luto das perdas. A tendência dos pais é a de criar uma narrativa do passado harmoniosa e idealizada, sem vestígios da história marcada pelo conflito. Dessa forma, obturam as possibilidades de significação do que não foi representado. Uma visão imaginária e estática da história impede o sujeito de se questionar. Esse maquiamento da própria história faz emudecer. Promove um silenciamento que domina a possibilidade de transmitir e engessa a inserção na genealogia por parte dos filhos. Os pais sob impacto de processos inconscientes não sabem o que nos fatos os fazem calar. Significantes fundamentais são suprimidos e a transmissão fica impedida, o que dificulta criar significações e fazer escolhas a partir do desejo. As marcas do enigma atravessam as gerações, mas sob forma de sintomas. Repete-se o que não se pode falar e tampouco pensar. Na procura da verdade do sujeito, há uma insistência na possibilidade de resgatar os significantes fundamentais e tecer uma trama de sentidos, dando vazão há um processo de historicização. A supressão da história familiar, muitas vezes vem acompanhada do silenciamento sobre a história de um povo e de um país, o que impede a transmissão e dificulta a tarefa de elaborar o passado a fim de que a história

se torne um emblema cultural. A partir do qual, seja possível resgatar sentidos para construir um futuro a partir de novas bases, que possibilite às gerações envolvidas criar caminhos singulares apostando no seu desejo.

Nesse sentido a transmissão se faz presente na medida em que o descendente se lança em um novo percurso, resgatando as marcas do passado, sejam elas conflituosas ou não, para mostrar a necessidade de constituir-se enquanto contrabandista, como nos aponta Hassoun. O purismo da herança e o seu caráter de permanência é um engodo. Não é possível voltar-se para o passado e encontra-lo intacto. Cada um porta em si aspectos do presente e do passado. O contrabando significa para o herdeiro fazer um mosaico com os elementos de sua herança, compor as várias temporalidades e misturar diversos elementos culturais do seu meio a fim de criar um novo percurso, assim entremeando a história de seus pais e avós com o que marca a sua existência no presente para trilhar um novo percurso. A transmissão de contrabando insere de novo a possibilidade de recriar a sua herança.

A partir do espaço de liberdade do descendente abre-se um caminho para o processo de narração, na qual o sujeito cria e recria a sua própria ficção fantasmática. O caráter ficcional da narrativa é reincorporado e atravessa as gerações de sujeitos passadores da cultura e de sua verdade subjetiva. A recepção de uma cultura não equivaleria a repetir, mas sim a se apropriar da sua herança com criatividade, formulando variações únicas que não poderiam ser impressas por outrem. Os elementos da herança são reformulados de acordo com o seu tempo e o seu estilo.

Abordamos também as contribuições de Walter Benjamin para nos ajudar a pensar as vicissitudes da transmissão, tendo como foco a experiência. No contexto do capitalismo industrial do século XX houve um esvaziamento da experiência do convívio comunitário, que tinha como esteio uma tradição partilhada entre os homens, que era reformulada a cada geração e se baseava numa continuidade da palavra passada de geração em geração. Uma palavra é passada através das gerações e se constitui enquanto experiência que transcende o escopo de uma existência individual e ao mesmo tempo lhe confere sentido.

Benjamin apontou para o fato dos combatentes da primeira guerra mundial voltarem emudecidos, mais ricos em vivências, mas mais pobres em experiências comunicáveis aos outros. A violência da guerra deixava os homens mudos. A possibilidade de comunicação dessas experiências limites decaíam. Elas compartilhavam uma qualidade de desumanização, que não era simbolizável. As suas vivências de trincheira não podiam ser assimiladas em palavras, nem partilhadas com sua família e comunidade. Os combatentes portavam uma

dimensão da vivência que desafiava os limites da linguagem, atestando uma perda da experiência comunicável, que dá sustentação ao que é transmitido entre os homens, lhes assegurando uma continuidade e uma riqueza que marcam a narração tradicional.

O horror traz a marca do silêncio e do inenarrável, por isso os sobreviventes de guerras e genocídios têm muita dificuldade para transmitir o que viveram. Focalizamos neste trabalho a contemporaneidade deste fenômeno de ruptura entre gerações de sobreviventes e o árduo trabalho psíquico de transformar as vivências de violência extrema em experiências passíveis de serem partilhadas com os outros e de acompanhar os herdeiros, descendentes de sobreviventes, que precisaram se firmar enquanto testemunhos do horror inenarrável e seu imenso trabalho de traduzir essa herança traumática.

Buscamos esclarecer os desafios à transmissão frente a traumas sociais nos debruçando sobre diferentes modalidades do não-dito, em diferentes contextos históricos a fim de apreender resquícios do fenômeno social e psíquico tal como se manifestaram nas gerações sucessivas. Primeiramente, o não-dito na clínica envolvendo descendentes de sobreviventes do Holocausto. Na segunda parte, Altounian nos mergulhou na elaboração de uma herança traumática do ponto de vista de uma descendente do genocídio armênio. Na terceira parte, investigamos o não-dito da história colonial francesa na Argélia e como se desvelaram os seus efeitos hoje sobre a população francesa de descendentes argelinos. Na quarta parte, a partir de um romance nos aproximaremos de um relato biográfico escrito por uma filha revivendo a memória de sua mãe, sua luta no exílio para recriar tradições de sobrevivência do dia a dia numa paisagem estranha, até sua morte no genocídio ruandês, e, finalmente o relato de uma filha que escreveu sobre o diário da mãe acerca da sua experiência de viver em Auschwitz.

Virág nos mostrou como experiências limite frente a situações de extremo perigo, vividas na segunda guerra, e, mais especificamente, nos campos de concentração impactaram os sobreviventes. O trauma tem longo alcance sobre o sujeito. A violência da separação de seus familiares, levava as crianças a um estado de regressão aguda. Esse estado remetia à uma fixação no momento do “amor arcaico”, à volta a um estado fusional da mãe com a criança que trazia à tona fantasias primordiais. Estas já haviam sido abandonadas há muito tempo, mas nesse contexto retornavam com força. Através de sessões lúdicas e observações das manifestações espontâneas das crianças apareciam elementos das vivências dos avós no campo de concentração. Esses temas estavam ausentes do discurso manifesto dos pais, mas presentes nos sintomas e manifestações das fantasias das crianças. O caminho tomado em análise era o

de resgatar os elos entre a produção sintomática atual e a história traumática familiar. Lembrar para poder esquecer.

Altounian nos legou uma reflexão sobre sua experiência de análise e de escrita a fim de elaborar sua herança traumática enquanto filha de sobreviventes do genocídio armênio. Versou sobre o papel do país de acolhida, as condições democráticas que oferecia, os seus limites e possibilidades, para o processo de elaboração dos lutos e de retomada da palavra. A negação política do genocídio armênio pelo estado Francês impactava os sobreviventes e os seus descendentes, dificultando a saída do não-dito familiar, já que o entorno social o reforçava, criando um efeito de desmentido. Em contrapartida, aproveitou as possibilidades que se abriam no ambiente escolar, através do acesso à língua francesa, enquanto espaço terceirizante que permitia a Altounian a possibilidade de reconstruir a transmissão na ordem simbólica do que era silenciado no ambiente familiar e impregnado de dor. Discutimos também a importância do ato de publicação do diário do pai, promovendo a possibilidade de subjetivar a própria história e a do pai a posteriori. Com esse ato foi posto em ação o encontro entre as gerações, com todos os entraves que vem do passado e se encontram em latência no presente.

Mansouri nos apontou também os efeitos do não-dito, mas nesse caso sobre a história colonial francesa na Argélia. Assim como no caso de Altounian, também está em jogo um processo de negação da história do empreendimento colonial pelo governo francês. Seja no tocante à lei que permite que sejam ensinados nas escolas apenas os aspectos positivos do período colonial ou à lei que proíbe o uso de símbolos religiosos nas escolas, banindo o uso do *jihab*. A negação vem acompanhada de um mal-estar entre os descendentes de ex-colonos argelinos e o estado francês. O passado traumático vivido pelos pais ou avós se faz presente de forma silenciosa no ambiente familiar através de sintomas. Os descendentes vivem um racismo estrutural que se mostra através de abordagens policiais violentas e gratuitas, assim como de um desmerecimento de suas habilidades intelectuais nas escolas. Existe uma confusão de temporalidades, na qual o descendente de ex-colonos que agora é cidadão francês se confunde com o lugar de colono. O desafio de lidar com a herança traumática é duplo, pois envolve lidar com o não-dito familiar e com silenciamento resultante da negação da violência do empreendimento colonial pelo Estado. A ruptura entre as gerações e a persistência da herança traumática se faz ao nível da vivência social e também psíquica dos descendentes dos sobreviventes.

Acompanhamos em seguida Mukasonga, cuja família foi morta no genocídio de Ruanda, que escreveu uma biografia da mãe. A escrita para ela teve o sentido da construção de uma mortalha para o corpo da mãe, foi um ato que acompanhou o processo de elaboração do seu luto. Assim como, se constituiu enquanto um ato de resistência, através do qual resgatou o universo que viveu na sua infância, os costumes e crenças da sua comunidade, a figura da mãe como casamenteira e passadora da cultura daquele grupo. Através da transmissão de experiências comunicáveis fez com que o seu meio social resistisse na memória, apesar das tentativas de exterminá-lo da face da terra. Mukasonga perpetuou o seu marco, com o resgate da sua história familiar e do seu povo, ao escrever e publicar a biografia da mãe.

O trabalho de Noemi Jaffe também versou sobre a história de sua mãe, assim como Mukasonga, mas se constituiu enquanto comentários e reflexões acerca do diário materno. Ela publicou o diário da mãe sobre o período em que esteve em Auschwitz. Como Altounian, ela escreveu sobre a sua herança traumática. Como símbolo da dor, das vivências da guerra, daquilo que resiste a ser simbolizado, utilizou-se do significante pedra, que marcava a memória familiar. Historicizar esse enigma envolvia uma tarefa que ligava três gerações da família, da mãe, da filha e da neta. Tira-la do campo do silenciamento e rodeá-la pela linguagem, condensava a experiência da guerra e ao mesmo tempo escapava à possibilidade de tradução e simbolização.

E finalmente, no último capítulo, procuramos redefinir o que seria a herança traumática. Destrinchamos as experiências das gerações que se seguem aos sobreviventes e o trabalho psíquico elaborado por elas. Para tanto nos orientamos por três eixos: os laços com o outro: transferência e endereçamento; a história e historização dos eventos: a importância do coletivo; e, entre vivência e experiência: a elaboração não-toda do luto.

Pudemos observar que no tocante ao laço com o outro, e, mais especificamente em relação a transferência, Virág, no trabalho com netos e filhos de sobreviventes do Holocausto trabalhou com as falhas na transmissão e as formas de interpretação do *acting-out* que observava na clínica. Voltava-se para os jogos das crianças, netos de sobreviventes e a dinâmica de relacionamento entre pais sobreviventes e os seus filhos. Ela se valia do manejo da transferência para lidar com os fenômenos da repetição sintomática. As crianças através das brincadeiras, e atividades de fantasia se apropriavam da experiência dos pais, em um plano não verbal, ou seja, fora do discurso manifesto. A dinâmica perseguidor-perseguido era um aspecto muito forte na relação transferencial entre descendentes de sobreviventes do Holocausto e o analista e demandava um cuidado redobrado. As condições opressivas dos regimes totalitários

se imprimiam nas relações familiares e com o entorno, cristalizando-se nas interações transferenciais em análise.

Já no caso de Altounian pudemos notar que além do espaço de transferência em análise ela precisou se voltar para o coletivo. Após um longo período de análise, voltou-se para a escrita como parte importante da elaboração da sua herança traumática. Existia para ela uma íntima relação entre a escrita e a experiência de análise. Apontava para um trabalho de rememoração que existia tanto no campo transferencial como no processo de escrever. No ato da escrita vinham à tona certas palavras que produziam efeitos e se assemelhavam às pontuações de um analista. O trabalho do inconsciente no campo transferencial se desdobrava cada vez sob um novo ângulo e na escrita também haveria um processo análogo, no qual se entrecruzavam sob múltiplas perspectivas a trama subjetiva e a história cultural. Para Altounian, o espaço da escola e principalmente a língua francesa, enquanto laço com o Outro, promoveu uma distância em relação à dor e ao silenciamento do meio familiar. A falta de palavras e o sofrimento caracterizam a herança traumática. A solidão marcava as primeiras relações. Era o ambiente da escola, o contato com uma língua estrangeira e o prazer da literatura que fornecia para a autora a possibilidade de se descolar do sofrimento da herança traumática e os instrumentos para traduzi-la. As palavras que permitiam circular sentidos eram tomadas na relação com o outro, seja no espaço de alteridade da análise ou da escola.

No caso dos descendentes de ex-colonos argelinos o laço com o outro se mostrava de forma pregnant na relação com os policiais e professores. A polícia que deveria protegê-los enquanto cidadãos franceses acabavam por constrangê-los, banalizando a violência e a coerção. Os adolescentes e seus pais temiam a polícia e aparecia com frequência em seu discurso os termos “opressão” e “perseguição”, que remetem à uma outra temporalidade, à época da colonização. Em função do não-dito que impera na sociedade francesa e nas famílias, esse passado invade o presente, seja no racismo estrutural que afeta a polícia, seja nas reações dos jovens e seus pais frente às figuras de autoridade que os brutalizam. A figura do policial se confunde a do colonizador. Eles se veem como colonos frente aos colonizadores, reeditando a história dos seus ancestrais. Já o laço com os professores era diferente. Eles eram representantes de uma figura adulta que encarnava a lei, mas que acabavam os decepcionando. Eram como figuras de um amor fracassado. Sentiam-se menosprezados pelos professores que não confiavam em suas habilidades para se capacitar para o ensino superior e os relegavam para cursos técnicos e profissionalizantes. De novo o passado se faz presente e se atualiza na forma de desigualdade nas escolas, mostrando a face da discriminação racial e social.

Abordamos no item: história e historicização dos eventos: a importância do coletivo, dos efeitos dos fenômenos sociais no inconsciente através do esforço dos descendentes para construir narrativas acerca das experiências dolorosas dos pais ou avós sobreviventes, constituindo uma historicização dos eventos traumatizantes do passado, narrativas para eles mesmos, seus familiares e para os outros. Parte do trabalho de construção da história é marcada fundamentalmente por uma partilha da experiência no coletivo. Esses atos puderam ser exemplificados pela publicação do diário do pai por Altounian, do diário da mãe por Jaffe e a escrita da biografia materna por Mukasonga.

No caso de Altounian, a decisão de publicar o diário do pai se seguiu a um intenso trabalho de análise pessoal e ao efeito de um ato político no espaço público, a tomada do consulado turco, no qual demandavam o reconhecimento do genocídio armênio. Os efeitos a posteriori dessa cena política a fez publicar o diário do pai. Decidiu transmitir para o resto da sociedade as experiências do pai e as suas próprias contribuições e elaborações acerca desse vivido violento. A tradução do material implicou num processo psíquico importante de transformar o que estava restrito ao espaço privado, em uma publicação compartilhada no campo social e político, o que teve como efeito libera-la de um peso significativo. Pôde inscrever a sua experiência no laço social e compartilhá-la. O tratamento simbólico que deu às vivências do pai, a possibilidade de historiciza-las, as inscrevendo no espaço público foi um passo importante para a elaboração das dores que acompanhavam a sua história.

Em contraposição à experiência de Altounian, a historicização do passado pelos descendentes de colonos argelinos encontrava sérios entraves devido à negação e silêncio sobre as violências do passado colonial. Eles se deparam hoje em dia com os efeitos do empreendimento colonial que se concretizam em um cotidiano de exclusão e racismo. Deparar-se com a própria história fica muito difícil, imperando o não-dito familiar e a negação no plano político. Não existe o respaldo do coletivo para propiciar uma elaboração dos sofrimentos do passado.

No caso de Jaffe, como o de Altounian, o processo de historicização da herança traumática se deu num primeiro momento no espaço de análise. A partir do percurso analítico decidiu publicar o diário seguido de suas reflexões e comentários. Ao compartilhar o seu processo de elaboração com os outros, inscreveu a sua experiência no laço social, já que ela também diz respeito à memória e história de um povo. A filha e a mãe precisaram traçar um caminho sinuoso de resgate de memórias. Houve um desejo de transmissão por parte da mãe e um tratamento do sofrimento por parte da filha que destrinchou em narrativas a sua herança

traumática. A publicação foi um ato de firmar a própria história, como um passo para dialetizar e inscrever a memória enquanto experiência compartilhada.

Finalmente, no item: entre vivência e experiência: a elaboração não-toda do luto abordamos como se deu a elaboração das perdas. O processo de luto foi o nosso foco, levando em conta que ele se dá sempre de forma parcial. Essa empreitada implicou na passagem das vivências para o registro das experiências, ou seja, do registro daquilo que é comunicável aos outros. Fundamentado na possibilidade de transmissão partilhada entre os homens e reformulado a cada geração.

Altounian enfatizou a possibilidade que o pai teve de fazer o ritual de sepultamento do avô morto durante o genocídio armênio, como essencial para o processo de elaboração das perdas. Faz parte do ato de extermínio, fazer com que o outro desapareça sem traços, como se nunca tivesse existido. A crueza da violência, o caráter desumanizador desse empreendimento torna muito difícil a sua inscrição psíquica. Essa brutalidade é capaz de atravessar gerações, mas a ritualização da morte dá contornos humanos que são passíveis de serem simbolizados. O sepultamento, por exemplo, marcou a diferença entre os vivos e os mortos, de modo que a vivência do luto não envolva todo o ser, mesmo que sempre permaneça um resto intraduzível. Assim, torna-se mais possível se distanciar da irrupção do real e dar vazão às palavras para recobrir o traumático. A autora enfatizou a importância de condições políticas e culturais favoráveis no país de acolhida, a fim de favorecer o processo de luto dos sobreviventes e de seus descendentes. A ausência de condições democráticas constitui-se como um entrave para a elaboração das perdas. Ela citou o período de negação do genocídio armênio na França como uma falta de respaldo político e social para que os sobreviventes pudessem lidar com os efeitos do seu sofrimento, perante um desmentido oficial devastador.

Nesse sentido, para os descendentes de ex-colonos argelinos a negação da brutalidade do empreendimento colonial, que sequer é ensinado nas escolas, deixa marcas sobre os descendentes dos que outrora foram subjugados. Faz-se de conta que não existiu, o que impede a sua inscrição no espaço coletivo. A dor e a vergonha que acompanham esses eventos traumáticos não se apagam e não encontram possibilidade de inscrição. Possuem um saber inconsciente sobre essas perdas, mas lhe é vedado o processo de reconhecimento por parte do Eu, primeira etapa para a elaboração do luto.

Por outro lado, Mukasonga precisou lidar com a crueza de um corpo insepulto, o da mãe que lhe havia pedido para cobrir o seu corpo. Precisou arcar com as consequências de uma morte sem tratamento simbólico, com a violência do corpo da mãe em uma vala comum. O

trabalho de luto que empreendeu foi através das palavras, escrevendo a biografia da mãe. Teceu uma mortalha para o corpo da mãe através da escrita e resgatou os costumes, os gestos e cotidiano da sua comunidade tutsi em Bugesera. Conseguiu narrar e restaurar os modos de fazer e pensar do seu grupo social, em risco de extinção e esquecimento. Fez um intenso trabalho de transmissão da cultura e teceu os fios para uma resistência psíquica e social para fazer frente à violência e ao extermínio.

Um traço em comum entre Mukasonga e Jaffe é realizar um trabalho de luto que está intimamente ligado à tarefa de transmissão, transformando vivências cruas em experiências que podem ser compartilhadas e passadas de geração em geração. Jaffe, por sua vez, teve como foco os limites da possibilidade de elaboração do luto. Esmiuçou através da escrita os restos que resistiam à simbolização e à tradução. Nas suas reflexões acerca do diário da mãe, tomou a pedra como metáfora mais ampla da herança traumática e mais especificamente desse resto intraduzível que resiste à simbolização e à tradução.

Ao encerrar essa dissertação acreditamos ser importante continuar a pesquisar sobre o que se define enquanto herança traumática e quais as possibilidades de os herdeiros lidarem com os efeitos do sofrimento e das perdas dos pais e avós sobreviventes. Acreditamos ser muito importante em particular, pesquisar os efeitos sobre os descendentes de refugiados no Brasil, provenientes da África subsaariana, como por exemplo de Angola e da República Democrática do Congo. Eles enfrentam os efeitos dos traumas de contextos de guerra e perseguição política, e, seus descendentes, por sua vez, além de lidarem com a herança traumática terão que enfrentar no Brasil os efeitos de nossa história colonial: o racismo estrutural, a violência, e suas consequências como o genocídio contemporâneo da juventude negra, mais o impacto de instituições autoritárias de acolhimento no dia a dia. Luto, resgate de memórias e experiências, o desafio de tecer suas narrativas em ambiente hostil.

Bibliografia

- Altounian, J. *La survivance : traduire le trauma collectif*. Paris: Dunod. 2000
- Altounian, J. *L'intraduisable: deuil, mémoire, transmission*. Paris: Dunod. 2005
- Altounian, J. Les héritiers et les traducteurs. *Libres cahiers pour la psychanalyse*, N. 16, 169-180, 2007/2
- Altounian, J. *De la cure à l'écriture: l'élaboration d'un héritage traumatique*. Paris: Presses Universitaires de France. 2012
- Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. V. I São Paulo: Brasiliense. 2014
- Freud, S. Repetir, recordar e elaborar (1914) In: *Obras Completas*. V.10. Trad. De Souza, P. C. São Paulo : Companhia das Letras. 2010
- Freud, S. Além do princípio do prazer (1920) In: *Obras Completas*. V.14. Trad. De Souza, P. C. São Paulo : Companhia das Letras. 2010
- Gagnebin, J. M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34. 2014
- Hassoun, J. *Les contrabandiers de la mémoire*. Toulouse: Éditions érès. 2011
- Jaffe, N. *O que os cegos estão sonhando? Com o diário de Lili Jaffe (1944-1945)*. São Paulo: Editora 34. 2012
- Mansouri, M. *Révoltes postcoloniales au coeur de l'Hexagone: voix d'adolescents*. Paris: Presses Universitaires de France. 2013
- Mukasonga, S. *A mulher de pés descalços*. Trad. Garcia, M. São Paulo: Editora Nós. 2017
- Rosa, M. D. *Histórias que não se contam: o não-dito na psicanálise com crianças e adolescentes*. São Paulo: Casa do psicólogo. 2009
- Virág, T. *Children of Social Trauma: Hungarian psychoanalytic Case Studies*. Londres: Jessica Kingsley Publishers. 2000